



DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAUBAS - BA

TERÇA-FEIRA – 05 DE SETEMBRO DE 2023 - ANO III – EDIÇÃO Nº 163

Edição eletrônica disponível no site www.pmmacaubas.transparenciaoficialba.com.br e garantido sua autenticidade por certificado digital ICP-BRASIL

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÚBAS PÚBLICA:

- **EDITAL DE LICITAÇÃO/ CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 006/2023:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM TSD COM CS, EM ESTRADAS VICINAIS DO MUNICÍPIO.

**IMPrensa OFICIAL
UMA GESTÃO LEGAL
E TRANSPARENTE**

- Gestor(a): Aloísio Miguel Rebonato
- Praça Imaculada Conceição, Nº 1251 - Centro
- Tel: (77) 3473-1461

EDITAL DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 006/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 441/2023-LIC.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA OBRA DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM TSD COM CS, EM ESTRADAS VICINAIS DO MUNICÍPIO DE MACAÚBAS, ABRANGENDO VIA QUE LIGA PAJEÚ À LAGOA DO PAJEÚ, COM EXTENSÃO TOTAL DE 80,00 M, ORÇADA EM R\$ 70.985,04 (SETENTA MIL, NOVECENTOS E OITENTA E CINCO REAIS, E QUATRO CENTAVOS).

EDITAL DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 006/2023

TIPO MENOR PREÇO GLOBAL

OBRA DE ENGENHARIA

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÚBAS/BA, por meio da Comissão Permanente de Licitações devidamente nomeada por meio do Decreto nº. 051/2023, de 23 de março de 2023, realizará licitação, na modalidade **CONCORRÊNCIA**, do **TIPO MENOR PREÇO**, nos termos da Lei nº 8.666/93, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente, e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. INFORMAÇÕES:

1.1. Os interessados poderão obter quaisquer informações através da Comissão Permanente de Licitação – CPL, de segunda a sexta-feira, das 08h00min às 12h00min (doze horas) e das 14h00min às 17h00min, na Sede da Prefeitura Municipal, localizado na Rua Doutor Vital Soares, 268, 1º andar, Centro; Macaúbas – Bahia, CEP: 46.500-000, pelo telefone (77) 98105-8098 ou e-mail: licitacao@macaubas.ba.gov.br.

2. HORÁRIO, DATA E LOCAL PARA INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA.

2.1. Às 09h00min, do dia 09 de OUTUBRO de 2023, na Sede da Prefeitura Municipal, localizado na Rua Doutor Vital Soares, 268, 1º andar, Centro; Macaúbas – Bahia, CEP: 46.500-000 terá início a sessão pública para recebimento dos envelopes contendo a documentação de habilitação e a proposta de preço, prosseguindo-se com o credenciamento dos participantes e a abertura dos envelopes contendo a documentação de habilitação.

2.2. Os conjuntos de documentos relativos à habilitação e à proposta de preços deverão ser entregues *separadamente, em envelopes fechados e lacrados, rubricados no fecho e identificados* com o nome do licitante e contendo em suas partes externas e frontais, em caracteres destacados, os seguintes dizeres:

ENVELOPE Nº 01
DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÚBAS/BA
CONCORRÊNCIA Nº 006/2023
(RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE)
(CNPJ)

ENVELOPE Nº 02
PROPOSTA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÚBAS/BA
CONCORRÊNCIA Nº 006/2023.
(RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE)
(CNPJ)

2.3. Os licitantes interessados em participar do certame não necessitam encaminhar seus representantes legais para entregar os envelopes com a documentação e as propostas, podendo, inclusive, encaminhá-los via Correio ou outro meio similar de entrega, atentando para as datas e horários finais para recebimento dos mesmos, constantes neste Edital. A correspondência deverá ser endereçada com aviso de recebimento para a Comissão de Licitação no endereço indicado no Item 1 deste Edital e conter os dois envelopes acima mencionados, além das declarações complementares, com antecedência mínima de 1 (uma) hora do momento marcado para abertura da sessão pública.

3. DO REPRESENTANTE E DO CREDENCIAMENTO

3.1. Os licitantes que desejarem manifestar-se durante as fases do procedimento licitatório deverão estar devidamente representados por:

3.1.1. **Titular da empresa licitante**, devendo apresentar cédula de identidade ou outro documento de identificação oficial, acompanhado de: registro comercial no caso de empresa individual, contrato social ou estatuto em vigor, no caso de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, dos documentos de eleição de seus administradores; inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício; e ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembléia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, no caso de sociedades cooperativas; sendo que em tais documentos devem constar expressos poderes para exercerem direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;

3.1.2. **Representante designado pela empresa licitante**, que deverá apresentar instrumento particular de procuração ou documento equivalente, com poderes para se manifestar em nome da empresa licitante em qualquer fase da licitação, acompanhado de documento de identificação oficial e do registro comercial, no caso de empresa individual; contrato social ou estatuto em vigor no caso de sociedades comerciais e no caso de sociedades por ações, acompanhado, neste último, de documentos de eleição de seus administradores; inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício; e ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembléia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, no caso de sociedades cooperativas;

3.2. Cada representante legal/credenciado deverá representar apenas uma empresa licitante.

4. OBJETO

4.1.A presente licitação tem por objeto a escolha da proposta mais vantajosa para a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA OBRA DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM TSD COM CS, EM ESTRADAS VICINAIS DO MUNICÍPIO DE MACAÚBAS, ABRANGENDO VIA QUE LIGA PAJEÚ À LAGOA DO PAJEÚ, COM EXTENSÃO TOTAL DE 80,00 M**, e conforme especificações detalhadas neste instrumento convocatório e nos seus anexos, **COM PRAZO DE EXECUÇÃO MÁXIMA DE 01 (UM) MESES, E VIGÊNCIA DE 04 (QUATRO) MESES**, regime de empreitada por PREÇO GLOBAL, e demais especificações constantes nos anexos do Projeto Básico (Aceito do Projeto, ART de Projeto e Orçamento, BDI, Cronograma Físico Financeiro, Laudo Técnico, Memorial Descritivo, Placa de Obras-composição, e etc.), que é parte integrante deste Edital.

4.2. A licitação compõe-se, conforme tabela constante do Projeto – ANEXO - planilhas

orçamentárias, sagrando-se vencedor o licitante que ofertar o MENOR PREÇO GLOBAL.

5. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município de MACAÚBAS/BA para o exercício de 2023, na classificação abaixo:

UNIDADE	AÇÃO	ELEMENTO	FONTE
02.07.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA	26.782.012.1193 – REQUALIFICAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	4.4.9.0.51.00.00 - Obras e Instalações	1700

6. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

6.1. Poderão participar desta licitação, os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação.

6.2. NÃO será permitida a participação de sociedades cooperativas face a natureza do serviço que será executado e da necessidade de subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado, bem como pela presença da personalidade e habitualidade, nos termos da Súmula do TCU 280.

6.3. Não poderão participar desta licitação:

6.3.1. Interessados proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

6.3.2. Interessados suspensos de participar de licitações e impedidos de contratar com o órgão ou a entidade responsável por esta licitação, conforme art. 87, inciso III, da Lei nº 8.666, de 1993 e art. 7º da Lei 10.520/02;

6.3.3. Entidades estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

6.3.4. Interessados que estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

6.3.5. O autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica;

6.3.6. Entidade empresarial responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado;

6.3.7. Servidor ou dirigente deste Município de MACAÚBAS/BA;

6.3.8. Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

6.3.9. Quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993.

7. DA HABILITAÇÃO

7.3.0. Habilitação jurídica:

7.3.0.1. No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis;

7.3.0.2. Para as sociedades empresárias ou empresas individuais de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

7.3.0.3. Em se tratando de sociedades comerciais, contrato social ou estatuto em vigor, devidamente registrado, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

7.3.0.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser a participante sucursal, filial ou agência;

7.3.0.5. Inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

7.3.0.6. Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

7.3.0.7. Os atos constitutivos das empresas licitantes deverão estar acompanhados dos demais documentos aditivos e modificativos do seu texto ou, preferencialmente, da respectiva consolidação.

7.3.1. Regularidades fiscal e trabalhista:

7.3.1.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

7.3.1.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

7.3.1.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

7.3.1.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

7.3.1.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual/municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

7.3.1.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Municipal do domicílio ou sede do licitante;

7.3.1.7. Caso o fornecedor seja considerado isento de tributos relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração emitida pela correspondente Fazenda do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei;

7.3.1.8. Caso o licitante detentor do menor preço seja microempresa, empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

- 7.3.1.9. Certidão Negativa de Improbidade Administrativa.
- 7.3.1.10. Certidão consolidada do TCU.
- 7.3.1.11. Alvará de funcionamento
- 7.3.1.12. Certidão negativa de licitantes inidôneos
- 7.3.1.13. Declaração de que o licitante não se encontra suspenso de licitar ou impedido de contratar com qualquer entidade municipal, estadual ou federal direta ou indireta

7.3.2. **Qualificação Técnica.** Todos os licitantes deverão comprovar, ainda, a qualificação técnica, por meio da apresentação dos documentos que seguem no envelope nº 01

7.3.2.1. Registro ou inscrição da empresa licitante no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e/ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo), conforme as áreas de atuação previstas no Projeto Básico, em plena validade;

7.3.2.2. Registro ou inscrição dos responsáveis técnicos no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e/ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo): Engenheiro Civil e/ou Arquiteto;

7.3.2.3. **Capacidade técnico-profissional:** Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação, mediante apresentação de atestado(s) em nome de profissional(is) de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, que tenha vínculo profissional formal com o licitante, devidamente comprovado por documentação pertinente, na data prevista para entrega da proposta e que conste na Certidão de Registro do CREA como responsável técnico do Licitante. Tal (is) atestado (s) deverá (ão) ter sido emitido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado (s) no CREA e deverá (ão) estar acompanhado (s) da (s) respectiva (s) Certidão (ões) de Acervo Técnico (CAT), que comprove (m) a execução das parcelas de maior relevância técnica e valor significativo.

7.3.2.4. **Capacidade técnico-operacional:** comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características tecnológicas e operacionais, quantidades e prazos com o objeto da licitação, mediante a apresentação de atestado(s), em nome do licitante, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a execução das seguintes parcelas de maior relevância técnica e valor significativo:

7.3.2.4.1. Execução de obras com características do objeto;

7.3.2.4.1.1. **Pavimento com tratamento superficial duplo, ou item equivalente de igual ou maior complexidade executiva. Quantidade em Orçamento: 490,00 m²; quantidade mínima exigida: 245,00 m² que equivale a 50% do valor total.**

7.3.2.4.1.2. **Terraplenagem - Execução e compactação de base e ou sub base para pavimentação de solos de comportamento laterítico (arenoso) - exclusive solo, escavação, carga e transporte. Quantidade em Orçamento: 240,00 m³; quantidade mínima exigida: 120,00 m³ que equivale a 50% do valor total.**

7.3.2.5. Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica acima elencados deverão pertencer ao quadro permanente da empresa licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste certame, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso (com assinaturas com firma reconhecidas em cartório) de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor desta licitação.

- 7.3.2.5.1. A licitante deve apresentar relação dos componentes da equipe técnica indicada para execução do objeto desta licitação, bem como a qualificação de cada um dos seus membros, observando à equipe técnica mínima, um engenheiro responsável técnico, um engenheiro residente e um encarregado (os últimos dois em regime de dedicação exclusiva à obra);
- 7.3.2.5.2. A qualificação da equipe técnica deverá ser feita com apresentação da Certidão de Acervo Técnico – CAT, de cada um dos seus membros, (quando for o caso), acompanhado de declaração do profissional autorizando a empresa a incluí-lo na equipe, firmada com data posterior à publicação do Edital;
- 7.3.2.5.3. No decorrer da execução da obra, os profissionais de que trata este subitem poderão ser substituídos, nos termos do artigo 30, §10, da Lei n° 8.666, de 1993, por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração.
- 7.3.2.5.4. A licitante deve apresentar relação dos equipamentos e atestando também que os mesmos estarão disponíveis para a execução do objeto desta licitação no prazo máximo de 8 (oito) dias;

7.3.3. Qualificação econômico-financeira:

7.3.3.1. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, ou liquidação judicial, ou de execução patrimonial, conforme o caso, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, ou de seu domicílio, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na omissão desta, expedida a menos de 90 (noventa) dias contados da data da sua apresentação;

7.3.3.2. Comprovação da execução de garantia da proposta prestada em uma das modalidades previstas no Artigo 56, §1º, e com fundamento no Art. 31, III, ambos da Lei n° 8.666, no valor de **R\$ 709,85 (setecentos e nove reais, e oitenta e cinco centavos)**.

7.3.3.3. Balanço patrimonial (completo com todas suas páginas, desde o termo de abertura até o de encerramento) e demonstrações contábeis do último exercício social (período mínimo de 12 meses), já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

7.3.3.4. O balanço patrimonial deverá estar assinado por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade;

7.3.3.5. As empresas constituídas no exercício em curso deverão apresentar cópia do balanço de abertura ou cópia do livro diário contendo o balanço de abertura, inclusive com os termos de abertura e encerramento;

7.3.3.6. A boa situação financeira do licitante será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), maiores que 1

(um), resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, com os valores extraídos de seu balanço patrimonial:

$$\text{LG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$
$$\text{SG} = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$
$$\text{LC} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

7.3.3.7. Demonstração, com dados do seu último balanço já exigível na forma da lei, de que possui Disponibilidade Financeira Líquida igual ou superior ao orçamento oficial da obra ($\text{DFL} \geq \text{orçamento oficial da obra}$), a qual mede a capacidade que a licitante possui de contratar com a Administração Pública Estadual, obtida através da fórmula: $\text{DFL} = (10 \times \text{PL}) - \text{VA}$ (R\$), onde: DFL = Disponibilidade Financeira Líquida; PL = Patrimônio Líquido; VA = Somatório dos saldos contratuais das obras e serviços em andamento ou a iniciar, devidamente comprovados através do documento exigido na relação de compromissos assumidos relacionado no subitem anterior.

7.3.3.8. Notas explicativas.

7.3.3.9. Certidão de quitação do contador.

7.4. Todos os licitantes deverão apresentar, ainda, no envelope nº 1 os seguintes documentos complementares:

7.4.1 Declaração de que não utiliza de mão de obra direta ou indireta de menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos da Lei 9.854, 1999; que não existe em seu quadro de empregados, servidores públicos desta Prefeitura Municipal exercendo funções de gerência, administração ou tomada de decisão; e que inexistem fatos supervenientes impeditivos de habilitação, na forma do Art. 32, § 2º, da Lei 8666/93, (Modelo ANEXO);

7.4.2 Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação e inexistência de servidor público em funções de gerência administração ou tomada de decisão (Modelo ANEXO).

7.5. Os documentos para habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração, ou publicação em órgão da imprensa oficial.

8. DA VISTORIA

8.1. A participação na presente licitação pressupõe o pleno conhecimento de todas as condições para execução do objeto constantes dos documentos técnicos que integram o Projeto Básico, **devendo a licitante REALIZAR A VISTORIA nas condições abaixo**

- 8.1.1. A vistoria será acompanhada por servidor técnico desta Prefeitura designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08:00 horas às 16:00 horas, devendo o AGENDAMENTO SER EFETUADO PREVIAMENTE pelo telefone (075) 9927-70325;
- 8.1.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para abertura dos envelopes;
- 8.1.3. Para a vistoria o REPRESENTANTE DA LICITANTE deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para o ato.
- 8.1.4. Eventuais dúvidas de natureza técnica decorrentes da realização da vistoria deverão ser encaminhadas à Comissão de Licitação, mediante o endereço eletrônico licitacao@macaubas.ba.gov.br, antes da data fixada para a sessão pública.
- 8.1.5. Por ocasião da vistoria, o licitante poderá solicitar gravação de CD-ROM, "pen-drive" ou outra forma compatível de reprodução, contendo as informações relativas ao objeto da licitação, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta.
 - 8.1.5.1. ATESTADO DE VISTORIA assinado pelo servidor técnico responsável desta Prefeitura, conforme estabelecido deste Edital, ou DECLARAÇÃO firmada pelo licitante que tem conhecimento de todas as informações e das condições dos locais que serão executados os serviços objeto desta licitação (modelo em anexo); em caso fortuito, a substituição do atestado de vistoria técnica, por declaração do responsável técnico da licitante de que possui pleno conhecimento do objeto e das peculiaridades inerentes a natureza. (Acórdão 1737/2021 – Plenário).

9. DA PROPOSTA

- 9.1. A proposta de preço, apresentada no envelope nº 2, será redigida no idioma pátrio, impressa, rubricada em todas as suas páginas e ao final firmada pelo representante legal da empresa licitante, sem emendas, entrelinhas ou ressalvas, devendo conter:
 - 9.1.1. A razão social e CNPJ da empresa licitante;
 - 9.1.2. Especificações do objeto de forma clara, observadas as especificações constantes do Projeto Básico e demais documentos técnicos anexos;
 - 9.1.3. O valor total da proposta para cada item/grupo que participar, em moeda corrente nacional, expresso em numeral e por extenso, conforme modelo de proposta constante nos ANEXOS - planilhas orçamentárias;
 - 9.1.4. As **PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS**, conforme modelos em ANEXO.
 - 9.1.4.1. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
 - 9.1.4.2. A Proposta de Preço deverá ser elaborada usando duas casas decimais de forma que o resultado das multiplicações não contenha dizima periódica oculta.
 - 9.1.4.3. O licitante deverá apresentar COMPOSIÇÃO DOS PREÇOS UNITÁRIOS e de ENCARGOS SOCIAIS, discriminando as parcelas relativas à mão de obra, materiais, equipamentos e serviços, documentos essenciais que devem ser apresentados junto com a proposta de preço; a ausência destes documentos implicará na DESCLASSIFICAÇÃO da proposta.
 - 9.1.4.4. Todos os dados informados pelo licitante em sua Planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida.
 - 9.1.4.5. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pela Comissão, desde que não haja majoração do preço proposto.

9.1.5. A **COMPOSIÇÃO DO BDI**, detalhando todos os seus componentes, em valores nominais como também sob a forma percentual.

9.1.5.1. Os custos relativos à administração local, mobilização e desmobilização e instalação de canteiro e acampamento, bem como quaisquer outros itens que possam ser apropriados como custo direto da obra, não poderão ser incluídos na composição do BDI, devendo ser cotados na planilha orçamentária;

9.1.5.2. As alíquotas de tributos cotadas pelo licitante não podem ser superiores aos limites estabelecidos na legislação tributária;

9.1.5.3. Os tributos considerados de natureza direta e personalística, como o Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Sobre o Lucro Líquido - CSLL, não deverão ser incluídos no BDI, nos termos do art. 9º, II do Decreto 7.983, de 2013 (TCU, Súmula 254).

9.1.5.4. Licitantes sujeitas ao regime de tributação de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS devem apresentar demonstrativo de apuração de contribuições sociais comprovando que os percentuais dos referidos tributos adotados na taxa de BDI correspondem à média dos percentuais efetivos recolhidos em virtude do direito de compensação dos créditos previstos no art. 3º das Leis 10.637/2002 e 10.833/2003, de forma a garantir que os preços contratados pela Administração Pública reflitam os benefícios tributários concedidos pela legislação tributária.

9.1.5.5. As empresas licitantes optantes pelo Simples Nacional deverão apresentar os percentuais de ISS, PIS e COFINS, discriminados na composição do BDI, **compatíveis às alíquotas a que estão obrigadas a recolher**, conforme previsão contida no Anexo IV da Lei Complementar 123/2006.

9.1.5.6. A composição de encargos sociais das empresas optantes pelo Simples Nacional não poderá incluir os gastos relativos às contribuições que estão dispensadas de recolhimento (Sesi, Senai, Sebrae etc.), conforme dispões o art. 13, § 3º, da referida Lei Complementar;

9.1.5.7. Na hipótese de celebração de aditivos contratuais para a inclusão de novos serviços, o preço desses serviços será calculado considerando o custo de referência e a taxa de BDI de referência especificada no orçamento-base da licitação, subtraindo desse preço de referência a diferença percentual entre o valor do orçamento-base e o valor global do contrato obtido na licitação, com vistas a garantir o equilíbrio econômico-financeiro do contrato e a manutenção do percentual de desconto ofertado pelo contratado, em atendimento ao art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal;

9.1.5.8. Será adotado o pagamento proporcional dos valores pertinentes à administração local relativamente ao andamento físico da obra, nos termos definidos no Projeto Básico e no respectivo cronograma.

9.1.6. **CRONOGRAMAS FÍSICO FINANCEIRO**, em conformidade com as etapas, prazos e demais aspectos fixados pela Administração no Projeto Básico, ajustado à proposta apresentada, conforme ANEXO.

9.1.7. Os documentos encaminhados na proposta de preço (planilhas e cronogramas) deverão ser encaminhados em mídia digital no formato Excel com CD-ROM ou pen-drive para facilitar a análise pelo setor técnico.

9.2. O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de sua entrega.

10. DA ABERTURA DOS ENVELOPES

10.1. No dia, hora e local designados neste Edital, em ato público, na presença dos licitantes, a Comissão Permanente de Licitação receberá, de uma só vez, os Envelopes nº 01 e nº 02, bem como as declarações complementares, e procederá à abertura da licitação.

10.1.1. Os atos públicos poderão ser assistidos por qualquer pessoa, mas somente deles participarão ativamente os licitantes ou representantes credenciados, não sendo permitida a intercomunicação entre eles, nem atitudes desrespeitosas ou que causem tumultos e perturbem o bom andamento dos trabalhos.

10.1.2. As declarações complementares deverão ser entregues separadamente dos envelopes acima mencionados e consistem nos seguintes documentos:

10.1.2.1. DECLARAÇÃO DE QUE A PROPOSTA FOI ELABORADA DE FORMA INDEPENDENTE, conforme modelo anexo a este edital e com fundamento na INSTRUÇÃO NORMATIVA nº 02/2009, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão do Governo Federal, aplicada de forma subsidiária.

10.1.2.1.1. A ausência do documento mencionado no subitem anterior implicará a DESCLASSIFICAÇÃO da proposta, nos termos do item 11.12.5 deste Edital.

10.1.2.2. DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DA LICITANTE COMO MICROEMPRESA – ME, EMPRESA DE PEQUENO PORTE – EPP, nos termos do art. 34 da Lei n. 11.488, de 2007 apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar n. 123, de 2006.

10.1.2.2.1. A apresentação declaração mencionada no subitem anterior é facultativa e deverá ser entregue tão-somente pelas licitantes efetivamente enquadradas que pretendam se beneficiar do regime legal diferenciado e que não tenham sido alcançadas por alguma hipótese de exclusão do tratamento jurídico diferenciado.

10.1.2.2.2. A participação em licitação na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte ou cooperativa equiparada, sem que haja o enquadramento nessas categorias, ensejará a aplicação das sanções previstas em Lei e a exclusão do regime de tratamento diferenciado. A comissão poderá realizar diligências para verificar a veracidade da declaração.

10.2. Depois de ultrapassado o horário para recebimento dos envelopes, nenhum outro será recebido, nem tampouco serão permitidos quaisquer adendos ou esclarecimentos relativos à documentação ou proposta de preços apresentadas.

10.3. A seguir, serão identificados os licitantes e proceder-se-á à abertura dos Envelopes nº 01 - Documentos de Habilitação.

10.3.1. O conteúdo dos envelopes será rubricado pelos membros da Comissão e pelos licitantes presentes ou por seus representantes.

10.4. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante, a Comissão verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

10.4.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

10.4.2. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

10.5. A CONSULTA AOS CADASTROS SERÁ REALIZADA EM NOME DA EMPRESA LICITANTE E TAMBÉM DE SEU SÓCIO MAJORITÁRIO, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

10.6. Constatada a existência de sanção, a Comissão irá analisar a penalidade imposta podendo reputar o licitante inabilitado, por falta de condição de participação, caso haja extensão da pena ao Município.

10.6.1. Não ocorrendo a inabilitação por força das situações acima mencionadas, a documentação de habilitação dos licitantes então será verificada, conforme demais exigências previstas neste instrumento convocatório.

10.6.2. Caso a Comissão julgue conveniente, poderá suspender a reunião para analisar os documentos apresentados, marcando, na oportunidade, nova data e horário em que voltará a reunir-se, informando os licitantes. Nessa hipótese, todos os documentos de habilitação já rubricados e os Envelopes nº 02 - Proposta de Preços, rubricados externamente por todos os licitantes e pelos membros da Comissão, permanecerão em poder desta, até que seja concluída a fase de habilitação.

10.7. Ao licitante inabilitado será devolvido o respectivo Envelope nº 02, sem ser aberto, depois de transcorrido o prazo legal sem interposição de recurso ou de sua desistência, ou da decisão desfavorável do recurso.

10.8. Após o procedimento de verificação da documentação de habilitação, os Envelopes nº 02 - Proposta de Preços dos licitantes habilitados serão abertos, na mesma sessão, desde que todos os licitantes tenham desistido expressamente do direito de recorrer, ou em ato público especificamente marcado para este fim, após o regular decurso da fase recursal.

10.8.1. Não ocorrendo a desistência expressa de todos os licitantes, quanto ao direito de recorrer, os Envelopes nº 02 - Proposta de Preços serão rubricados pelos licitantes presentes ao ato e mantidos invioláveis até a posterior abertura.

10.8.2. Ultrapassada a fase de habilitação e abertas as propostas, não cabe desclassificar o licitante por motivo relacionado com a habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

10.9. As propostas de preços dos licitantes habilitados serão então julgadas, conforme item próprio deste Instrumento Convocatório.

10.10. Se todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a Comissão Permanente de Licitação poderá fixar o prazo de 08 (oito) dias úteis para a apresentação de nova documentação ou proposta, escoimadas das causas que as inabilitaram ou desclassificaram.

10.11. Em todos os atos públicos, serão lavradas atas circunstanciadas, assinadas pelos membros da Comissão e pelos representantes credenciados e licitantes presentes.

10.12. Será CONSIDERADO INABILITADO o licitante que:

10.12.1. Não apresentar os documentos exigidos por este Instrumento Convocatório no prazo de validade e/ou devidamente atualizados, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007.

10.12.2. Incluir a proposta de preços no Envelope nº 01.

10.13. Constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, a mesma terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a regularização da documentação, a realização do pagamento ou parcelamento do débito e a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. O prazo para regularização fiscal será contado a partir da divulgação do resultado do julgamento das propostas e poderá ser prorrogado por igual período a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

10.14. A não regularização fiscal no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas no art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, sendo facultado à administração pública convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

10.15. A intimação dos atos de habilitação ou inabilitação dos licitantes será feita mediante publicação no Diário Oficial do Município, salvo se presentes os prepostos dos licitantes no ato público em que foi adotada a decisão, caso em que a intimação será feita por comunicação direta aos interessados e lavrada em ata.

11. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

11.1. O critério de julgamento será o MENOR PREÇO GLOBAL.

11.2. Na data da abertura dos envelopes contendo as propostas, serão rubricados os documentos pelos membros da Comissão de Licitação e pelos representantes legais das entidades licitantes. A Comissão, caso julgue necessário, poderá suspender a reunião para análise das mesmas.

11.3. A Comissão de Licitação verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

11.4. Não será considerada qualquer oferta ou vantagem não prevista neste Edital, para efeito de julgamento da proposta.

11.5. As propostas serão classificadas em ordem crescente de preços propostos.

11.6. A Comissão de Licitação verificará o porte das empresas licitantes classificadas. Havendo microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas participantes, proceder-se-á a comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, para o fim de aplicar-se o disposto nos Artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

11.6.1. Nessas condições, as propostas de microempresas, empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento) acima da proposta de menor preço serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

11.6.2. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 30 (trinta) minutos, caso esteja presente na sessão ou no prazo de 01 (um) dia útil, contados da comunicação da Comissão de Licitação, na hipótese de ausência. Neste caso, a oferta deverá ser escrita e assinada para posterior inclusão nos autos do processo licitatório.

11.6.3. Caso a microempresa, empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresas, empresas de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 10%

(dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, nos mesmos prazos estabelecidos no subitem anterior.

11.7. Caso sejam identificadas propostas de preços idênticos de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa empatadas na faixa de até 10% (dez por cento) sobre o valor cotado pela primeira colocada, a Comissão de Licitação convocará os licitantes para que compareçam ao sorteio na data e horário estipulados, para que se identifique aquela que primeiro poderá reduzir a oferta.

11.8. Havendo êxito no procedimento de desempate, será elaborada a nova classificação das propostas para fins de aceitação do valor ofertado. Não sendo aplicável o procedimento, ou não havendo êxito na aplicação deste, prevalecerá a classificação inicial.

11.9. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:

11.9.1. Produzidos no País;

11.9.2. Produzidos ou prestados por empresas brasileiras;

11.9.3. Produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.

11.9.4. Produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

11.10. Esgotados todos os demais critérios de desempate previsto em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por meio de sorteio, para o qual os licitantes habilitados serão convocados.

11.11. Quando todos os licitantes forem desclassificados, a Comissão de Licitação poderá fixar o prazo de 8 (oito) dias úteis para a apresentação de novas propostas, escoimadas das causas de desclassificação.

11.12. Será **DESCCLASSIFICADA A PROPOSTA** que:

11.12.1. Não estiver em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital;

11.12.2. Contiver vícios ou ilegalidades, for omissa ou apresentar irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento;

11.12.3. Não apresentar as especificações técnicas exigidas no projeto básico ou anexos;

11.12.4. Contiver oferta de vantagem não prevista neste edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido, ou apresentar preço ou vantagem baseada nas ofertas dos demais licitantes;

11.12.5. Não apresentar a Declaração de Elaboração Independente de Proposta, conforme modelo anexo a este edital.

11.12.6. Apresentar, na **COMPOSIÇÃO DE SEUS PREÇOS**:

11.12.6.1. Taxa de Encargos Sociais ou taxa de B.D.I. inverossímil;

11.12.6.2. Custo de insumos em desacordo com os preços de mercado;

11.12.6.3. Quantitativos de mão-de-obra, materiais ou equipamentos insuficientes para compor a unidade dos serviços.

11.12.7. Apresentar preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade, através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato;

11.12.7.1. Considera-se manifestamente inexequível a proposta cujo valor global proposto seja inferior a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores: (a) média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração, ou (b) Valor orçado pela Administração.

11.12.7.2. Nessa situação, será facultado ao licitante o prazo de 01 (um) dia útil para comprovar a viabilidade dos preços constantes em sua proposta, conforme parâmetros do artigo 48, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993, sob pena de desclassificação.

- 11.13. Também será DESCLASSIFICADA a proposta cujo PREÇO GLOBAL ORÇADO ou O PREÇO DE QUALQUER UMA DAS ETAPAS previstas no cronograma físico-financeiro **supere os preços de referência** discriminados nos projetos anexos a este edital.
- 11.14. A participação na presente licitação IMPLICA na **concordância do licitante com a adequação de todos os projetos anexos a este edital**, de modo que eventuais alegações/comprovações de FALHAS OU OMISSÕES em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares dos projetos NÃO poderão ultrapassar, no seu conjunto, a 10% (dez por cento) do valor total do futuro contrato, nos termos do art. 13, II do Decreto Federal n. 7.983/2013 utilizado de forma subsidiária.
- 11.15. Em situações de alegações/comprovações de FALHAS OU OMISSÕES em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares dos projetos que ULTRAPASSEM, no seu conjunto, à 10% (dez por cento) do valor total do futuro contrato, será de RESPONSABILIDADE da Empresa Contratada executar os serviços de forma plena e arcar com eventuais ônus que superem o citado percentual; cabendo à Contratante formalizar termo aditivo de acréscimo de serviços respeitando o percentual máximo de 10% (dez por cento) do valor total do futuro contrato.
- 11.16. Em situações de alegações/comprovações de **pequenas** FALHAS OU OMISSÕES no orçamentos relativos a pequenas variações de quantitativos nos serviços contratados que NÃO ULTRAPASSEM, no seu conjunto, à 02% (dois por cento) do valor total do futuro contrato, pelo fato de o objeto ter sido contratado por "preço certo e total", NÃO será prolatado termo aditivo, nos termos do Artigo 6º, VIII, "a", da Lei nº 8.666, bem como diante da cláusula de concordância firmada no item 11.14 deste Edital, utilizando como precedente os termos do detalhado julgamento do Tribunal de Contas da União, Acórdão nº 1.977/2013 - Plenário, Relator Valmir Campelo, Data de Julgamento 31/07/2013.
- 11.17. Se a proposta de preço não for aceitável, a Comissão de Licitação examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 11.18. Sempre que a proposta não for aceita, e antes de a Comissão de Licitação passar à subsequente, haverá nova verificação da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.
- 11.19. Do julgamento das propostas e da classificação, será dada ciência aos licitantes para apresentação de recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis. Interposto o recurso, será comunicado aos demais licitantes, que poderão impugná-lo no mesmo prazo.
- 11.20. Transcorrido o prazo recursal, sem interposição de recurso, ou decididos os recursos interpostos, a Comissão de Licitação encaminhará o procedimento licitatório para homologação do resultado do certame pela autoridade competente e, após, adjudicação do objeto licitado ao licitante vencedor.
- 11.21. A intimação do resultado final do julgamento das propostas será feita mediante publicação na imprensa oficial (Diário Oficial do Município), salvo se presentes os prepostos dos licitantes no ato público em que foi adotada a decisão, caso em que a intimação será feita por

comunicação direta aos interessados e lavrada em ata.

11.22. O resultado do certame será divulgado no Diário Oficial do Município.

12. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

12.1. A interposição de recurso referente à habilitação ou inabilitação de licitantes e julgamento das propostas observará o disposto no art. 109, § 4º, da Lei 8.666, de 1993.

12.2. Após cada fase da licitação, os autos do processo ficarão com vista franqueada aos interessados, pelo prazo necessário à interposição de recursos.

12.3. O recurso da decisão que habilitar ou inabilitar licitantes e que julgar as propostas terá efeito suspensivo, podendo a autoridade competente, motivadamente e presentes razões de interesse público, atribuir aos demais recursos interpostos, eficácia suspensiva.

12.4. Os recursos deverão ser encaminhados para a Comissão Permanente de Licitações, instalada no endereço da sede desta Prefeitura Municipal

12.5. O recurso será dirigido ao Prefeito Municipal, por intermédio do Presidente da Comissão de Licitação, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

12.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

13.1. O adjudicatário, no prazo de 10 (dez) dias úteis após a assinatura do Termo de Contrato, prestará garantia no valor correspondente a 05% (cinco por cento) do valor do Contrato, que será liberada de acordo com as condições previstas neste Edital, conforme disposto no art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, desde que cumpridas as obrigações contratuais.

13.1.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

13.1.2. O atraso superior a 20 (vinte dias) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666, de 1993.

13.1.3. Caso o valor global da proposta da Adjudicatária seja inferior a 80% (oitenta por cento) do menor valor a que se referem as alíneas "a" e "b" do § 1º do artigo 48 da Lei nº 8.666, de 1993, será exigida, para a assinatura do contrato, prestação de garantia adicional, igual à diferença entre o menor valor calculado com base no citado dispositivo legal e o valor da correspondente proposta.

13.2. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período mínimo de **três meses** após o término da vigência contratual.

13.3. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

13.3.1. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;

13.3.2. Prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

13.3.3. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

- 13.3.4. Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela contratada, quando couber.
- 13.4. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.
- 13.5. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica em instituição bancária indicada pela Prefeitura Municipal, com correção monetária.
- 13.6. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 13.7. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.
- 13.8. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 13.9. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.
- 13.10. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data em que for notificada.
- 13.11. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 13.12. Será considerada extinta a garantia:
- 13.12.1. Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;
- 13.12.2. No prazo de 03 (três) meses após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação.

14. DO TERMO DE CONTRATO

- 14.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, deverá ser firmado Termo de Contrato, prorrogável na forma dos arts. 57, § 1º e 79, §5º da Lei nº 8.666/93.
- 14.1.1. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 14.1.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura do adjudicatário, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.
- 14.1.3. O prazo para assinatura e devolução do Termo de Contrato poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

14.1.4. Na hipótese de irregularidade fiscal, o contratado deverá regularizar a sua situação no prazo de até 05 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

14.2. Se o adjudicatário, no ato da assinatura do Termo de Contrato, não comprovar que mantém as mesmas condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se à assinatura, poderá ser convocado outro licitante para celebrar o ajuste, desde que respeitadas a ordem de classificação e mantidas as mesmas condições da proposta vencedora, sem prejuízo das sanções previstas neste edital e demais normas legais pertinentes.

15. DO REAJUSTE

15.1. O valor do contrato será fixo e irreajustável, porém poderá ser corrigido anualmente mediante requerimento da contratada, após o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data limite para a apresentação da proposta, pela variação do INCC (índice nacional de custos da construção) ou outro que vier a substituí-lo, e afetará exclusivamente as etapas/parcelas do empreendimento cujo atraso não decorra de culpa da contratada.

16. DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

16.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Projeto Básico e nos documentos ANEXOS.

17. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

17.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas neste Edital e seus anexos, na proposta apresentada e no Projeto Básico – ANEXOS.

18. DAS HIPÓTESES DE RESCISÃO CONTRATUAL

18.1. As hipóteses de rescisão do ajuste, bem como a disciplina aplicável em tais casos, são aquelas previstas no instrumento de Contrato, nos termos dos artigos 78 a 80 da Lei n. 8.666, de 1993.

19. DO PAGAMENTO

19.1. O pagamento será efetuado pela Contratante após a conclusão de cada etapa prevista no cronograma físico-financeiro, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da Nota Fiscal/Fatura contendo o detalhamento da execução do objeto e dos materiais empregados.

19.2. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

19.3. A apresentação da Nota Fiscal/Fatura deverá ocorrer no prazo de 10 (dez) dias, contado da data final do período de adimplemento da parcela da contratação a que aquela se referir.

19.3.1. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

19.4. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação à etapa do cronograma físico-financeiro executada.

19.5. Será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

ANEXO XII - Modelo Proposta de Preço

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO /CPL

REF.: CONCORRÊNCIA PÚBLICA nº ____/2023.

Prezados Senhores,

Pelo presente, submetemos à apreciação de V.Sa. a nossa proposta relativa a licitação em epígrafe, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que venham a ser verificados na preparação da mesma e declaramos ainda, que temos pleno conhecimento das condições em que se realizarão as obras e serviços e concordamos com a totalidade das instruções e critérios de qualificação *definidos no edital em referência.*

1 - PROPONENTE:

1.1. - Razão Social:

1.2. – Sede:

1.3. - C.N.P.J.:

1.4. - Endereço/Telefone/Fax/E-mail:

2 - PROPOSTA DE PREÇOS:

2.1. – A presente proposta totaliza um valor global de R\$ (Valor por extenso), representando a soma dos valores parciais e unitários compostos nas planilhas orçamentárias em anexo;

3 - PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA

3.1. - Nossa proposta de preços tem validade mínima de 60 (sessenta) dias, contados da abertura da proposta de preço.

4 – DECLARAÇÃO

Declaramos que nos preços propostos estão inclusos e diluídos os custos que envolvem a perfeita execução do contrato, bem como todos os custos relativos à mão de obra, encargos sociais e trabalhistas, as contribuições fiscais, transporte e seguro, bem como as despesas diretas e indiretas e quaisquer outras necessárias a total execução das obras/serviços, ou quaisquer outros que direta ou indiretamente venham a incidir sobre as mesmas.

5 – QUALIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE LEGAL RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DO INSTRUMENTO CONTRATUAL.

Nome:

Cargo:

Cf nº:

CPF nº:

OBS: Os valores unitários que constam das planilhas anexas integram esta proposta, assim como demais documentos pertinentes, em atendimento ao disposto no Edital.

Cidade _____ de _____ de 2023.

RAZÃO SOCIAL / CNPJ / NOME DO REPRESENTANTE LEGAL / ASSINATURA

- 19.5.1. Não produziu os resultados acordados;
- 19.5.2. Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- 19.5.3. Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do objeto, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 19.6. O pagamento será efetuado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela Contratada.
- 19.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária.
- 19.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 19.9. *Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.*
- 19.10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 19.11. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 19.12. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação fiscal.
- 19.13. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 19.13.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 19.14. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX)$$

$$I = \frac{(6/100)}$$

$$I = 0,00016438$$

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 a Contratada que inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação; ensejar o retardamento da execução do objeto; fraudar na execução do contrato; comportar-se de modo inidôneo; cometer fraude fiscal; ou não mantiver a proposta;

20.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações acima discriminadas ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

20.2.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

20.2.2. Multa moratória de até 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20% (vinte por cento);

20.2.2.1. Em se tratando de inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), aplicar-se-á multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento), de modo que o atraso superior a 20 (vinte) dias autorizará a Administração contratante a promover a rescisão do contrato;

20.2.2.2. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

20.2.3. Multa compensatória de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

20.2.3.1. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

20.2.4. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

20.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados e após decorrido o prazo da penalidade de suspensão do subitem anterior;

20.3. A aplicação de multa não impede que a Administração rescinda unilateralmente o Contrato e aplique as outras sanções cabíveis.

20.4. A recusa injustificada da Adjudicatária em assinar o Contrato, após devidamente convocada, dentro do prazo estabelecido pela Administração, equivale à inexecução total do contrato, sujeitando-a às penalidades acima estabelecidas.

20.5. A aplicação de qualquer penalidade não exclui a aplicação da multa.

20.6. Também fica sujeita às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

20.6.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

20.6.2. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

20.6.3. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

20.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

20.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

20.9. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Município, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do Município e cobrados judicialmente.

20.9.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

20.10. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

21. DA IMPUGNAÇÃO

21.1. Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital perante esta Administração, o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação, pelas falhas ou irregularidades que viciariam este Edital, hipótese em que tal *comunicação não terá efeito de recurso*.

21.2. A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

21.3. Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 8.666, de 1993, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art. 113 da referida Lei.

21.4. A impugnação poderá ser realizada por petição protocolada no endereço da sede desta Prefeitura Municipal, Setor de Licitações.

22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1. A autoridade competente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

22.2. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

22.3. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

22.4. A participação na licitação implica plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste instrumento convocatório e seus Anexos, bem como da obrigatoriedade do cumprimento das disposições nele contidas.

22.5. Qualquer modificação no instrumento convocatório exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

22.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação da Comissão em sentido contrário.

22.7. É facultada à Comissão ou Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

22.8. As licitantes, quando solicitadas, deverão disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação e as correspondentes Certidões de Acervo Técnico (CAT), endereço atual da contratante e local em que foram executadas as obras e serviços de engenharia.

22.9. As normas que disciplinam este certame serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

22.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. *Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.*

22.11. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

22.12. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus Anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.

22.13. Os casos omissos serão dirimidos pela Comissão com base nas disposições da Lei n. 8.666, de 1993, e demais diplomas legais eventualmente aplicáveis.

22.14. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no Diário Oficial do Município <http://diariooficial.macaubas.ba.gov.br/> e também poderá ser lido e/ou obtido no endereço da sede desta Prefeitura Municipal, Setor de Licitações, nos dias úteis, no horário regular de funcionamento, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

22.15. O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o da Comarca de MACAÚBAS, Estado da Bahia, com exclusão de qualquer outro.

22.16. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

22.16.1. ANEXO I à ANEXO IV – Quadro composição BDI, Planilha orçamentaria, Sinalização horizontal, Sinalização vertical e Projetos; em anexo a este Edital.

22.16.2. ANEXO V – Minuta do Termo do Contrato;

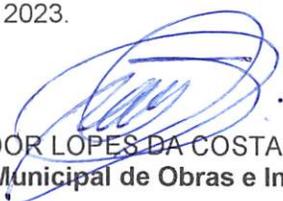
22.16.3. ANEXO VI – Modelo de Declaração de cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal;

22.16.4. ANEXO VII – Modelo de atestado de vistoria;

22.16.5. ANEXO VIII – Modelo declaração de não realização de vistoria in loco;

- 22.16.6. ANEXO IX – Modelo de declaração elaboração independente da proposta;
- 22.16.7. ANEXO X – Modelo de declaração de inexistência de fatos superveniente impeditivo da habilitação e informação complementar;
- 22.16.8. ANEXO XI – Modelo de declaração de microempresa, de empresa de pequeno porte, ou de cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007;
- 22.16.9. ANEXO XII - Modelo Proposta de Preço - devem ser incluídas as planilhas orçamentárias apresentadas nos anexos com os preços unitários propostos pela licitante;

MACAÚBAS/BA, 04 de setembro de 2023.



SALVADOR LOPES DA COSTA JUNIOR
Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura

ANEXO I À ANEXO IV – PROJETO BÁSICO (ACEITO DO PROJETO, ART DE PROJETO E ORÇAMENTO, BDI, CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO, LAUDO TÉCNICO, MEMORIAL DESCRITIVO, PLACA DE OBRAS- COMPOSIÇÃO, E ETC.), EM ANEXO A ESTE EDITAL.

ANEXO V – Minuta de Termo de Contrato

TERMO DE CONTRATO DE *PRESTAÇÃO DE SERVIÇO* / OBRA DE ENGENHARIA Nº/...., QUE FAZEM ENTRE SI O (A) E A EMPRESA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE _____, com sede no (a) _____, na cidade de _____ /Estado ..., inscrito (a) no CNPJ sob o nº _____, neste ato representado (a) pelo (a) _____, inscrito (a) no CPF nº _____, portador (a) da Carteira de Identidade nº _____, doravante denominado CONTRATANTE, e o (a) _____ inscrito (a) no CNPJ/MF sob o nº _____, sediado (a) na _____, em _____ doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, expedida pela (o) _____, e CPF nº _____, tendo em vista o que consta no Processo nº _____ e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Concorrência Pública nº/20...., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação da _____, que será prestado nas condições estabelecidas no Projeto Básico e demais documentos técnicos que se encontram anexos ao Instrumento Convocatório do certame que deu origem a este instrumento contratual.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Instrumento Convocatório da *Concorrência Pública nº ...* e seus anexos, identificado no preâmbulo acima, e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital, com início na data de sua assinatura e encerramento em/...../..... (vigência superior a sessenta dias do prazo estimado de execução, considerando o processamento inicial e final com o recebimento definitivo da obra e o pagamento final).

2.2. A execução dos serviços será iniciada NO PRAZO DE ATÉ 10 (DEZ) DIAS ÚTEIS APÓS O RECEBIMENTO DA ORDEM DE SERVIÇO DE FORMA ELETRÔNICA, cujas etapas observarão o cronograma fixado no Projeto Básico.

2.3. A prorrogação dos prazos de execução e vigência do contrato será precedida da correspondente adequação do cronograma físico-financeiro, bem como de justificativa e autorização da autoridade competente para a celebração do ajuste, devendo ser formalizada nos autos do processo administrativo.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO CONTRATO

3.1. O valor total da contratação é de R\$ _____ (_____ reais e _____ centavos).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, bem como taxas de licenciamento, administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.3. O valor consignado neste Termo de Contrato é fixo e irrevogável, porém poderá ser corrigido anualmente mediante requerimento da contratada, observado o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data limite para a apresentação da proposta, pela variação do INCC ou outro que vier a substituí-lo.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município de _____, para o exercício de 20__, na classificação abaixo:

5. CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado pela Contratante APÓS A CONCLUSÃO DE CADA ETAPA PREVISTA NO CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias contados da apresentação da fatura/nota fiscal contendo o detalhamento da execução do objeto e os materiais empregados juntamente com o Boletim de Medição e o Diário de Obras, com a execução devidamente atestada pelo setor técnico de engenharia desta Prefeitura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicados pelo CONTRATADO.

5.2. As demais normas quanto ao pagamento à CONTRATADA encontram-se definidos no Edital.

6. CLÁUSULA SEXTA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

6.1. A CONTRATADA prestará garantia no valor de R\$ (.....), na modalidade de, correspondente a 05% (cinco por cento) de seu valor total, no prazo de 10 (dez) dias úteis, observadas as condições previstas no Edital.

6.1. O regime jurídico da garantia é aquele previsto no instrumento convocatório.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

7.1. A disciplina inerente ao controle e fiscalização da execução contratual é aquela prevista no Projeto Básico, anexo do Edital.

8. CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Projeto Básico, anexo do Edital, além das seguintes obrigações específicas à CONTRATADA:

- A Contratada é responsável pela qualidade dos materiais e serviços executados ou fornecidos, devendo promover as eventuais readequações caso sejam necessárias e sempre que forem detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto;
- A Contratada deverá conceder livre acesso aos servidores da Contratante, bem como aos órgãos de controle interno e externo, aos processos, documentos, informações contábeis e locais de execução, referentes ao objeto; e

Além das obrigações contidas neste Contrato por determinação legal, obriga-se a:

- a) executar os serviços objeto deste Contrato de acordo com as especificações e/ou normas da ABNT exigida, observar Projeto Básico / Memorial Descritivo / Especificações (Anexo I), devendo iniciar os serviços após a publicação da Ordem de Serviço no Diário Oficial do Município e no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis;
- b) disponibilizar o material de consumo necessário para a realização dos serviços;
- c) arcar com todas as despesas decorrentes de transporte, alimentação, assistência médica e de pronto socorro de seus empregados;
- d) promover, por sua conta e risco, o transporte de seus empregados, dos equipamentos, materiais e utensílios necessários à execução dos serviços objeto deste Contrato;
- e) responder pelas obrigações, despesas, encargos trabalhistas, securitários, previdenciários e outros, na forma da legislação em vigor relativo aos empregados utilizados na execução dos serviços ora contratados, sendo-lhe defeso invocar a existência desse contrato para tentar eximir-se daquelas obrigações ou transferi-las à contratante;
- f) zelar pela boa e completa execução dos serviços contratados e facilitar, por todos os meios ao seu alcance, a ampla ação fiscalizadora dos prepostos designados pelo Contratante, atendendo prontamente as observações e exigências que lhe forem solicitadas;
- g) efetuar pontualmente o pagamento de todas as taxas e impostos que incidam ou venham a incidir

- sobre as suas atividades e/ou sobre a execução do objeto do presente Contrato, inclusive as obrigações sociais e previdenciárias e trabalhistas dos seus empregados;
- h) apresentar, sempre que solicitado pela CONTRATANTE, folha de pagamento de seus empregados, Guias de Recolhimento das Contribuições Sociais e previdenciárias (INSS, FGTS e PIS), sob pena, em caso de recusa ou falta de exibição dos mesmos, de ser sustado o pagamento de quaisquer faturas que lhes forem devidas, até o cumprimento desta obrigação;
- i) comunicar ao CONTRATANTE, qualquer anormalidade que interfira no bom andamento dos serviços, objeto do presente Contrato, provocada por empregados da Contratada, inclusive indicando o nome do responsável;
- j) providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás junto as repartições competentes, necessários à execução dos serviços objeto do presente contrato, efetuando pontualmente todos os pagamentos de taxas e impostos que incidam ou venham incidir sobre as suas atividades;
- k) arcar com todo e qualquer dano ou prejuízo, de qualquer natureza, causados à contratante e/ou a terceiros por sua culpa, ou em consequência de erros, imperícia própria, ou de auxiliares que estejam sob sua responsabilidade na execução dos serviços contratados;
- l) observar e respeitar as Legislações Federal, Estadual e Municipal, relativas a prestação dos seus serviços; cumprir rigorosamente as disposições da Lei 8.666/93.
- m) manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- n) exigência de comprovação mensal junto ao setor financeiro competente, do cumprimento das obrigações trabalhistas, fiscais, tributárias e previdenciárias, incluindo-se o pagamento dos direitos previstos na Consolidação das Leis do Trabalho e nas Convenções, Dissídios ou Acordos Coletivos de trabalho, obrigações decorrentes do cumprimento das normas de segurança e medicina do trabalho, bem como das normas e legislação especializadas de proteção ao meio ambiente, comprovação de pagamento de salários, FGTS e os demais encargos de natureza trabalhista;
- o) obrigação do contratado de exibir os instrumentos de rescisão de contratos de trabalho vinculados à execução do contrato;
- p) Registrar o Contrato no CREA e apresentar o comprovante de pagamento da "Anotação de Responsabilidade Técnica", antes da emissão da primeira fatura.
- q) fornecer e colocar no local das obras / serviços placa de divulgação e identificação da mesma, e placa de inauguração, quando for o caso, as quais serão confeccionadas de acordo com o manual apropriado a ser fornecido pela CONTRATANTE.
- r) matricular os serviços no INSS e entregar à CONTRATANTE as guias de recolhimento das contribuições devidas ao INSS e ao FGTS, nos termos da legislação específica em vigor. As referidas guias serão acompanhadas de declaração elaborada em papel timbrado do CONTRATADO, carimbada e assinada por pessoa legalmente habilitada para tal fim, atestando, sob as penas da lei, que as mesmas correspondem fielmente ao total da mão-de-obra empregada nos serviços contratados.
- s) manter no local das obras / serviços um "Diário de Ocorrências / Diário de Obras", no qual serão feitas anotações diárias referentes ao andamento dos serviços, qualidade dos materiais, mão-de-obra, como também reclamações, advertências e principalmente problemas de ordem técnica que requeiram solução, por uma das partes. Este Diário, devidamente rubricado pela Fiscalização e pela CONTRATADA, em todas as vias, ficará em poder da CONTRATANTE após a conclusão das obras / serviços.
- t) obedecer às normas de higiene e prevenção de acidentes, a fim de garantir a salubridade e a segurança nos acampamentos e nos canteiros de serviços.
- u) responder por todos os ônus e obrigações concernentes às legislações Fiscal, Previdenciária, Trabalhista e Comercial, inclusive os decorrentes de acidentes de trabalho.
- v) responder financeiramente, sem prejuízo de medidas outras que possam ser adotadas, por quaisquer danos causados à União, Estado, Município ou terceiros, em razão da execução das obras / serviços.
- x) manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- y) responsabilizar-se pela qualidade das obras, materiais e serviços, devendo promover as readequações sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto contratado.
- z) permitir o livre acesso dos servidores/fiscais da contratante e da concedente, bem como dos órgãos de controle interno e externo, aos documentos e registros contábeis.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Além das obrigações previstas no presente Contrato por determinação legal. O CONTRATANTE obriga-se a:

1. Designar prepostos para conferir, fiscalizar, apontar falhas e atestar a execução do serviço;

2. Efetuar, nos prazos indicados, os pagamentos devidos à CONTRATADA;
3. Notificar, por escrito, à CONTRATADA, quando da aplicação de multas previstas neste contrato;
4. Prestar esclarecimentos e informações à contratada que visem orientá-la na correta prestação dos serviços pactuados, dirimindo as questões omissas neste instrumento assim como dar-lhe ciência de qualquer alteração no presente Contrato.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA SUBCONTRATAÇÃO

- 10.1. **NÃO** será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 10.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 12.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Edital.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO E DAS ALTERAÇÕES

- 13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

- 13.2. A diferença percentual entre o valor global do contrato e o preço global de referência não poderá ser reduzida em favor do contratado em decorrência de aditamentos que modifiquem a planilha orçamentária.

- 13.3. O contrato será realizado por execução indireta, sob o REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.

- 13.4. A CONTRATADA **concorda com a adequação de todos os projetos anexos a este edital**, de modo que eventuais alegações/comprovações de FALHAS OU OMISSÕES em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares dos projetos **NÃO** poderão ultrapassar, no seu conjunto, a 10% (dez por cento) do valor total do futuro contrato, nos termos do art. 13, II do Decreto Federal n. 7.983/2013 utilizado de forma subsidiária.

- 13.5. Em situações de alegações/comprovações de FALHAS OU OMISSÕES em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares dos projetos que **ULTRAPASSEM**, no seu conjunto, à 10% (dez por cento) do valor total do futuro contrato, será de RESPONSABILIDADE da CONTRATADA executar os serviços de forma plena e arcar com eventuais ônus que superem o citado percentual; cabendo à Contratante formalizar termo aditivo de acréscimo de serviços respeitando o percentual máximo de 10% (dez por cento) do valor total do futuro contrato.

- 13.6. Em situações de alegações/comprovações de **pequenas** FALHAS OU OMISSÕES no orçamentos relativos a pequenas variações de quantitativos nos serviços contratados que **NÃO** ULTRAPASSEM, no seu conjunto, à 02% (dois por cento) do valor total do futuro contrato, pelo fato de o objeto ter sido contratado por "preço certo e total", **NÃO** será prolatado termo aditivo, nos termos do Artigo 6º, VIII, "a", da Lei nº 8.666, bem como diante da cláusula de concordância firmada no Edital, utilizando como precedente os termos do detalhado julgamento do Tribunal de Contas da União, Acórdão nº 1.977/2013 - Plenário, Relator Valmir Campelo, Data de Julgamento 31/07/2013.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS VEDAÇÕES

- 14.1. É vedado à CONTRATADA:

- 14.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

14.1.2. Interromper a execução dos serviços/atividades sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO

15.1. A disciplina inerente ao recebimento do objeto é aquela prevista no Projeto Básico, anexo do Edital.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – RESCISÃO

16.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Projeto Básico, anexo do Edital.

16.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

16.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.4. O termo de rescisão, sempre que possível, deverá indicar:

16.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos em relação ao cronograma físico-financeiro, atualizado;

16.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

16.4.3. Indenizações e multas.

18. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

18.1. Incumbirá à Contratante providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial do Município, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

19. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

19.1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Comarca de MACAÚBAS, Estado da Bahia.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

..... de..... de 2023.

Responsável legal da CONTRATANTE

Responsável legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

ANEXO VI – Modelo de Declaração de cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do art. 7º, da Constituição Federal

À

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO /CPL

REF.: CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. ____/2023.

Declaramos, sob as penas da lei, em atendimento ao quanto previsto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, que não empregamos menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre,

() nem menor de 16 anos.

() nem menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.

RAZÃO SOCIAL

CNPJ

NOME DO REPRESENTANTE LEGAL E ASSINATURA

ANEXO VII – Modelo de Atestado de Vistoria

À
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO /CPL

REF.: VISITA TÉCNICA DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº /2023.

Em cumprimento ao correspondente edital da licitação Concorrência nº. /2023, declaramos para os devidos fins, que a empresa: _____, com sede na _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, através de seu(s) responsável(eis) técnico(s) – o(s) engenheiro(s) o(s) Sr(s). _____, devidamente credenciado(s) e munido(s), da(s) Carteira(s) do CREA(s) n.º _____, visitou o(s) local (is) onde serão executados as obras/serviços, tendo conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto desta licitação, estando ciente das sanções factíveis de serem aplicadas.

MACAÚBAS, ___ de _____ de 2023.

Nome e assinatura do responsável técnico da Prefeitura Municipal de MACAÚBAS

RAZÃO SOCIAL / CNPJ / NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO / ASSINATURA

ANEXO VIII

Declaração de que não realizou a vistoria in loco

DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISITA/VISTORIA

(NOME DA EMPRESA E QUALIFICAÇÃO DA MESMA COM CNPJ, ENDEREÇO, etc.), neste ato representada por (REPRESENTANTE DA EMPRESA E QUALIFICAÇÃO DO MESMO, CONSTANDO INCLUSIVE QUAL A FUNÇÃO/CARGO NA EMPRESA), DECLARA que OPTA por não realizar a visita/vistoria ao(s) local(is) de execução dos serviços, que ASSUME todo e qualquer risco por esta decisão, DECLARA, que se responsabiliza pela dispensa e por situações supervenientes e SE COMPROMETE a prestar fielmente os serviços nos termos do Edital, do Termo de Referência e dos demais anexos que compõem o processo na modalidade Tomada Preço nº ____/2023, Processo Administrativo nº ____/2023.

____ - __, __ de ____ de ____

Representante da empresa
Cédula de Identidade nº: ____

ANEXO IX – Modelos de declaração de elaboração independente de proposta

À

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO /CPL

REF.: Concorrência Pública Nº _____ /2023.

Eu, _____, portador da carteira de identidade nº _____, expedido por _____, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº _____, na qualidade de representante legal da empresa _____, com sede _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____ declara sob as penas da Lei, que:

- (a) a proposta apresentada para participar da (identificação da licitação) foi elaborada de maneira independente (pelo Licitante/Consórcio), e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação), por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- (b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da (identificação da licitação) não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação), por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- (c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação) quanto a participar ou não da referida licitação;
- (d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da (identificação da licitação) não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação) antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
- (e) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da (identificação da licitação) não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante de (órgão licitante) antes da abertura oficial das propostas; e
- (f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la

Atenciosamente,

(Nome e assinatura do responsável legal pela proponente)

ANEXO X – Modelo de declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação e informação complementar

À

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO /CPL

REF.: Concorrência Pública Nº /2023.

Eu, _____, portador da carteira de identidade nº _____, expedido por _____, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº _____, na qualidade de representante legal da empresa _____, com sede _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____ declara sob as penas da Lei, nos termos do parágrafo 2.º, art. 32 da Lei Federal nº 8.666/93, que até a data de entrega dos envelopes, nenhum fato ocorreu que inabilite a empresa a participar da presente licitação; bem como declara que inexistente servidor público nos quadros da licitante que integra função de gerência, administração ou tomada de decisão.

Atenciosamente,

(Nome e assinatura do responsável legal pela proponente)

ANEXO XI – Declaração de microempresa, de empresa de pequeno porte, ou de cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007

REQUERIMENTO DE BENEFÍCIO DO TRATAMENTO DIFERENCIADO E DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (Lei Complementar nº 123/2006).

Eu _____, portador (a) da Carteira de Identidade R.G. nº _____ - SSP/____ e do CPF/MF nº _____, representante da empresa _____, CNPJ/MF nº _____, solicitamos na condição de MICROEMPRESA/EMPRESA DE PEQUENO PORTE, quando da sua participação na licitação, modalidade CONCORRENCIA Nº 0_/2018, seja dado o tratamento diferenciado concedido a essas empresas com base na Lei Complementar nº. 123/2006.

Declaramos ainda, que não existe qualquer impedimento entre os previstos nos incisos do § 4º do artigo 3º da Lei Complementar Federal nº. 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014.

Como prova da referida condição, apresentamos em documento anexo, CERTIDÃO SIMPLIFICADA emitida pela Junta Comercial para comprovação da condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte.

Local e data

Assinatura do representante legal _____

RG:

CPF:

CNPJ/MF da empresa

OBS.: ESTE DOCUMENTO DEVERÁ SER PREENCHIDO PREFERENCIALMENTE EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA E DEVERÁ SER ENTREGUE FORA DO ENVELOPE. ESTE REQUERIMENTO É OBRIGATÓRIO PARA QUEM QUISER USUFRUIR DO BENEFÍCIO.

PAVIMENTAÇÃO EM TSD

Trecho: Pajeú à Lagoa do Pajeú

Extensão: 80,00 m

Agosto / 2023

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO	3
JUSTIFICATIVA.....	3
MAPA DE LOCALIZAÇÃO	4
CROQUI DE LOCALIZAÇÃO: RUA B - PAJEÚ A LAGOA DO PAJEÚ	5
PROJETO	6
Área Impactada.....	6
Dados Gerais do Município	6
Geometria Proposta	8
CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES	8
DISCREPÂNCIAS E INTERPRETAÇÕES	8
ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS	9
COMPACTAÇÃO DE ATERROS.....	9
REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DO SUBLEITO	10
IMPRIMAÇÃO.....	10
TSD (TRATAMENTO SUPERFICIAL DUPLO)	11
CAPA SELANTE.....	12
MÉTODO DE CÁLCULO TSD	13
MEIO-FIO E SARJETAS.....	20
SINALIZAÇÃO VERTICAL	20
SINALIZAÇÃO HORIZONTAL.....	21

APRESENTAÇÃO

O presente projeto tem a finalidade de melhorar o traçado viário, promover a melhor fluidez do trânsito e as condições de escoamento das águas pluviais, beneficiando a população desta área de intervenção e conseqüentemente de todo o povoado.

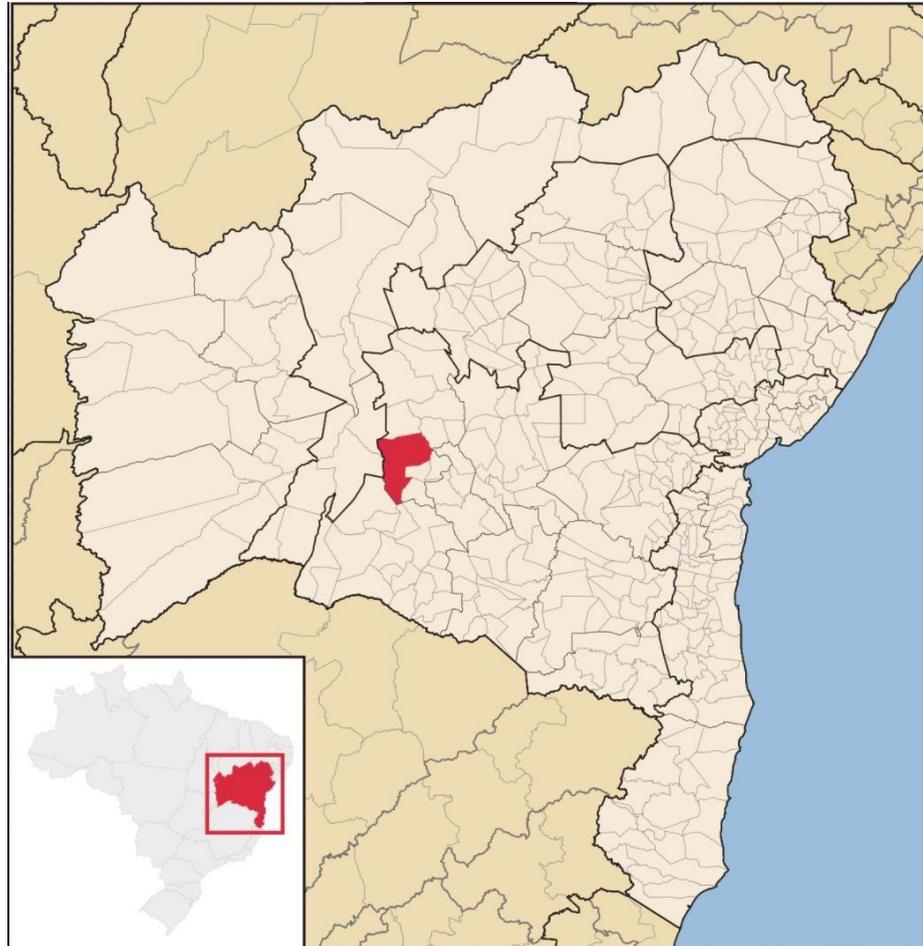
A população beneficiada diretamente será de aproximadamente 400 habitantes, equivalente a 100 famílias.

O presente relatório tem como objetivo principal fornecer os subsídios indispensáveis ao processo de contratação das obras de Pavimentação em TSD, trecho: Pajéu à Lagoa do Pajéu, com extensão aproximada de 80,00 m.

JUSTIFICATIVA

Por ser via de ligação de povoados do município e ainda estar em estado de leito natural, com o constante trânsito de veículos leves e pesados, cujo objetivo principal é garantir o escoamento das produções agropecuária rural do Município de Macaúbas, mas que também beneficiará em outros aspectos de igual importância. Por essas razões há a imperativa necessidade da implantação da pavimentação nessas zonas povoadas, uma vez que o pavimento além de fator disciplinante do trânsito, também regulariza a vazão das águas pluviais, atendendo, desta forma, a necessidade de implantação de uma providência viável para proteção da integridade física dos habitantes locais e visitantes. Melhorando, com isso, a qualidade de vida de toda a população do povoado.

MAPA DE LOCALIZAÇÃO



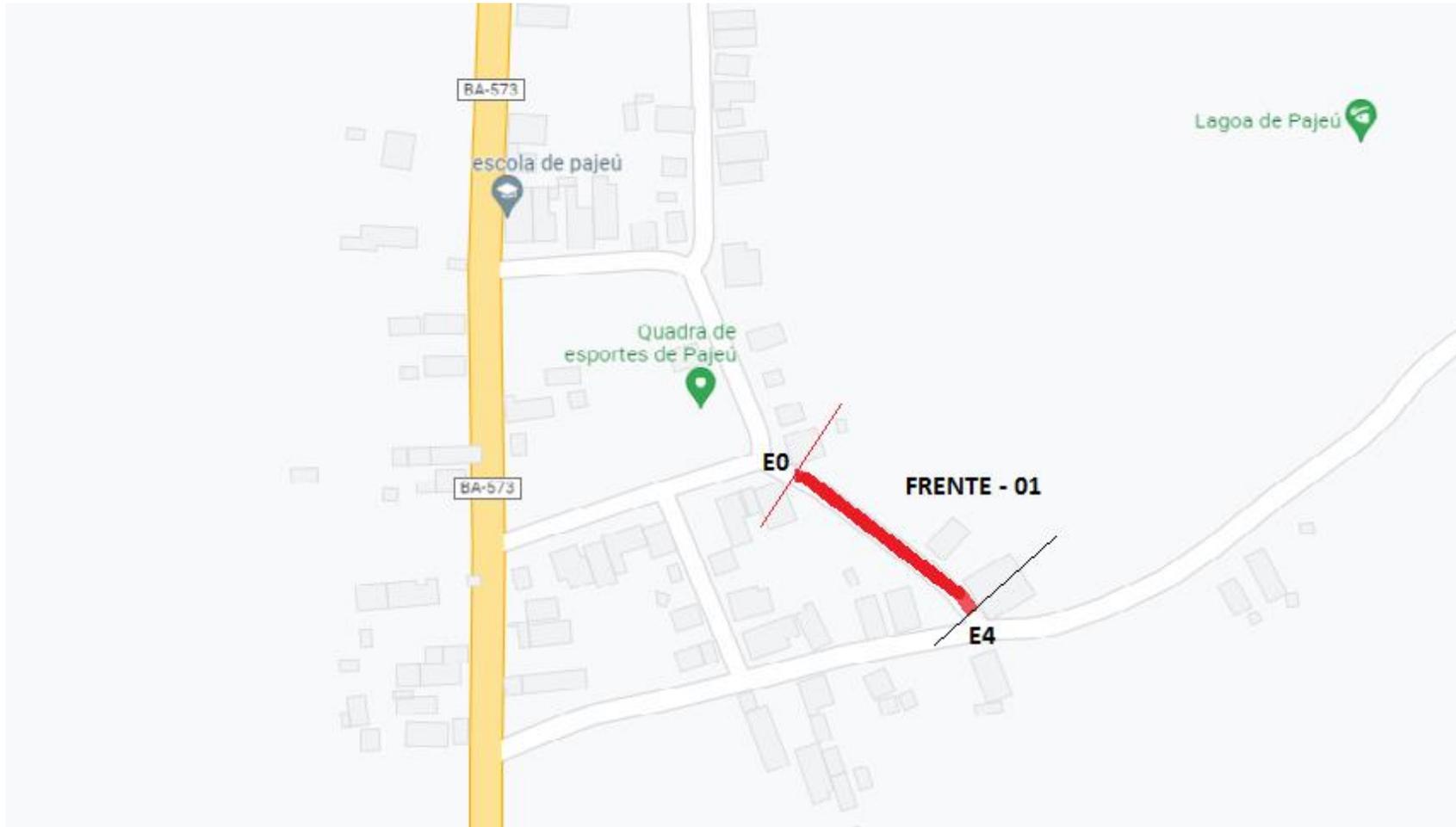
 Localização de Macaúbas



DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÚBAS - BA

CROQUI DE LOCALIZAÇÃO: RUA B - PAJEÚ A LAGOA DO PAJEÚ



PROJETO

Área Impactada

Dados Gerais do Município

Macaúbas é um município brasileiro no interior do estado da Bahia, Região Nordeste do país. Situa-se na microrregião de Boquira e mesorregião do Centro-Sul Baiano localizando-se a uma distância de 682 quilômetros a oeste da capital estadual, Salvador. Sua população estimada em 2020 era de 50 161 habitantes.[2] O município é o quadragésimo sétimo mais populoso do estado, integrante do polo da Microrregião de Boquira, estabelecendo influência comercial e de infraestrutura para uma área de aproximadamente 200 mil habitantes.

Foi colonizado em meados do século XVIII, numa região que habitavam vários povos indígenas. Durante anos, Macaúbas fez parte do território de Paratinga até que, em 1832, foi emancipada à vila. A sede do município possui uma temperatura média anual de 23,6 graus centígrados. Localizado na transição entre o cerrado, caatinga e chapada, com clima semiárido, Macaúbas é rodeada por serras, morros e fontes. O município é servido pela rodovia estadual BA-156, que a liga para várias cidades baianas, como Boquira, Caturama, Paramirim e Oliveira dos Brejinhos.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH-M) do município é considerado médio, de acordo com dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Segundo dados do relatório de 2010, divulgado em 2013, seu valor era de 0,609, sendo o 124.º da Bahia (PNUD)[36] e o 3 927 º do Brasil. Considerando-se apenas o índice de longevidade, seu valor é de 0,791, o valor do índice de renda é de 0,557 e o de educação é de 0,513.[4] No período de 2000 a 2010, o índice de Gini reduziu de 0,64 para 0,55 e a proporção de pessoas com renda domiciliar per capita de até R\$ 140 passou de 67,51% para 44,17%. Em 2010, 28,96% da população vivia acima da linha de pobreza, 44,17% entre as linhas de indigência e de pobreza e 26,87% abaixo da linha de indigência. Em 2010, 54,8% da população era economicamente ativa e ocupada.

Indicadores Socioeconômicos – Macaúbas	
Fundação	1832
Unidade Federativa	Bahia
Mesorregião Econômica	Oeste da Bahia
Microrregião Econômica	Boquira
Municípios Limítrofes	Paratinga, Boquira, Ibipitanga, Rio do Pires, Caturama, Botuporã, Tanque Novo, Igaporã, Riacho de Santana, Bom Jesus da Lapa.
Distância até a Capital	682 km
Área	2.459,102 Km ²
População <i>IBGE/2020</i>	50.161 hab
Densidade Demográfica	20,4 hab/Km ²
IDH - M <i>PNUD/2010</i>	0,609
PIB <i>IBGE/2015</i>	R\$ 6.366,29

Geometria Proposta

O trecho em pauta se localiza na micro-região de Macaúbas, com extensão de 80,00 m.

Sucintamente, as características técnicas e operacionais do trecho serão as constantes do quadro resumo abaixo, o qual precede os desenhos indicativos da geometria do trecho

CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS E OPERACIONAIS	
ANO DE ABERTURA	2023
EXTENSÃO DO TRECHO	80,00 m
DECLIVIDADE DE PISTA	5,60%
LARGURA DA PISTA DE ROLAMENTO	7,00 m
LARGURA DO PASSEIO	1,50 m

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Estas especificações fixam as qualidades mínimas, aplicáveis e exigíveis pela fiscalização dos serviços necessários para a completa execução da obra.

A execução da obra deverá obedecer integral e rigorosamente aos projetos, memoriais e detalhes fornecidos.

As normas, especificações e métodos aprovados, recomendados ou em fase de projeto da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e relacionadas direta ou indiretamente, com a obra, fazer parte integrante do presente capítulo.

DISCREPÂNCIAS E INTERPRETAÇÕES

Em caso de eventuais divergências entre elementos do projeto serão seguidos os seguintes critérios:

Divergências entre as cotas assinaladas e as dimensões medidas em escala prevalecerão as primeiras;

Divergências entre desenhos de escalas diferentes - prevalecerão os de maior escala (denominador menor da relação modular);

Divergências entre elementos não incluindo nos dois parágrafos anteriores, prevalecerão o critério e a interpretação da fiscalização, para cada caso. No canteiro de trabalho, deverão ser mantidos em bom estado pela empreiteira, tantos jogos de plantas quantos forem necessários para os serviços da obra.

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

COMPACTAÇÃO DE ATERROS

Após o material ter sido espalhado nas áreas de aterro em camadas de 20 cm de espessura (material não compactado) no máximo, será feita compactação uniforme, até ser atingido o grau de adensamento correspondente a 95% do Proctor Intermediário (método de ensaio DNER-DPT m 48-64).

Se a umidade do solo não se situar nas proximidades da umidade ótima determinada em ensaio, o material deverá receber irrigação uniforme.

Ocorrendo, no aterro, trechos que não tenham permitido o grau de compactação especificado (borrachudos), tais trechos deverão ser escarificados e, após a correção de umidade, espalhados e compactados em atendimento à presente especificação. Pelos serviços acima descritos, não será devido pagamento adicional, devendo tais custos ser incluídos no preço unitário.

Na comprovação da compactação, serão admitidos resultados individuais entre 90 e 95% do Proctor Intermediário, desde que a média dos resultados obtidos num trecho ou em conjunto de 10 resultados, a critério da fiscalização, seja igual ou maior que 95% do Proctor Intermediário. A comprovação será feita pelo “Método do Frasco de Areia” (DNER-DPT M 92-64),

Caso a média dos resultados seja inferior a 95% Proctor Intermediário ou caso haja resultados individuais abaixo de 90% do Proctor Intermediário, o trecho ao qual se referem os resultados deverá ser novamente compactado, eventualmente escarificado e irrigado.

REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DO SUBLEITO

O sub-leito atual do trecho será regularizado e compactado mecanicamente obedecendo as cotas de greide, bem como as declividades transversais do projeto.

Após a regularização, será feita a compactação mediante rolo de pneus até ser atingido o grau de adensamento correspondente a 100% do Proctor Intermediário (Método de Ensaio DNER- DPT M 48-64). A compactação deverá ser executada, após aeração ou irrigação uniforme do subleito, por meio de carro-tanque, inclusive do material adicional, de modo que se obtenha a umidade ótima determinada no ensaio de Proctor Intermediário.

Ocorrendo no subleito, trechos, que por umidade excessiva não tenham permitido atingir o grau de compactação especificado (Borrachudos), tais como trechos deverão ser escarificados e, após tratamento conveniente, espalhados e compactados em atendimento à presente especificação.

Cuidado especial requerera a compactação próxima a caixa de recepção ou outras construções, como também junto ao meio-fio; por outro lado, a compactação deverá ser tão eficiente quanto no caso normal, não devendo danificar estas construções. Será admissível em tais casos utilizar placas vibratórias, cuja aprovação, todavia, ficará a critério da fiscalização.

Ensaio a serem procedidos no material do subleito:

Ensaio de compactação (método DNER-NE-48-64, para determinação da massa específica aparente seca, máxima), nas amostras coletadas em pontos alternados (eixo e bordos) do arruamento ou caminho, equidistantes longitudinalmente de 50,00m.

Determinação do teor de umidade ótima referente ao ensaio anterior.

IMPRIMAÇÃO

Antes da construção de qualquer base ou capa de rolamento com materiais betuminosos faz-se a imprimação da base.

A imprimação consiste na aplicação de uma leve camada de betume para aglutinar o material solto e penetrar no subleito até certa profundidade, camada essa que se

deixa secar bem antes de se iniciar a construção do revestimento. Durante a cura da imprimação não se deve permitir tráfego na pista. Se for impossível impedir o tráfego, a imprimação deve ser protegida por uma camada de areia grossa. São indicados para a imprimação asfaltos diluídos de tipo adequado, entre outros.

A quantidade de material betuminoso para imprimação depende da textura da superfície a ser imprimada. Em geral considera-se como adequada a quantidade que a superfície absorve em 24 horas, costumando ser de 0,5 a 2,5 litros/m². Se a base estiver absorvendo muito material poder-se-á empregar outro com maior viscosidade. Com tempo quente, também podem ser necessários para imprimação materiais com maior viscosidade do que em dias mais frios. Se o material escorrer durante a imprimação, ele pode ser aplicado em duas vezes. Se for necessário para cobertura completa, um pouco mais de material poderá ser aplicado nos pontos fracos.

Para a execução da imprimação será utilizada a emulsão CM-30.

TSD (TRATAMENTO SUPERFICIAL DUPLO)

Consiste numa capa de desgaste fina, com uma ou mais aplicações de material betuminoso cobertas com agregado (penetração invertida) sobre uma base estável. A superfície da sub-base deve ser bem limpa e imprimada com material betuminoso líquido de baixa viscosidade.

Após a penetração e secagem da imprimação, é feita uma aplicação de material betuminoso mais pesado, imediatamente coberta com agregado de tamanho uniforme (toda as partículas aproximadamente do mesmo tamanho, tipo macadame, como é conhecido) grosso e limpo, que se comprime com rolo tipo tandem, com rodas de aço.

Logo após é aplicada uma segunda camada de material betuminoso pesado, logo coberta com outra de agregado um pouco mais fino que o da primeira, antes da construção da capa selante. Quando se usam duas camadas de betume e duas de agregado antes da capa selante, o tratamento superficial é duplo.

Este tipo de construção é conhecida como penetração invertida, pelo fato do

agregado ser colocado por cima do betume que precisa deslocar-se para cima, a fim de penetrar no agregado e prendê-lo.

O Tratamento superficial pode ser construído sobre qualquer base capaz de resistir às cargas do tráfego. Seu uso sobre bases estabilizadas granulometricamente é um tipo de pavimento de baixo custo, amplamente utilizado em estradas com pequenos volumes de tráfego. As principais vantagens do tratamento superficial betuminoso são que ele constitui uma superfície de desgaste satisfatória e pouco dispendiosa, e que capas adicionais do mesmo tipo podem ser construídas sobre ele, de acordo com as necessidades, nos anos seguintes, à medida que o volume de tráfego vai aumentando e se tornam necessários pavimentos mais resistentes. É a chamada *construção progressiva*.

A quantidade de betume necessária varia com a quantidade, o tamanho e a porosidade do agregado e com a consistência do betume empregado. A quantidade e o tamanho dos agregados a utilizar dependem da espessura a ser obtida e do número de aplicações de betume e de agregado necessárias para obter essa espessura. Não se deve utilizar em cada aplicação mais agregado do que o necessário para cobrir com uma camada simples a película de betume espalhada na pista. Portanto, a quantidade necessária é capaz de cobrir a área com uma camada de espessura igual à de cada partícula do agregado. O agregado mais grosso deve ser aplicado na primeira camada e tamanhos menores na segunda camada.

Para a execução do TSD será utilizada a emulsão RR2C.

CAPA SELANTE

A capa selante é um tratamento superficial de espessura diminuta, com ou sem cobertura de agregado, aplicado a uma capa de rolamento betuminosa. Do mesmo modo que a imprimação e a pintura de ligação, ela não é empregada sozinha, mas como parte integrante da capa de rolamento. Ela se destina a atender a uma das seguintes finalidades:

- 1) Impedir a penetração da água no pavimento, impermeabilizando a sua superfície;
- 2) Reduzir a circulação de ar através da capa betuminosa, diminuindo a

sua oxidação;

- 3) Obter uma superfície de rolamento antiderrapante;
- 4) Aumentar a resistência do pavimento ao desgaste pelo tráfego;
- 5) Tornar a superfície mais visível à noite. O aumento da visibilidade depende da cor do agregado de cobertura e só é eficiente quando as faces expostas do agregado de cobertura não ficam cobertas com betume;
- 6) Melhora a drenagem superficial da pista e evitar o fenômeno de hidroplanagem, causa de muitos acidentes em dias de chuvas fortes.

As capas superficiais que contêm agregados de granulometria aberta necessitam de capa selante, pelo menos para impermeabilização e redução de circulação do ar. As capas superficiais com agregados de granulometria densa necessitam de capa selante, pelo menos para reduzir sua resistência ao desgaste.

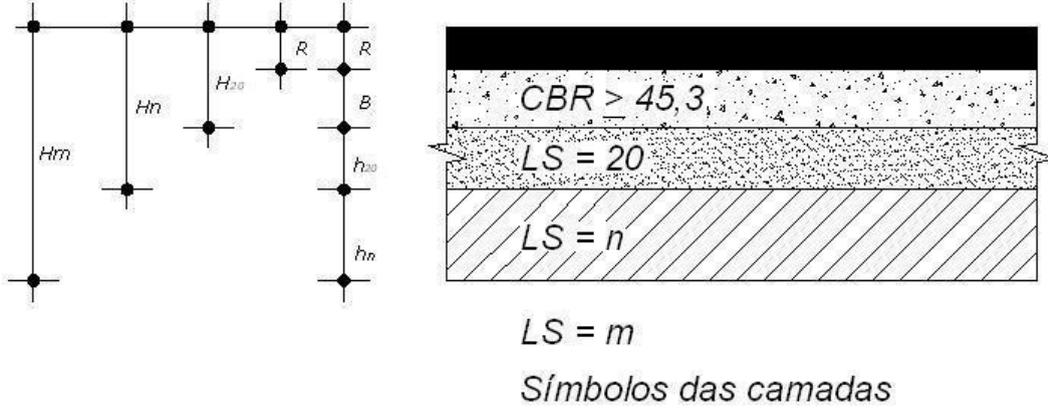
Podem ser empregados na construção de capas selantes vários tipos de agregados e de materiais betuminosos. Devendo ser mantido equilíbrio adequado entre: o tipo e a viscosidade do material betuminoso, a quantidade de material betuminoso e as características e tamanho do agregado.

O emprego de betumes bem viscosos é adequado nas capas selantes para: evitar sua penetração indesejável na camada de baixo, impermeabilizar a superfície do pavimento e reter o agregado de cobertura. O agregado deve ser isento de pó, e suas partículas não devem ter mais de 12 mm.

Para a execução da capa selante será utilizada a emulsão RR2C.

MÉTODO DE CÁLCULO TSD

O método utilizado admite que a espessura total de pavimento, é em função de N e de IS ou CBR; a espessura constante deste gráfico é em termos de material com $K=1$, isto é, termos de base granular. Entrando-se em abscissa com o valor de N, procede-se verticalmente até encontrar a reta representativa da capacidade de suporte (IS ou CBR) em causa e, procedendo-se horizontalmente, então encontra-se, em ordenadas, a espessura do pavimento.



□ Método do DNER/1966 -
3ª ed. rev. 1981

■ Dimensionamento

□ Espessura Total sobre o Subleito (Hm)

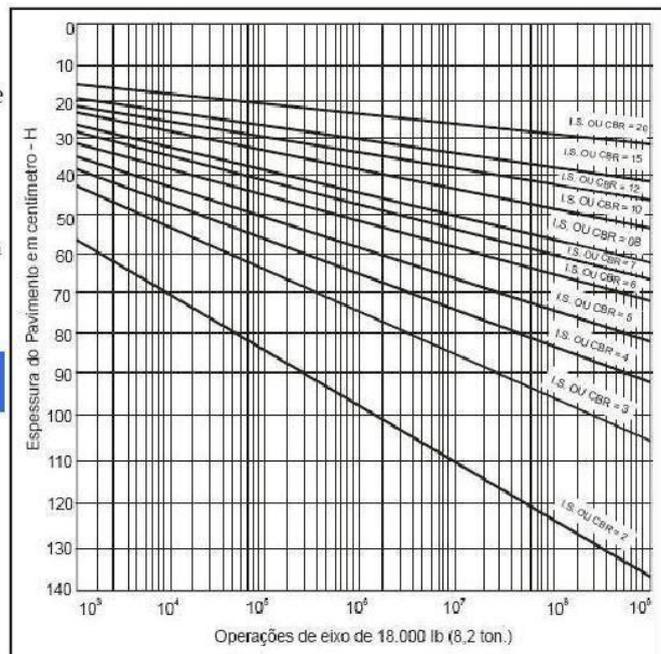
■ Ábaco de Dimensionamento

- Espessuras equivalentes em termos de brita graduada

$$H_i = 77,67 \times N^{0,0482} \times CBR^{-0,598}$$

Fórmula aproximada. Superdimensiona para N muito pequeno. Usar para $N > 10^6$

Fonte: DNIT (IPR-719)



N	Espessura Mínima de Revestimento Betuminoso
$N \leq 10^6$	Tratamentos Superficiais Betuminosos
$10^6 < N \leq 5 \times 10^6$	Revestimentos Betuminosos com 5,0 cm de espessura
$5 \times 10^6 < N \leq 10^7$	Concreto Betuminoso com 7,5 cm de espessura
$10^7 < N \leq 5 \times 10^7$	Concreto Betuminoso com 10,0 cm de espessura
$N > 5 \times 10^7$	Concreto Betuminoso com 12,5 cm de espessura

Para dimensionar o pavimento das ruas em que $N=10^3$ $K= 1.2$ revestimento por penetração, usa-se:

Base 1,00

Sub-base 0,77

Tem-se $N=10^6/10 = 10^5$

Para $N < 10^6$, e para períodos de projeto inferiores a 5 anos, justifica-se a utilização de revestimentos betuminosos delgados, como tratamento superficial betuminoso, com 0,02 m de espessura.

Tem-se então: $N = 1,85 \times 10/4 \times 10^6 = 4,6 \times 10^6$

$H_6 = 56$ cm

$K R = 2,00$ $H_{15} = 32$ cm

K_B

= 1,00

$R = 7,5$ cm

$K_{Ref} = 0,71$

$R = 7,5$ cm

$2 R + B \geq 32$ cm; $15 + B \geq 32$ cm; $B \geq 17$ cm

Adota-se

$B = 17$ cm

$2 R + B + 0,71h_{15} \geq 56$ cm ;

$15 + 17 + 0,71h_{15} \geq 56$ cm; $h_{15} \geq 34$ cm

Adota-se

$$h_{15} = 34 \text{ cm}$$

Tem-se:

$$H_2 = 56 \text{ cm}$$

$$KR = 2,00$$

$$H_{12} = 21 \text{ cm}$$

$$KB = 1,00$$

$$H_{20} = 18 \text{ cm}$$

$$KS = 0,77$$

$$R = 5 \text{ cm}$$

$$K_{Ref} = 0,71$$

$$R = 5 \text{ cm}$$

Se no final do período inicial de 5 anos, verifica-se que pode ser mantido $N = 10^6$ para o período de 20 anos, a diferença entre as espessuras totais de pavimento (com material de $K = 1,00$) para os 2 períodos é:

$$61 \text{ cm} - 56 \text{ cm} = 5 \text{ cm}$$

Adotando-se concreto betuminoso para completar o pavimento, a espessura necessária é:

$$5 \times \underline{1,00} = 2,5 \text{ cm}$$

$$2,00$$

No caso de ocorrência de materiais com CBR ou IS inferior a 2, é sempre preferível fazer a substituição, na espessura de pelo menos, 1m por material com CBR ou IS superior a 2.

A espessura mínima a adotar para camada granular é 10 cm.

Mesmo que o CBR ou IS da sub-base seja superior a 20, a espessura do pavimento necessária para protegê-la é determinada como se este valor fosse 20 e, por essa razão, usam-se sempre os símbolos H20 e h20 para designar a espessura de pavimento sobre a sub-base e a espessura de sub-base respectivamente.

Como critério de dimensionamento, temos o recalque relativo:

$$\lambda = \frac{\delta}{2 \cdot r}$$

Os valores de λ permissíveis, variam entre: 0,030 e 0,060 Em função dos tipos de tráfego e pavimento.

$$\lambda_{perm.} = \frac{\delta_{perm.}}{2 \cdot r}$$

$$2 \cdot r$$

$$\delta_{perm.} = 2 \cdot r \cdot \lambda_{perm.}$$

Fixado um $\lambda_{perm.}$ – e, conseqüentemente um $\delta_{perm.}$ – para um determinador r , o dimensionamento segue o roteiro:

- Determinação do módulo equivalente necessário $E_{eq nec.}$;
- Em função dos materiais disponíveis, as combinações mais

convenientes de espessura que leva a:

$$\delta_{perm.} = 2 \cdot r \cdot \lambda_{perm.} = \frac{\pi \cdot q \cdot r}{E_{eq Nec}}$$

$E_{eq Nec}$

$$E_{eq nec} = \frac{\pi \cdot q}{2 \cdot \lambda_{perm.}}$$

O veículo teste para projeto, corresponde à roda dupla com pressão de contacto $q = 5\text{Kg/cm}^2$, distribuída em uma área circular de diâmetro $2 \cdot r = 34\text{cm}$.

O valor de q deve ser multiplicado por um coeficiente K : $K = 0,5 + 0,65 \cdot 2 \cdot \log \cdot \Upsilon \cdot$

N

Para levar em conta as repetições de carga do veículo teste, passando numa rua de duas vias em 24 horas, temos os dados abaixo.

N = volume diário de tráfego, nos dois sentidos da via.

Υ = coeficiente para ruas, $\Upsilon = 1$

Temos a expressão:
$$\lambda_{perm.} = \frac{\pi \cdot q}{2 \cdot Eeq \cdot nec}$$

Para λ atribui-se valores de:

0,03 para tráfego pesado e; 0,05 para tráfego leve.

Conforme cálculos e dimensionamentos apresentados, para todas as vias adota-se o quadro de cargas descrito abaixo.

Carga por eixo simples (Kips)	Fator de equivalência por eixo simples de 18 Kips		Carga por eixo tandem (Kips)	Fator de equivalência por eixo simples de 18 Kips	
	$p = 2,0$	$p = 2,5$		$p = 2,0$	$p = 2,5$
2	0,0002	0,0003	4	0,0003	0,0005
4	0,0022	0,0032	8	0,0030	0,0054
6	0,0100	0,0133	12	0,0133	0,0167
8	0,0333	0,0383	16	0,0450	0,0550
10	0,0817	0,0950	20	0,1117	0,1300
12	0,1750	0,1967	24	0,2417	0,2667
14	0,3383	0,3633	28	0,4683	0,4983
16	0,6017	0,6217	32	0,8267	0,8533
18	1,0000	1,0000	36	1,3800	1,3800
20	1,5800	1,5333	40	2,1717	2,1133
22	2,3917	2,2667	44	3,2900	3,1183
24	3,5000	3,2433	48	4,8150	4,4617

Para as ruas em estudo foram adotadas as espessuras de: 0,15m para a Sub-base, 0,15 para a base, onde os cálculos e dimensionamentos aprovam com capacidade para trânsito de veículos comerciais e de passeio, sob quaisquer condições de tempo, tendo uma boa aderência entre pneus e pavimento, alcançando todas as metas previstas sem danos ou modificação na estrutura do projeto.



TSD – Tratamento Superficial Duplo = 0,02m
Base = 0,15m
Sub-Base = 0,15m
Sub-leito

MEIO-FIO E SARJETAS

Depois de definidos os níveis e declividades dos locais onde serão executados os serviços de guias e sarjetas, serão procedidas as demarcações necessárias para os devidos acertos mecânicos, através de moto-niveladora e acabamento manual. O processo a ser utilizado será a execução contínua de guias e sarjetas tipo extrusadas, com máquina extrusora, com perfil de 300 mm, em concreto usinado, $F_{ck}=20,0$ MPa. Deverão ser obedecidos rigorosamente os alinhamentos. Nas entradas de veículos, as guias deverão ser rebaixadas, em conformidade com as posturas municipais. As juntas serão do tipo “seção enfraquecida”, com espaçamentos de 3 (três) a 5 (cinco) metros. A altura das juntas dever ser da ordem de 1/5 (um quinto) da espessura da peça e sua largura não poder ser inferior a 1 (um) centímetro.

SINALIZAÇÃO VERTICAL

A sinalização ficará por conta do órgão de trânsito da Prefeitura Municipal de MACAÚBAS e representa um conjunto de mensagens transmitidas pelos órgãos encarregados da operação de uma via, ao usuário, durante o percurso. Através dela o usuário será conduzido de sua origem ao seu destino e será informado de todas as restrições que a estrada oferece.



SINALIZAÇÃO HORIZONTAL

A sinalização horizontal será com tinta retro refletiva branca/amarela, a base de resina acrílica com microesferas de vidro, com duas faixa centrais amarelas e duas faixas brancas, na largura de 0,10 m.

Macaúbas/BA, 03 de agosto de 2023.



Documento assinado digitalmente

LUAN ZACARIAS CONCEICAO GUEDES

Data: 08/08/2023 14:35:28-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Luan Zacarias Conceição Guedes
Engenheiro Civil
CREA: 051806514-6



PO - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA
Orçamento Base para Licitação - OGU

Grau de Sigilo
#PUBLICO

Nº OPERAÇÃO 1081648-84	Nº SICONV 924441/2021	PROPONENTE / TOMADOR PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÚBAS	APELIDO DO EMPREENDIMENTO PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM ESTRADAS VICINAIS DO MUNICÍPIO DE MACAÚBAS-BA			
LOCALIDADE SINAPI SALVADOR	DATA BASE 06-23 (DES.)	DESCRIÇÃO DO LOTE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM ESTRADAS VICINAIS DO MUNICÍPIO DE	MUNICÍPIO / UF MACAÚBAS/BA	BDI 1 26,19%	BDI 2 0,00%	BDI 3 0,00%

Item	Fonte	Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Custo Unitário (sem BDI) (R\$)	BDI (%)	Preço Unitário (com BDI) (R\$)	Preço Total (R\$)	RECURSO
PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM ESTRADAS VICINAIS DO MUNICÍPIO DE MACAÚBAS-BA									70.985,04	
1.			PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM TSD					-	70.985,04	
1.1.			ADMINISTRAÇÃO					-	7.374,04	
1.1.1.	Composição	01	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	UN	1,00	5.843,60	BDI 1	7.374,04	7.374,04	RA
1.2.			SERVIÇOS PRELIMINARES					-	2.731,14	
1.2.1.	ORSE	00051	PLACA DE OBRA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO, INSTALADA	M2	6,00	360,72	BDI 1	455,19	2.731,14	RA
1.3.			MOBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS					-	3.578,34	
1.3.1.	Composição	0003	MOBILIZAÇÃO	UN	1,00	2.835,68	BDI 1	3.578,34	3.578,34	RA
1.4.			DESMOBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS					-	3.578,34	
1.4.1.	Composição	0004	DESMOBILIZAÇÃO	UN	1,00	2.835,68	BDI 1	3.578,34	3.578,34	RA
1.5.			TERRAPLENAGEM					-	8.747,58	
1.5.1.	SICRO	5502985	Limpeza mecanizada da camada vegetal	m²	800,00	0,44	BDI 1	0,56	448,00	RA
1.5.2.	SINAPI	100577	REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DE SUBLEITO DE SOLO PREDOMINANTEMENTE ARENOSO. AF_11/2019	M2	800,00	1,22	BDI 1	1,54	1.232,00	RA
1.5.3.	SICRO	4016007	Escavação e carga de material de jazida com trator de 97 kW e carregadeira de 1,72 m³ (SUB-BASE E BASE)	m³	259,91	4,64	BDI 1	5,86	1.523,07	RA
1.5.4.	SINAPI	93588	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M³, EM VIA URBANA EM LEITO NATURAL (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020 (SUB-BASE E BASE)	M3XKM	473,04	2,95	BDI 1	3,72	1.759,71	RA
1.5.5.	SINAPI	96388	EXECUÇÃO E COMPACTAÇÃO DE BASE E OU SUB BASE PARA PAVIMENTAÇÃO DE SOLOS DE COMPORTAMENTO LATERÍTICO (ARENOSO) - EXCLUSIVE SOLO, ESCAVAÇÃO, CARGA E TRANSPORTE. AF_11/2019 (SUB-BASE)	M3	120,00	12,50	BDI 1	15,77	1.892,40	RA
1.5.6.	SINAPI	96388	EXECUÇÃO E COMPACTAÇÃO DE BASE E OU SUB BASE PARA PAVIMENTAÇÃO DE SOLOS DE COMPORTAMENTO LATERÍTICO (ARENOSO) - EXCLUSIVE SOLO, ESCAVAÇÃO, CARGA E TRANSPORTE. AF_11/2019 (BASE)	M3	120,00	12,50	BDI 1	15,77	1.892,40	RA
1.6.			REVESTIMENTO TSD					-	20.679,01	
1.6.1.	ORSE	02592	IMPRIMAÇÃO - EXECUÇÃO COM FORNECIMENTO DE MATERIAL	M2	490,00	10,90	BDI 1	13,75	6.737,50	RA
1.6.2.	Composição	0002	TRATAMENTO SUPERFICIAL DUPLO COM EMULSÃO RR 2C	M2	490,00	21,94	BDI 1	27,69	13.568,10	RA
1.6.3.	SINAPI	102330	TRANSPORTE COM CAMINHÃO TANQUE DE TRANSPORTE DE MATERIAL ASFÁLTICO DE 30000 L, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30KM (UNIDADE: TXKM). AF_07/2020	TXKM	17,65	1,34	BDI 1	1,69	29,83	RA
1.6.4.	SINAPI	102333	TRANSPORTE COM CAMINHÃO TANQUE DE TRANSPORTE DE MATERIAL ASFÁLTICO DE 20000 L, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, ADICIONAL PARA DMT EXCEDENTE A 30 KM (UNIDADE: TXKM). AF_07/2020	TXKM	390,43	0,70	BDI 1	0,88	343,58	RA
1.7.			SINALIZAÇÃO					-	4.697,09	
1.7.1.	ORSE	11688	SINALIZAÇÃO HORIZONTAL RODOVIÁRIA, COM TINTA RETRORREFLETIVA À BASE DE RESINA ACRÍLICA COM MICROESFERAS DE VIDRO	M2	32,00	30,42	BDI 1	38,39	1.228,48	RA



PO - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA
Orçamento Base para Licitação - OGU

Grau de Sigilo
#PUBLICO

Nº OPERAÇÃO 1081648-84	Nº SICONV 924441/2021	PROPONENTE / TOMADOR PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÚBAS	APELIDO DO EMPREENDIMENTO PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM ESTRADAS VICINAIS DO MUNICÍPIO DE MACAÚBAS-BA			
LOCALIDADE SINAPI SALVADOR	DATA BASE 06-23 (DES.)	DESCRIÇÃO DO LOTE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM ESTRADAS VICINAIS DO MUNICÍPIO DE	MUNICÍPIO / UF MACAÚBAS/BA	BDI 1 26,19%	BDI 2 0,00%	BDI 3 0,00%

Item	Fonte	Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Custo Unitário (sem BDI) (R\$)	BDI (%)	Preço Unitário (com BDI) (R\$)	Preço Total (R\$)	
PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM ESTRADAS VICINAIS DO MUNICÍPIO DE MACAÚBAS-BA									70.985,04	
1.7.2.	Composição	CPU-05	PLACA DE SINALIZAÇÃO VERTICAL TIPO CIRCULAR R=25 CM , CHAPA DE AÇO 16 COM PINTURA REFLETIVA, PADRÃO DNIT, FIXADA COM SUPORTE DE MADEIRA 3"X3" ALTURA VISÍVEL DE 2,50M, CHUMBADA EM BASE DE CONCRETO (40X40X55)CM	UND	2,00	372,72	BDI 1	470,34	940,68	RA
1.7.3.	Composição	CPU-06	PLACA DE SINALIZAÇÃO VERTICAL TIPO OCTOGONAL L=25 CM , CHAPA DE AÇO 16 COM PINTURA REFLETIVA , PADRÃO DNIT, FIXADA COM SUPORTE DE MADEIRA 3"X3" ALTURA VISÍVEL DE 2,5M, CHUMBADA EM BASE DE CONCRETO (40X40X55) CM	UND	2,00	443,07	BDI 1	559,11	1.118,22	RA
1.7.4.	Composição	CPU-07	PLACA DE SINALIZAÇÃO VERTICAL TIPO LOSANGO L= 50 CM, CHAPA DE AÇO 16 COM PINTURA REFLETIVA, PADRÃO DNIT, FIXADA COM SUPORTE DE MADEIRA 3"X3" ALTURA VISÍVEL DE 2,5 M CHUMBADA EM BASE DE CONCRETO (40X40X55) CM	UND	1,00	451,93	BDI 1	570,29	570,29	RA
1.7.5.	Composição	CPU-08	PLACA DE IDENTIFICAÇÃO DE RUA COM DIMENSÃO 45,00 X 20,00 CM, CHAPA DE AÇO 16 COM PINTURA REFLETIVA, PADRÃO DNIT, FIXADA COM SUPORTE DE MADEIRA 3"X3" ALTURA VISÍVEL DE 2,5 M CHUMBADA EM BASE DE CONCRETO (40X40X55) CM	UND	2,00	332,60	BDI 1	419,71	839,42	RA
1.8.			DRENAGEM					-	18.239,95	
1.8.1.	SINAPI	94265	GUIA (MEIO-FIO) CONCRETO, MOLDADA IN LOCO EM TRECHO RETO COM EXTRUSORA, 15 CM BASE X 30 CM ALTURA. AF_06/2016	M	160,00	45,78	BDI 1	57,77	9.243,20	RA
1.8.2.	SINAPI	94287	EXECUÇÃO DE SARJETA DE CONCRETO USINADO, MOLDADA IN LOCO EM TRECHO RETO, 30 CM BASE X 10 CM ALTURA. AF_06/2016	M	160,00	44,30	BDI 1	55,90	8.944,00	RA
1.8.3.	SICRO	4805762	Escavação mecânica de vala em material de 2ª categoria	m³	4,80	8,71	BDI 1	10,99	52,75	RA
1.9.			SERVIÇOS COMPLEMENTARES					-	1.359,55	
1.9.1.	SINAPI	96385	EXECUÇÃO E COMPACTAÇÃO DE ATERRO COM SOLO PREDOMINANTEMENTE ARGILOSO - EXCLUSIVE SOLO, ESCAVAÇÃO, CARGA E TRANSPORTE. AF_11/2019	M3	36,00	12,46	BDI 1	15,72	565,92	RA
1.9.2.	ORSE	6191	Limpeza de ruas (varrição e remoção de entulhos)	M²	538,00	0,50	BDI 1	0,63	338,94	RA
1.9.3.	SICRO	4016007	Escavação e carga de material de jazida com trator de 97 kW e carregadeira de 1,72 m³	m³	36,00	4,64	BDI 1	5,86	210,96	RA
1.9.4.	SINAPI	93588	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M³, EM VIA URBANA EM LEITO NATURAL (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	M3XKM	65,52	2,95	BDI 1	3,72	243,73	RA

RECURSO ↓

Encargos sociais: Para elaboração deste orçamento, foram utilizados os encargos sociais do SINAPI para a Unidade da Federação indicada.

Observações:



PO - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA
Orçamento Base para Licitação - OGU

Grau de Sigilo
#PUBLICO

Nº OPERAÇÃO 1081648-84	Nº SICONV 924441/2021	PROPONENTE / TOMADOR PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÚBAS	APELIDO DO EMPREENDIMENTO PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM ESTRADAS VICINAIS DO MUNICÍPIO DE MACAÚBAS-BA			
LOCALIDADE SINAPI SALVADOR	DATA BASE 06-23 (DES.)	DESCRIÇÃO DO LOTE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM ESTRADAS VICINAIS DO MUNICÍPIO DE	MUNICÍPIO / UF MACAÚBAS/BA	BDI 1 26,19%	BDI 2 0,00%	BDI 3 0,00%

Item	Fonte	Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Custo Unitário (sem BDI) (R\$)	BDI (%)	Preço Unitário (com BDI) (R\$)	Preço Total (R\$)
PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM ESTRADAS VICINAIS DO MUNICÍPIO DE MACAÚBAS-BA									70.985,04

Foi considerado arredondamento de duas casas decimais para Quantidade; Custo Unitário; BDI; Preço Unitário; Preço Total.
Siglas da Composição do Investimento: RA - Rateio proporcional entre Repasse e Contrapartida; RP - 100% Repasse; CP - 100% Contrapartida; OU - 100% Outros.

MACAÚBAS/BA
Local

terça-feira, 8 de agosto de 2023
Data

Responsável Técnico
Nome: LUAN ZACARIAS CONCEIÇÃO GUEDES
CREA/CAU: 051806514-6
ART/RRT: BA20230500984

Documento assinado digitalmente
 LUAN ZACARIAS CONCEICAO GUEDES
Data: 08/08/2023 11:13:26-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

RECURSO
↓

Nº OPERAÇÃO 1081648-84	Nº SICONV 924441/2021	PROPONENTE TOMADOR PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÚBAS	APELIDO EMPREENDIMENTO PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM ESTRADAS VICINAIS DO MUNICÍPIO DE MACAÚBAS	DESCRIÇÃO DO LOTE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM ESTRADAS VICINAIS DO MUNICÍPIO DE MACAÚBAS
----------------------------------	---------------------------------	---	---	--

Item	Descrição	Valor (R\$)	Parcelas:	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
				07/23	08/23	09/23	10/23	11/23	12/23	01/24	02/24	03/24	04/24	05/24
1.	PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM TSD	70.985,04	% Período:	100,00%										
1.1.	ADMINISTRAÇÃO	7.374,04	% Período:	100,00%										
1.2.	SERVIÇOS PRELIMINARES	2.731,14	% Período:	100,00%										
1.3.	MOBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS	3.578,34	% Período:	100,00%										
1.4.	DESMOBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS	3.578,34	% Período:	100,00%										
1.5.	TERRAPLENAGEM	8.747,58	% Período:	100,00%										
1.6.	REVESTIMENTO TSD	20.679,01	% Período:	100,00%										
1.7.	SINALIZAÇÃO	4.697,09	% Período:	100,00%										
1.8.	DRENAGEM	18.239,95	% Período:	100,00%										
1.9.	SERVIÇOS COMPLEMENTARES	1.359,55	% Período:	100,00%										
Total: R\$ 70.985,04														
	Período:	%:	100,00%											
		Repasse:	31.464,25											
		Contrapartida:	39.520,79											
		Outros:	-											
	Acumulado:	Investimento:	70.985,04											
		%:	100,00%											
		Repasse:	31.464,25											
		Contrapartida:	39.520,79											
	Acumulado:	Outros:	-											
		Investimento:	70.985,04											

MACAÚBAS/BA

Local

terça-feira, 8 de agosto de 2023

Data



Documento assinado digitalmente

LUAN ZACARIAS CONCEIÇÃO GUEDES

Data: 08/08/2023 10:56:34-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Responsável Técnico

Nome: LUAN ZACARIAS CONCEIÇÃO GUEDES

CREA/CAU: 051806514-6

ART/RRT: BA20230500984

Nº OPERAÇÃO 1081648-84	Nº SICONV 924441/2021	PROPONENTE / TOMADOR PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÚBAS
----------------------------------	---------------------------------	---

APELIDO DO EMPREENDIMENTO / DESCRIÇÃO DO LOTE VICINAIS DO MUNICÍPIO DE MACAÚBAS-BA
--

Conforme legislação tributária municipal, definir estimativa de percentual da base de cálculo para o ISS:	40,00%
Sobre a base de cálculo, definir a respectiva alíquota do ISS (entre 2% e 5%):	4,00%

BDI 1

TIPO DE OBRA Construção de Praças Urbanas, Rodovias, Ferrovias e recapeamento e pavimentação de vias urbanas
--

Itens	Siglas	% Adotado
Administração Central	AC	4,01%
Seguro e Garantia	SG	0,40%
Risco	R	0,56%
Despesas Financeiras	DF	1,11%
Lucro	L	7,30%
Tributos (impostos COFINS 3%, e PIS 0,65%)	CP	3,65%
Tributos (ISS, variável de acordo com o município)	ISS	1,60%
Tributos (Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta - 0% ou 4,5% - Desoneração)	CPRB	4,50%
BDI SEM desoneração (Fórmula Acórdão TCU)	BDI PAD	20,19%
BDI COM desoneração	BDI DES	26,19%

Os valores de BDI foram calculados com o emprego da fórmula:

$$BDI = \frac{(1+AC + S + R + G)*(1 + DF)*(1+L)}{(1-CP-ISS-CRPB)} - 1$$

Declaro para os devidos fins que, conforme legislação tributária municipal, a base de cálculo deste tipo de obra corresponde à 40%, com a respectiva alíquota de 4%.

Declaro para os devidos fins que o regime de Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta adotado para elaboração do orçamento foi COM Desoneração, e que esta é a alternativa mais adequada para a Administração Pública.

Observações:

MACAÚBAS/BA
Local Documento assinado digitalmente
gov.br LUAN ZACARIAS CONCEICAO GUEDES
Data: 08/08/2023 10:52:45-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

terça-feira, 8 de agosto de 2023
Data

Responsável Técnico
Nome: LUAN ZACARIAS CONCEIÇÃO GUEDES
CREA/CAU: 051806514-6
ART/RRT: BA20230500984

APELIDO DO EMPREENDIMENTO PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM ESTRADAS VICINAIS DO MUNICÍPIO DE MACAÚBAS-BA	Nº SICONV 924441/2021	Nº OPERAÇÃO 1081648-84	PROPONENTE / TOMADOR PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÚBAS
---	---------------------------------	----------------------------------	---

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Memória de Cálculo	Nº	Agrupador de Eventos	FRENTE DE OBRA:		
							1	2	
PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM ESTRADAS VICINAIS DO MUNICÍPIO DE MACAÚBAS-BA							TOTAL FINANC. POR FRENTE (R\$):	70.985,04	
1.1.	ADMINISTRAÇÃO		-						
1.1.1.	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	UN	1,00	VIDE MEMORIA DE CÁLCULO	2.SER	SERVIÇOS PRELIMINARES	1,00		
1.2.	SERVIÇOS PRELIMINARES		-						
1.2.1.	PLACA DE OBRA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO, INSTALADA	M2	6,00	VIDE MEMORIA DE CÁLCULO	2.SER	SERVIÇOS PRELIMINARES	6,00		
1.3.	MOBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS		-						
1.3.1.	MOBILIZAÇÃO	UN	1,00		3.MO	MOBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS	1,00		
1.4.	DESMOBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS		-						
1.4.1.	DESMOBILIZAÇÃO	UN	1,00		4.DE	DESMOBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS	1,00		
1.5.	TERRAPLENAGEM		-						
1.5.1.	Limpeza mecanizada da camada vegetal	m²	800,00	VIDE MEMORIA DE CÁLCULO	5.TER	TERRAPLENAGEM	800,00		
1.5.2.	REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DE SUBLEITO DE SOLO PREDOMINANTEMENTE ARENOSO. AF_11/2019	M2	800,00	VIDE MEMORIA DE CÁLCULO	5.TER	TERRAPLENAGEM	800,00		
1.5.3.	Escavação e carga de material de jazida com trator de 97 kW e carregadeira de 1,72 m³ (SUB-BASE E BASE)	m³	259,91	VIDE MEMORIA DE CÁLCULO	5.TER	TERRAPLENAGEM	259,91		
1.5.4.	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M³, EM VIA URBANA EM LEITO NATURAL (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020 (SUB-BASE E BASE)	M3XKM	473,04	VIDE MEMORIA DE CÁLCULO	5.TER	TERRAPLENAGEM	473,04		
1.5.5.	EXECUÇÃO E COMPACTAÇÃO DE BASE E OU SUB BASE PARA PAVIMENTAÇÃO DE SOLOS DE COMPORTAMENTO LATERÍTICO (ARENOSO) - EXCLUSIVE SOLO, ESCAVAÇÃO, CARGA E TRANSPORTE. AF_11/2019 (SUB-BASE)	M3	120,00	VIDE MEMORIA DE CÁLCULO	5.TER	TERRAPLENAGEM	120,00		
1.5.6.	EXECUÇÃO E COMPACTAÇÃO DE BASE E OU SUB BASE PARA PAVIMENTAÇÃO DE SOLOS DE COMPORTAMENTO LATERÍTICO (ARENOSO) - EXCLUSIVE SOLO, ESCAVAÇÃO, CARGA E TRANSPORTE. AF_11/2019 (BASE)	M3	120,00	VIDE MEMORIA DE CÁLCULO	5.TER	TERRAPLENAGEM	120,00		
1.6.	REVESTIMENTO TSD		-						
1.6.1.	IMPRIMAÇÃO - EXECUÇÃO COM FORNECIMENTO DE MATERIAL	M2	490,00	VIDE MEMORIA DE CÁLCULO	6.RE	REVESTIMENTO TSD	490,00		
1.6.2.	PAVIMENTO COM TRATAMENTO SUPERFICIAL DUPLO, COM EMULSÃO ASFÁLTICA RR-2C, COM CAPA SELANTE. AF_01/2020	M2	490,00	VIDE MEMORIA DE CÁLCULO	6.RE	REVESTIMENTO TSD	490,00		
1.6.3.	TRANSPORTE COM CAMINHÃO TANQUE DE TRANSPORTE DE MATERIAL ASFÁLTICO DE 30000 L, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30KM (UNIDADE: TXKM). AF_07/2020	TXKM	17,65	VIDE MEMORIA DE CÁLCULO	6.RE	REVESTIMENTO TSD	17,65		
1.6.4.	TRANSPORTE COM CAMINHÃO TANQUE DE TRANSPORTE DE MATERIAL ASFÁLTICO DE 20000 L, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, ADICIONAL PARA DMT EXCEDENTE A 30 KM (UNIDADE: TXKM). AF_07/2020	TXKM	390,43	VIDE MEMORIA DE CÁLCULO	6.RE	REVESTIMENTO TSD	390,43		
1.5	SINALIZAÇÃO		-						
1.7.1.	SINALIZAÇÃO HORIZONTAL RODOVIÁRIA, COM TINTA RETRORREFLETIVA À BASE DE RESINA ACRÍLICA COM MICROESFERAS DE VIDRO	M2	32,00	VIDE MEMORIA DE CÁLCULO	7.SIN	SINALIZAÇÃO	32,00		



PLQ - PLANILHA DE LEVANTAMENTO DE QUANTIDADES
Memória de Cálculo - OGU

Grau de Sigilo
#PUBLICO

APELIDO DO EMPREENDIMENTO PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM ESTRADAS VICINAIS DO MUNICÍPIO DE MACAÚBAS-BA	Nº SICONV 924441/2021	Nº OPERAÇÃO 1081648-84	PROPONENTE / TOMADOR PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÚBAS
---	---------------------------------	----------------------------------	---

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Memória de Cálculo	Nº	Agrupador de Eventos	FRENTE DE OBRA:	
							1	2
PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM ESTRADAS VICINAIS DO MUNICÍPIO DE MACAÚBAS-BA							70.985,04	
1.5.2	PLACA DE SINALIZAÇÃO VERTICAL TIPO CIRCULAR R=25 CM , CHAPA DE AÇO 16 COM PINTURA REFLETIVA, PADRÃO DNIT, FIXADA COM SUPORTE DE MADEIRA 3"X3" ALTURA VISÍVEL DE 2,50M, CHUMBADA EM BASE DE CONCRETO (40X40X55)CM	UND	2,00	VIDE MEMORIA DE CÁLCULO	7.SIN	SINALIZAÇÃO	2,00	
1.7.3.	PLACA DE SINALIZAÇÃO VERTICAL TIPO OCTOGONAL L=25 CM , CHAPA DE AÇO 16 COM PINTURA REFLETIVA , PADRÃO DNIT, FIXADA COM SUPORTE DE MADEIRA 3"X3" ALTURA VISÍVEL DE 2,5M, CHUMBADA EM BASE DE CONCRETO (40X40X55) CM	UND	2,00		7.SIN	SINALIZAÇÃO	2,00	
1.7.4.	PLACA DE SINALIZAÇÃO VERTICAL TIPO LOSANGO L= 50 CM, CHAPA DE AÇO 16 COM PINTURA REFLETIVA, PADRÃO DNIT, FIXADA COM SUPORTE DE MADEIRA 3"X3" ALTURA VISÍVEL DE 2,5 M CHUMBADA EM BASE DE CONCRETO (40X40X55) CM	UND	1,00		7.SIN	SINALIZAÇÃO	1,00	
1.7.5.	PLACA DE IDENTIFICAÇÃO DE RUA COM DIMENSÃO 45,00 X 20,00 CM, CHAPA DE AÇO 16 COM PINTURA REFLETIVA, PADRÃO DNIT, FIXADA COM SUPORTE DE MADEIRA 3"X3" ALTURA VISÍVEL DE 2,5 M CHUMBADA EM BASE DE CONCRETO (40X40X55) CM	UND	2,00		7.SIN	SINALIZAÇÃO	2,00	
1.6	DRENAGEM		-					
1.8.1.	GUIA (MEIO-FIO) CONCRETO. MOLDADA IN LOCO EM TRECHO RETO COM EXTRUSORA, 15 CM BASE X 30 CM ALTURA. AF_06/2016	M	160,00	VIDE MEMORIA DE CÁLCULO	8.DR	DRENAGEM	160,00	
1.8.2.	EXECUÇÃO DE SARJETA DE CONCRETO USINADO, MOLDADA IN LOCO EM TRECHO RETO, 30 CM BASE X 10 CM ALTURA. AF_06/2016	M	160,00		8.DR	DRENAGEM	160,00	
1.8.3.	Escavação mecânica de vala em material de 2ª categoria	m³	4,80	VIDE MEMORIA DE CÁLCULO	8.DR	DRENAGEM	4,80	
1.9.	SERVIÇOS COMPLEMENTARES		-					
1.9.1.	EXECUÇÃO E COMPACTAÇÃO DE ATERRO COM SOLO PREDOMINANTEMENTE ARGILOSO - EXCLUSIVE SOLO, ESCAVAÇÃO, CARGA E TRANSPORTE. AF_11/2019	M3	36,00		9.SEI	SERVIÇOS COMPLEMENTARES	36,00	
1.9.2.	Limpeza de ruas (varrição e remoção de entulhos)	M²	538,00		9.SEI	SERVIÇOS COMPLEMENTARES	538,00	
1.9.3.	Escavação e carga de material de jazida com trator de 97 kW e carregadeira de 1,72 m³	m³	36,00		9.SEI	SERVIÇOS COMPLEMENTARES	36,00	
1.9.4.	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M³, EM VIA URBANA EM LEITO NATURAL (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	M3XKM	65,52		9.SEI	SERVIÇOS COMPLEMENTARES	65,52	

MACAÚBAS/BA

Local

terça-feira, 8 de agosto de 2023

Data

Responsável Técnico

Nome: LUAN ZACARIAS CONCEIÇÃO GUEDES

CREA/CAU: 051806514-6

ART/RRT: BA20230500984



Documento assinado digitalmente

LUAN ZACARIAS CONCEIÇÃO GUEDES

Data: 08/08/2023 11:16:33-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

CRONOGRAMA PREVISTO PLE

1. Digite nas células em amarelo o número do período em que os eventos serão concluídos:

VOLTAR

ATUALIZAR LINHAS

Nº do Evento	Título dos Eventos	Informe abaixo o NÚMERO DO PERÍODO em que os eventos serão concluídos																									
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	
	1 Administração Local	A administração local será proporcional a execução dos demais eventos, independente de frentes de obra.																									
F	2 SERVIÇOS PRELIMINARES	1																									
F	3 MOBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS	1																									
F	4 DESMOBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS	1																									
F	5 TERRAPLENAGEM	1																									
F	6 REVESTIMENTO TSD	1																									
F	7 SINALIZAÇÃO	1																									
F	8 DRENAGEM	1																									
F	9 SERVIÇOS COMPLEMENTARES	1																									



Documento assinado digitalmente

LUAN ZACARIAS CONCEICAO GUEDES

Data: 08/08/2023 11:16:33-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

AGRUPADORES DE EVENTOS

1. Selecione abaixo a forma de definição dos agrupadores de eventos:

Definir Manualmente

Nº do Evento	Título do Evento	Valor Total dos Eventos (R\$)
1	Administração Local	-
2	SERVIÇOS PRELIMINARES	10.105,18
3	MOBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS	3.578,34
4	DESMOBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS	3.578,34
5	TERRAPLENAGEM	8.747,58
6	REVESTIMENTO TSD	20.679,01
7	SINALIZAÇÃO	4.697,09
8	DRENAGEM	18.239,95
9	SERVIÇOS COMPLEMENTARES	1.359,55

Documento assinado digitalmente
 LUAN ZACARIAS CONCEICAO GUEDES
Data: 08/08/2023 10:56:34-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>



QCI - Quadro de Composição do Investimento

Nº OPERAÇÃO 1081648-84	Nº SICONV 924441/2021	PROPONENTE / TOMADOR PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÚBAS	MUNICÍPIO / UF MACAÚBAS/BA	VALORES CONTRATADOS (R\$):		
APELIDO DO EMPREENDIMENTO PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM ESTRADAS VICINAIS DO MUNICÍPIO DE MACAÚBAS-BA			RECURSO OGU	REPASSE 31.464,25	CONTRAPARTIDA 39.520,79	INVESTIMENTO 70.985,04

Saldo a Reprogramar	Repasse (R\$) -	Contrapartida (R\$) -
------------------------	--------------------	--------------------------

Meta	Item de Investimento	Subitem de Investimento	Descrição da Meta	Situação	Quantidade	Unid.	Lote de Licitação / nº do CTEF	Repasse (R\$)	Contrapartida Financeira (R\$)	Outros (R\$)	Investimento (R\$)
1.	Pavimentação	Pavimentação de vias	PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM TSD	Em Análise	490,00	m²	LOTE 1	31.464,25	39.520,79	-	70.985,04
TOTAL								31.464,25 (44,33%)	39.520,79 (55,67%)	- (0,00%)	70.985,04 (100,00%)

Observações:

MACAÚBAS/BA

Local

terça-feira, 8 de agosto de 2023

Data

Representante Tomador

Nome: ALOISIO MIGUEL REBONATO

Cargo: PREFEITO MUNICIPAL



Documento assinado digitalmente

LUAN ZACARIAS CONCEICAO GUEDES

Data: 08/08/2023 11:16:33-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

		PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÚBAS - BA CNPJ: 13.782.461/0001-05 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA Rua 2 de Julho, s/n, Centro, Macaúbas - BA, CEP: 46.500-000 E-mail: obras@macaubas.ba.gov.br Cel.: (77) 981144382			
OBRA :	PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA B DO POVOADO DE PAJEÚ NA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE MACAÚBAS				
LOCAL :	POVOADO DE PAJEÚ				
TIPO :	PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA				
PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE PREÇO UNITÁRIO					
					DESONERADO
					DESONERADO
CÓD.	DESCRIÇÃO		COEFICIENTE	PREÇO JUN/2023	TOTAL
CPU-05	PLACA DE SINALIZAÇÃO VERTICAL TIPO CIRCULAR R=25 CM , CHAPA DE AÇO 16 COM PINTURA REFLETIVA, PADRÃO DNIT, FIXADA COM SUPORTE DE MADEIRA 3"X3" ALTURA VISÍVEL DE 2,50M, CHUMBADA EM BASE DE CONCRETO (40X40X55)CM	UND			R\$ 372,72
102220/SINAPI	PINTURA TINTA DE ACABAMENTO (PIGMENTADA) ESMALTE SINTÉTICO BRILHANTE EM MADEIRA, 2 DEMÃOS. AF_01/2021 (SOBRE FUNDO NIVELADOR BRANCO).	M2	0,905450	R\$ 15,71	R\$ 14,22
103670/SINAPI	LANÇAMENTO COM USO DE BALDES, ADENSAMENTO E ACABAMENTO DE CONCRETO EM ESTRUTURAS. AF_02/2022	M3	0,088000	R\$ 281,58	R\$ 24,78
94963/SINAPI	CONCRETO FCK = 15MPA, TRAÇO 1:3,4:3,5 (CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L. AF_07/2016	M3	0,088000	R\$ 462,19	R\$ 40,67
93358/SINAPI	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA COM PROFUNDIDADE MENOR OU IGUAL A 1,30 M. AF_02/2021	M3	0,088000	R\$ 77,73	R\$ 6,84
88316/SINAPI	SERVEANTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1,125000	R\$ 19,65	R\$ 22,11
88262/SINAPI	CARPINTEIRO DE FORMAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,250000	R\$ 27,16	R\$ 6,79
00020206/SINAPI	SARRAFO DE MADEIRA APARELHADA *2 X 10* CM, MACARANDUBA, ANGELIM OU EQUIVALENTE DA REGIAO	M	1,400000	R\$ 9,07	R\$ 12,70
00034723/SINAPI	PLACA DE SINALIZACAO EM CHAPA DE ACO NUM 16 COM PINTURA REFLETIVA	M2	0,196300	R\$ 750,75	R\$ 147,37
00004343/SINAPI	PARAFUSO FRANCES ZINCADO, DIAMETRO 1/2", COMPRIMENTO 4", COM PORCA E ARRUELA	UN	3,000000	R\$ 5,36	R\$ 16,08
00020209/SINAPI	PECA DE MADEIRA APARELHADA *7,5 X 7,5* CM (3 X 3 ") MACARANDUBA, ANGELIM OU EQUIVALENTE DA REGIAO	M	3,000000	R\$ 26,94	R\$ 80,82
00011057/SINAPI	PARAFUSO ROSCA SOBERBA ZINCADO CABECA CHATA FENDA SIMPLES 4,8 X 40 MM (1.1/2 ")	UN	2,000000	R\$ 0,17	R\$ 0,34
					DESONERADO
CÓD.	DESCRIÇÃO		COEFICIENTE	PREÇO JUN/2023	TOTAL
CPU-06	PLACA DE SINALIZAÇÃO VERTICAL TIPO OCTOGONAL L=25 CM , CHAPA DE AÇO 16 COM PINTURA REFLETIVA , PADRÃO DNIT, FIXADA COM SUPORTE DE MADEIRA 3"X3" ALTURA VISÍVEL DE 2,5M, CHUMBADA EM BASE DE CONCRETO (40X40X55) CM	UND			R\$ 443,07
102220/SINAPI	PINTURA TINTA DE ACABAMENTO (PIGMENTADA) ESMALTE SINTÉTICO BRILHANTE EM MADEIRA, 2 DEMÃOS. AF_01/2021 (SOBRE FUNDO NIVELADOR BRANCO).	M2	0,905450	R\$ 15,71	R\$ 14,22
103670/SINAPI	LANÇAMENTO COM USO DE BALDES, ADENSAMENTO E ACABAMENTO DE CONCRETO EM ESTRUTURAS. AF_02/2022	M3	0,088000	R\$ 281,58	R\$ 24,78
94963/SINAPI	CONCRETO FCK = 15MPA, TRAÇO 1:3,4:3,5 (CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L. AF_07/2016	M3	0,088000	R\$ 462,19	R\$ 40,67
93358/SINAPI	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA COM PROFUNDIDADE MENOR OU IGUAL A 1,30 M. AF_02/2021	M3	0,088000	R\$ 77,73	R\$ 6,84
88316/SINAPI	SERVEANTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1,125000	R\$ 19,65	R\$ 22,11
88262/SINAPI	CARPINTEIRO DE FORMAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,250000	R\$ 27,16	R\$ 6,79
00020206/SINAPI	SARRAFO DE MADEIRA APARELHADA *2 X 10* CM, MACARANDUBA, ANGELIM OU EQUIVALENTE DA REGIAO	M	1,400000	R\$ 9,07	R\$ 12,70
00034723/SINAPI	PLACA DE SINALIZACAO EM CHAPA DE ACO NUM 16 COM PINTURA REFLETIVA	M2	0,290000	R\$ 750,75	R\$ 217,72
00004343/SINAPI	PARAFUSO FRANCES ZINCADO, DIAMETRO 1/2", COMPRIMENTO 4", COM PORCA E ARRUELA	UN	3,000000	R\$ 5,36	R\$ 16,08
00020209/SINAPI	PECA DE MADEIRA APARELHADA *7,5 X 7,5* CM (3 X 3 ") MACARANDUBA, ANGELIM OU EQUIVALENTE DA REGIAO	M	3,000000	R\$ 26,94	R\$ 80,82

00011057/SINAPI	PARAFUSO ROSCA SOBERBA ZINCADO CABECA CHATA FENDA SIMPLES 4,8 X 40 MM (1.1/2 ")	UN	2,000000	R\$ 0,17	R\$ 0,34
-----------------	---	----	----------	----------	----------

CÓD.	DESCRIÇÃO		COEFICIENTE	PREÇO JUN/2023	TOTAL
CPU-07	PLACA DE SINALIZAÇÃO VERTICAL TIPO LOSANGO L= 50 CM, CHAPA DE AÇO 16 COM PINTURA REFLETIVA, PADRÃO DNIT, FIXADA COM SUPORTE DE MADEIRA 3"X3" ALTURA VISÍVEL DE 2,5 M CHUMBADA EM BASE DE CONCRETO (40X40X55) CM	UND			R\$ 451,93
102220/SINAPI	PINTURA TINTA DE ACABAMENTO (PIGMENTADA) ESMALTE SINTÉTICO BRILHANTE EM MADEIRA, 2 DEMÃOS. AF_01/2021 (SOBRE FUNDO NIVELADOR BRANCO).	M2	0,905450	R\$ 15,71	R\$ 14,22
103670/SINAPI	LANÇAMENTO COM USO DE BALDES, ADENSAMENTO E ACABAMENTO DE CONCRETO EM ESTRUTURAS. AF_02/2022	M3	0,088000	R\$ 281,58	R\$ 24,78
94963/SINAPI	CONCRETO FCK = 15MPA, TRAÇO 1:3,4:3,5 (CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L. AF_07/2016	M3	0,088000	R\$ 462,19	R\$ 40,67
93358/SINAPI	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA COM PROFUNDIDADE MENOR OU IGUAL A 1,30 M. AF_02/2021	M3	0,088000	R\$ 77,73	R\$ 6,84
88316/SINAPI	SERVEnte COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1,125000	R\$ 19,65	R\$ 22,11
88262/SINAPI	CARPINTEIRO DE FORMAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,250000	R\$ 27,16	R\$ 6,79
00020206/SINAPI	SARRAFO DE MADEIRA APARELHADA *2 X 10* CM, MACARANDUBA, ANGELIM OU EQUIVALENTE DA REGIAO	M	1,400000	R\$ 9,07	R\$ 12,70
00034723/SINAPI	PLACA DE SINALIZACAO EM CHAPA DE ACO NUM 16 COM PINTURA REFLETIVA	M2	0,301800	R\$ 750,75	R\$ 226,58
00004343/SINAPI	PARAFUSO FRANCES ZINCADO, DIAMETRO 1/2", COMPRIMENTO 4", COM PORCA E ARRUELA	UN	3,000000	R\$ 5,36	R\$ 16,08
00020209/SINAPI	PECA DE MADEIRA APARELHADA *7,5 X 7,5* CM (3 X 3 ") MACARANDUBA, ANGELIM OU EQUIVALENTE DA REGIAO	M	3,000000	R\$ 26,94	R\$ 80,82
00011057/SINAPI	PARAFUSO ROSCA SOBERBA ZINCADO CABECA CHATA FENDA SIMPLES 4,8 X 40 MM (1.1/2 ")	UN	2,000000	R\$ 0,17	R\$ 0,34

CÓD.	DESCRIÇÃO		COEFICIENTE	PREÇO JUN/2023	TOTAL
CPU-08	PLACA DE IDENTIFICAÇÃO DE RUA COM DIMENSÃO 45,00 X 20,00 CM, CHAPA DE AÇO 16 COM PINTURA REFLETIVA, PADRÃO DNIT, FIXADA COM SUPORTE DE MADEIRA 3"X3" ALTURA VISÍVEL DE 2,5 M CHUMBADA EM BASE DE CONCRETO (40X40X55) CM	UND			R\$ 332,60
102220/SINAPI	PINTURA TINTA DE ACABAMENTO (PIGMENTADA) ESMALTE SINTÉTICO BRILHANTE EM MADEIRA, 2 DEMÃOS. AF_01/2021 (SOBRE FUNDO NIVELADOR BRANCO).	M2	0,905450	R\$ 15,71	R\$ 14,22
103670/SINAPI	LANÇAMENTO COM USO DE BALDES, ADENSAMENTO E ACABAMENTO DE CONCRETO EM ESTRUTURAS. AF_02/2022	M3	0,088000	R\$ 281,58	R\$ 24,78
94963/SINAPI	CONCRETO FCK = 15MPA, TRAÇO 1:3,4:3,5 (CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L. AF_07/2016	M3	0,088000	R\$ 462,19	R\$ 40,67
93358/SINAPI	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA COM PROFUNDIDADE MENOR OU IGUAL A 1,30 M. AF_02/2021	M3	0,088000	R\$ 77,73	R\$ 6,84
88316/SINAPI	SERVEnte COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1,125000	R\$ 19,65	R\$ 22,11
88262/SINAPI	CARPINTEIRO DE FORMAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,250000	R\$ 27,16	R\$ 6,79
00020206/SINAPI	SARRAFO DE MADEIRA APARELHADA *2 X 10* CM, MACARANDUBA, ANGELIM OU EQUIVALENTE DA REGIAO	M	1,400000	R\$ 9,07	R\$ 12,70
00013521/SINAPI	PLACA DE ACO ESMALTADA PARA IDENTIFICACAO DE RUA, *45 CM X 20* CM	UND	1,000000	R\$ 107,25	R\$ 107,25
00004343/SINAPI	PARAFUSO FRANCES ZINCADO, DIAMETRO 1/2", COMPRIMENTO 4", COM PORCA E ARRUELA	UN	3,000000	R\$ 5,36	R\$ 16,08
00020209/SINAPI	PECA DE MADEIRA APARELHADA *7,5 X 7,5* CM (3 X 3 ") MACARANDUBA, ANGELIM OU EQUIVALENTE DA REGIAO	M	3,000000	R\$ 26,94	R\$ 80,82
00011057/SINAPI	PARAFUSO ROSCA SOBERBA ZINCADO CABECA CHATA FENDA SIMPLES 4,8 X 40 MM (1.1/2 ")	UN	2,000000	R\$ 0,17	R\$ 0,34

Macaúbas - Bahia, 03 de agosto de 2023.

Luan Zacarias Conceição Guedes
Engenheiro Civil
CREA-BA: 051806514-6



Documento assinado digitalmente
LUAN ZACARIAS CONCEICAO GUEDES
Data: 08/08/2023 11:13:26-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

COMP 02 - MOBILIZAÇÃO / DESMOBILIZAÇÃO

TOMADOR	PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAUBAS-BA					Pista:	Dupla		
OBJETO	PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM ESTRADAS VICINAIS DO MUNICÍPIO DE MACAÚBAS-BA					Referência:	SICRO/BA		
						Data Base:	abr/23		
						Data:	jul/23		
VALORES REFERENCIAIS PARA MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO									
MOBILIZAÇÃO BA - 156									
CÓDIGO	EQUIPAMENTO	QUANT.	DM (Km)	K	FU	Custo do transporte		V: 40 Km/h	
						R\$/h	SUB-TOTAL		
A - EQUIPAMENTOS									
E9571	Caminhão tanque com capacidade de 10.000 l - 188 Kw	1,00	105,00	1	1,0	332,70	873,34	BOM JESUS DA LAPA	
E9524	Motoniveladora - 93 kW*	1,00	105,00	1	1,0	293,56	770,60	BOM JESUS DA LAPA	
E9762	Rolo compactador de pneus autopropelido de 27 t - 85 kW*	1,00	105,00	1	0,5	252,72	331,70	BOM JESUS DA LAPA	
E9685	Rolo compactador pé de carneiro vibratório autopropelido de 11,6 t - 82 kW*	1,00	105,00	1	0,5	203,45	267,03	BOM JESUS DA LAPA	
E9577	Trator agrícola - 77 kW*	1,00	105,00	1	0,5	132,71	174,18	BOM JESUS DA LAPA	
E9774	Retroescavadeira de pneus com caçamba de escavação trapezoidal ou triangular com seção de corte de 0,30 a 0,50 m² - 58 Kw	1,00	105,00	1	1,0	159,56	418,85		
TOTAL VEÍCULOS LEVES E PESADOS								2.835,68	
TOTAL GERAL								2.835,68	
OBS: * Para o transporte dos equipamentos de grande porte, impossibilitados de trafegar, foi considerada a utilização do veículo E9018 - Cavalo mecânico com dolly intermediário e semirreboque de 4 eixos com capacidade de 53 t - 323 kW com capacidade de 74 t - 324 kW.									
FONTE: NOVO SICRO - VOLUME 09 - MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO DATA BASE - ABRIL/2023									

$$CM_{ob} = \left(\frac{DM \times K \times FU}{V} \right) \times CH$$

onde:

CM_{ob} representa o custo de mobilização;
DM representa a distância de mobilização, em quilômetros (km) ou em milhas náuticas (mi);
K representa o fator relacionado à necessidade de retorno do veículo a sua origem;
FU representa o fator de utilização do veículo transportador;
V representa a velocidade média de transporte, em km/h ou nós;
CH representa o custo horário do veículo transportador.

O fator K será igual a 1 quando o veículo não retornar e 2 quando o veículo transportador retornar ao local de origem.

Já o fator FU representa o inverso do número de equipamentos a serem transportados nos diferentes veículos transportadores.

Documento assinado digitalmente
 LUAN ZACARIAS CONCEICAO GUEDES
 Data: 08/08/2023 10:56:34-0300
 Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Responsável Técnico
Nome: LUAN ZACARIAS CONCEIÇÃO GUEDES
CREA/CAU: 051806514-6
ART/RRT: BA20230500984



PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAUBAS

Nº OPERAÇÃO 1081648-84	Nº SICONV 924441/2021	PROPONENTE / TOMADOR PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÚBAS	APELIDO DO EMPREENDIMENTO PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM ESTRADAS VICINAIS DO MUNICÍPIO DE MACAÚBAS-BA			
LOCALIDADE SINAPI SALVADOR	DATA BASE 06-23 (DES.)	DESCRIÇÃO DO LOTE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM ESTRADAS VICINAIS DO MUNICÍPIO DE	MUNICÍPIO / UF MACAÚBAS/BA	BDI 1 26,19%	BDI 2 0,00%	BDI 3 0,00%

PLANILHA QUANTITATIVA DE ADMINISTRAÇÃO LOCAL

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UND.	Hrs / Dia	Dias por mês	Meses	Total de horas	Custo Unitário (R\$)	Custo Total sem BDI (R\$)
90777	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JUNIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	2	20	1	40,00	R\$ 98,00	R\$ 3.920,00
90776	ENCARREGADO GERAL COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	3	20	1	60,00	R\$ 32,06	R\$ 1.923,60
TOTAL >>>								R\$ 5.843,60

*Retirado da Tabela SINAPI Junho/2023



Documento assinado digitalmente
LUAN ZACARIAS CONCEICAO GUEDES
Data: 08/08/2023 10:52:45-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

RESPONSÁVEL TÉCNICO
LUAN ZACARIAS CONCEIÇÃO GUEDES
CREA BA 051806514-6

Nº OPERAÇÃO 1081648-84	Nº SICONV 924441/2021	PROPONENTE / TOMADOR PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÚBAS	APELIDO DO EMPREENDIMENTO PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM ESTRADAS VICINAIS DO MUNICÍPIO DE MACAÚBAS-BA			
LOCALIDADE SINAPI SALVADOR	DATA BASE 06-23 (DES.)	DESCRIÇÃO DO LOTE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM ESTRADAS VICINAIS DO MUNICÍPIO DE	MUNICÍPIO / UF MACAÚBAS/BA	BDI 1 26,19%	BDI 2 0,00%	BDI 3 0,00%

COMPOSIÇÃO DE PREÇO

Composição 0002 TRATAMENTO SUPERFICIAL DUPLO COM EMULSÃO RR 2C

A - EQUIPAMENTOS						Produção da equipe (m²)	283,02	
Item	Código	Descrição	Quantidade	Utilização		Custo Horário		Custo
				Operativa	Improdutiva	Produtiva	Improdutivo	Horário Total
A.1	E9509	Caminhão tanque distribuidor de asfalto com capacidade de 6.000 l - 7 kW/136 kW	1,00000	1,00	0,00	267,631	78,1826	267,6310
A.2	E9583	Distribuidor de agregados rebocável com capacidade de 1,9 m³	1,00000	0,22	0,78	13,7715	8,868	9,9468
A.3	E9762	Rolo compactador de pneus autopropelido de 27 t - 85 Kw	1,00000	0,24	0,76	252,7185	124,3342	155,1464
A.4	E9558	Tanque de estocagem de asfalto com capacidade de 30.000 l	2,00000	1,00	0,00	56,8524	38,8343	113,7048
							Custo horário total de equipamento	546,4290
B - MÃO DE OBRA								
Item	Código	Descrição	Quantidade	Unidade	Custo Horário	Custo Unitário		
B.1	P9824	Servente	8,00000	h	20,681	165,4480		
						Custo horário total de mão de obra	165,4480	
						Custo horário total de execução	711,8770	
						Custo unitário de execução	2,5153	
						Custo do FIC	0,0060	
C - MATERIAL								
Item	Código	Descrição	Quantidade	Unidade	Preço Unitário	Custo Unitário		
C.1	M0005	Brita 0	0,00733	m³	142,482	1,0444		
C.2	M0191	Brita 1	0,01500	m³	137,3584	2,0604		
C.3	SEINFRA/I2569	Emulsão asfáltica RR 2C	0,00477	t	3365,5400	16,0536		
						Custo unitário total de material	19,1584	
						Sub total	21,6797	
D - TEMPO FIXO								
Item	Código	Descrição	Código	Quantidade	Unidade	Preço Unitário	Custo Unitário	
D.1	M0005	Brita 0 - Caminhão basculante 10 m³	5914648	0,01100	t	7,6000	0,0836	
D.2	M0191	Brita 1 - Caminhão basculante 10 m³	5914648	0,02250	t	7,6000	0,171	
						Custo unitário total de tempo fixo	0,2593	
						Custo unitário direto total (R\$/M2)	21,94	



Documento assinado digitalmente
LUAN ZACARIAS CONCEICAO GUEDES
 Data: 08/08/2023 10:52:45-0300
 Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Responsável Técnico
Nome: LUAN ZACARIAS CONCEIÇÃO GUEDES
CREA/CAU: 051806514-6
ART/RRT: BA20230500984



MC - MEMORIAL DE CÁLCULO

Nº OPERAÇÃO 1081648-84	Nº SICONV 924441/2021	PROponente / TOMADOR PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÚBAS
LOCALIDADE SINAPI SALVADOR	DATA BASE 06-23 (DES.)	DESCRIÇÃO DO LOTE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM ESTRADAS VICINAIS DO MUNICÍPIO DE

1. ADEQUAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS				TOTAIS								
1.1. SERVIÇOS PRELIMINARES				QUANTIDADE	UNIDADE							
1.1.1.	Composição	0001	ADMINISTRAÇÃO	1,00	UN	FÓRMULA	UNIDADE (U)	OBSERVAÇÕES				
	RUA B - PAJEÚ			1,00	UN	U	1,00	VER COMP. DA ADM. LOCAL				
1.2. SERVIÇOS PRELIMINARES				QUANTIDADE	UNIDADE							
1.2.1	ORSE	00051	PLACA DE OBRA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO, INSTALADA	6,00	M2	FÓRMULA	COMPRIMENTO (C)	ALTURA (A)				
	RUA B - PAJEÚ			6,00	M2	C x A	3,00	2,00				
1.6. TERRAPLANAGEM				QUANTIDADE	UNIDADE							
1.6.1	SICRO	5502985	LIMPEZA MECANIZADA DA CAMADA VEGETAL	800,00	M2	FÓRMULA	COMPRIMENTO (C)	LARGURA (L)	OBSERVAÇÕES			
	RUA B - PAJEÚ			800,00	M2	C x L	80,00	10,00	FORAM CONSIDERADOS 1,5 M DE LARGURA EM CADA LADO DA PISTA PARA REMOÇÃO DA CAMADA VEGETAL			
1.6.2	SINAPI	100577	REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DE SUBLEITO DE SOLO PREDOMINANTEMENTE ARENOSO. AF 11/2019	800,00	M2	FÓRMULA	COMPRIMENTO (C)	LARGURA (L)				
	RUA B - PAJEÚ			800,00	M2	C x L	80,00	10,00				
1.6.3	SICRO	4016007	ESCAVAÇÃO E CARGA DE MATERIAL DE JAZIDA COM TRATOR DE 97 KW E CARREGADEIRA DE 1,72 M³ (SUB-BASE E BASE)	259,91	M3	FÓRMULA	COMPRIMENTO (C)	LARGURA (L)	ESPESSURA SUB-BASE (Es)	ESPESSURA BASE (Eb)	COMPENSAÇÃO (Co)	
	RUA B - PAJEÚ			259,91	M3	$C \times L \times (Es + Eb) + Co$	80,00	10,00	0,15	0,15	19,91	
1.6.4	SINAPI	93589	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M³, EM VIA URBANA EM REVESTIMENTO PRIMÁRIO (UNIDADE: M3XKM). AF 07/2020	473,04	M3XKM	FÓRMULA	COMPRIMENTO (C)	LARGURA (L)	ESPESSURA SUB-BASE E BASE (Esb)	DISTÂNCIA (D)	EMPOLAMENTO (EM)	COMPENSAÇÃO (Co)
	RUA B - PAJEÚ			473,04	M3XKM	$((C \times L \times Esb) + Co) \times EM \times D$	80,00	10,00	0,30	1,40	1,30	19,91
1.6.5	SINAPI	96388	EXECUÇÃO E COMPACTAÇÃO DE BASE E OU SUB BASE PARA PAVIMENTAÇÃO DE SOLOS DE COMPORTAMENTO LATERÍTICO (ARENOSO) - EXCLUSIVE SOLO, ESCAVAÇÃO, CARGA E TRANSPORTE. AF 11/2019 (SUB-BASE)	120,00	M3	FÓRMULA	COMPRIMENTO (C)	LARGURA (L)	ESPESSURA SUB-BASE (Es)			
	RUA B - PAJEÚ			120,00	M3	C x L x Es	80,00	10,00	0,15			
1.6.6	SINAPI	96388	EXECUÇÃO E COMPACTAÇÃO DE BASE E OU SUB BASE PARA PAVIMENTAÇÃO DE SOLOS DE COMPORTAMENTO LATERÍTICO (ARENOSO) - EXCLUSIVE SOLO, ESCAVAÇÃO, CARGA E TRANSPORTE. AF 11/2019 (BASE)	120,00	M3	FÓRMULA	COMPRIMENTO (C)	LARGURA (L)	ESPESSURA BASE (Eb)			
	RUA B - PAJEÚ			120,00	M3	C x L x Eb	80,00	10,00	0,15			
1.7. REVESTIMENTO EM TSD				QUANTIDADE	UNIDADE							
1.7.1	ORSE	2592	IMPRIMAÇÃO - EXECUÇÃO COM FORNECIMENTO DE MATERIAL	490,00	M2	FÓRMULA	COMPRIMENTO (C)	LARGURA (L)	OBSERVAÇÕES			
	RUA B - PAJEÚ			490,00	M2	C x L	80,00	VARIÁVEL	Largura da via variável, conferir em projeto			
1.7.2	SINAPI	97807	PAVIMENTO COM TRATAMENTO SUPERFICIAL DUPLO, COM EMULSÃO ASFÁLTICA RR-2C, COM CAPA SELANTE. AF 01/2020	490,00	M2	FÓRMULA	COMPRIMENTO (C)	LARGURA (L)				

	RUA B - PAJEÚ			490,00	M2	C x L	80,00	VARIÁVEL		Largura da via variável, conferir em projeto	
1.7.3	SINAPI	102330	TRANSPORTE COM CAMINHÃO TANQUE DE TRANSPORTE DE MATERIAL ASFÁLTICO DE 30000 L, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30KM (UNIDADE: TXKM). AF_07/2020	17,65	TXKM	FÓRMULA	ÁREA QUANT. TRAB. (m²) (A)	FATOR DE UTILIZAÇÃO (t) (FU)	DMT (km) (DMT) 30 km	OBSERVAÇÕES	
	RUA B - PAJEÚ			17,65	TXKM	A x FU x DMT	490,00	0,0012	30,00	A QUILOMETRAGEM ADOTADA NA DMT, CONSIDEROU-SE PARTINDO DA CAPITAL DO ESTADO ATÉ O LOCAL DE INTERVENÇÃO, 694KM	
1.7.4	SINAPI	102333	TRANSPORTE COM CAMINHÃO TANQUE DE TRANSPORTE DE MATERIAL ASFÁLTICO DE 20000 L, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, ADICIONAL PARA DMT EXCEDENTE A 30 KM (UNIDADE: TXKM). AF_07/2020	390,43	TXKM	FÓRMULA	ÁREA QUANT. TRAB. (m²) (A)	FATOR DE UTILIZAÇÃO (t) (FU)	DMT (km) (DMT) [694-30] km		
	RUA B - PAJEÚ			390,43	TXKM	A x FU x DMT	490,00	0,0012	664,00		
1.8	SINALIZAÇÃO			QUANTIDADE	UNIDADE						
1.8.1	ORSE	2592	SINALIZAÇÃO HORIZONTAL RODOVIARIA, COM TINTA RETRORREFLETIVA À BASE DE RESINA ACRÍLICA COM MICROESFERAS DE VIDRO	32,00	M2	FÓRMULA	COMPRIMENTO (C)	LARGURA (L)	QUANT. DE FAIXAS (Q)		
	RUA B - PAJEÚ			32,00	M2	C x L x Q	80,00	0,10	4,00		
1.8.2	Composição	CPU - 05	PLACA DE SINALIZAÇÃO VERTICAL TIPO CIRCULAR R=25 CM, CHAPA DE AÇO 16 COM PINTURA REFLETIVA, PADRÃO DNIT, FIXADA COM SUPORTE DE MADEIRA 3"X3" ALTURA VISÍVEL DE 2,50M, CHUMBADA EM BASE DE CONCRETO (40X40X55)CM	2,00	UN	FÓRMULA	UNIDADES (U)			OBSERVAÇÕES	
	RUA B - PAJEÚ			2,00	UN	U	10,00	-		VER QUANTITATIVO DE SINALIZAÇÃO VERTICAL	
1.8.2	Composição	CPU - 06	PLACA DE SINALIZAÇÃO VERTICAL TIPO OCTOGONAL L=25 CM, CHAPA DE AÇO 16 COM PINTURA REFLETIVA, PADRÃO DNIT, FIXADA COM SUPORTE DE MADEIRA 3"X3" ALTURA VISÍVEL DE 2,5M, CHUMBADA EM BASE DE CONCRETO (40X40X55) CM	2,00	UN	FÓRMULA	UNIDADES (U)				
	RUA B - PAJEÚ			2,00		U	2,00				
1.8.2	Composição	CPU - 07	PLACA DE SINALIZAÇÃO VERTICAL TIPO LOSANGO L= 50 CM, CHAPA DE AÇO 16 COM PINTURA REFLETIVA, PADRÃO DNIT, FIXADA COM SUPORTE DE MADEIRA 3"X3" ALTURA VISÍVEL DE 2,5 M CHUMBADA EM BASE DE CONCRETO (40X40X55) CM	1,00	UN	FÓRMULA	UNIDADES (U)				
	RUA B - PAJEÚ			1,00		U	2,00				
1.8.2	Composição	CPU - 08	PLACA DE IDENTIFICAÇÃO DE RUA COM DIMENSÃO 45,00 X 20,00 CM, CHAPA DE AÇO 16 COM PINTURA REFLETIVA, PADRÃO DNIT, FIXADA COM SUPORTE DE MADEIRA 3"X3" ALTURA VISÍVEL DE 2,5 M CHUMBADA EM BASE DE CONCRETO (40X40X55) CM	2	UN	FÓRMULA	UNIDADES (U)				
	RUA B - PAJEÚ			2,00		U	2,00				
1.9	DRENAGEM			QUANTIDADE	UNIDADE						
1.9.1	SINAPI	94265	GUIA (MEIO-FIO) CONCRETO, MOLDADA IN LOCO EM TRECHO RETO COM EXTRUSORA, 15 CM BASE X 30 CM ALTURA. AF_06/2016	160,00	M	FÓRMULA	COMPRIMENTO (C)	QUANTIDADE (Q)		OBSERVAÇÕES	
	RUA B - PAJEÚ			160,00	M	C x Q	80,00	2,00			
1.9.2	SINAPI	94287	EXECUÇÃO DE SARJETA DE CONCRETO USINADO, MOLDADA IN LOCO EM TRECHO RETO, 30 CM BASE X 10 CM ALTURA. AF_06/2016	160,00	M	FÓRMULA	COMPRIMENTO (C)	QUANTIDADE (Q)			
	RUA B - PAJEÚ			160,00	M	C x Q	80,00	2,00			

1.9.2	SICRO	4805762	ESCAVAÇÃO MECÂNICA DE VALA EM MATERIAL DE 2ª CATEGORIA	4,80	M3	FÓRMULA	COMPRIMENTO (C)	LARGURA (L)	PROFUNDIDADE (P)			
	RUA B - PAJEÚ			4,80	M	C x L x P	160,00	0,20	0,15			
1.9	SERVIÇOS COMPLEMENTARES			QUANTIDADE	UNIDADE							
1.9.2	SINAPI	96385	EXECUÇÃO E COMPACTAÇÃO DE ATERRO COM SOLO PREDOMINANTEMENTE ARGILOSO - EXCLUSIVE SOLO, ESCAVAÇÃO, CARGA E TRANSPORTE. AF 11/2019	36,00	M3	FÓRMULA	COMPRIMENTO (C)	LARGURA (L)	ALTURA (A)			
	RUA B - PAJEÚ			36,00	M3	C x L x A	80,00	3,00	0,15			
1.9.3	ORSE	6191	LIMPEZA DE RUAS (VARRIÇÃO E REMOÇÃO DE ENTULHOS)	538,00	M	FÓRMULA	COMPRIMENTO (C)	LARGURA (L)				
	RUA B - PAJEÚ			538,00	M	C x L	80,00	VARIÁVEL			Largura da via variável, conferir em projeto	
1.9.4	SICRO	4016007	ESCAVAÇÃO E CARGA DE MATERIAL DE JAZIDA COM TRATOR DE 97 KW E CARREGADEIRA DE 1,72 M³ (SUB-BASE E BASE)	167,04	UN.	FÓRMULA	COMPRIMENTO (C)	LARGURA (L)	ESPESSURA (E)			
	RUA B - PAJEÚ			36,00	UN.	C x L x E	80,00	3,00	0,15			
1.9.4	SICRO	804393	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M³, EM VIA URBANA EM REVESTIMENTO PRIMÁRIO (UNIDADE: M3XKM). AF 07/2020	65,52	UN.	FÓRMULA	COMPRIMENTO (C)	LARGURA (L)	ESPESSURA (E)	DISTÂNCIA (D)	EMPOLAMENTO (EM)	
	RUA B - PAJEÚ			65,52		(C x L x E x EM) x D	80,00	3,00	0,15	1,40	1,30	

OBSERVAÇÕES(*):

MACAÚBAS / BA

Local

08 de agosto de 2023

Data

Responsável Técnico

Nome: LUAN ZACARIAS CONCEIÇÃO GUEDES

CREA/CAU: 051806514-6

ART/RRT: BA20230500984



Documento assinado digitalmente

LUAN ZACARIAS CONCEIÇÃO GUEDES

Data: 08/08/2023 11:13:26-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

QUADRO RESUMO DAS PLACAS DE SINALIZAÇÃO

PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DE RUA NA COMUNIDADE DO PAJEÚ NO MUNICÍPIO DE MACAÚBAS-BA.

- Rua B

Agosto de 2023

PROJETO EXECUTIVO DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA

Sinalização Vertical:

Para cada placa empregada, o projeto de sinalização vertical está indicando com precisão, o seu tipo, localização, dimensões e suporte, abrangendo os seguintes tipos de sinalização;

-Regulamentação:

-Advertência:

-Indicação, incluindo-se nesta categoria as placas de identificação, de orientação de destino, educativas, de serviços auxiliares, de atrativos turísticos, de localização e de apoio operacional.

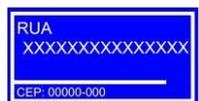
Posicionamento na via

As placas devem ser colocadas:

- ao logo da via de forma a manter o condutor permanentemente informado;
- junto aos principais acessos, para assinalar a velocidade máxima permitida no trecho aos usuários que ingressam na pista.
- A placa deve ser colocada à direita da via/pista, perpendicular ao sentido de tráfego, exceto em vias cujas características físicas inviabilizem esta utilização.

QUADRO RESUMO DAS PLACAS DE SINALIZAÇÃO

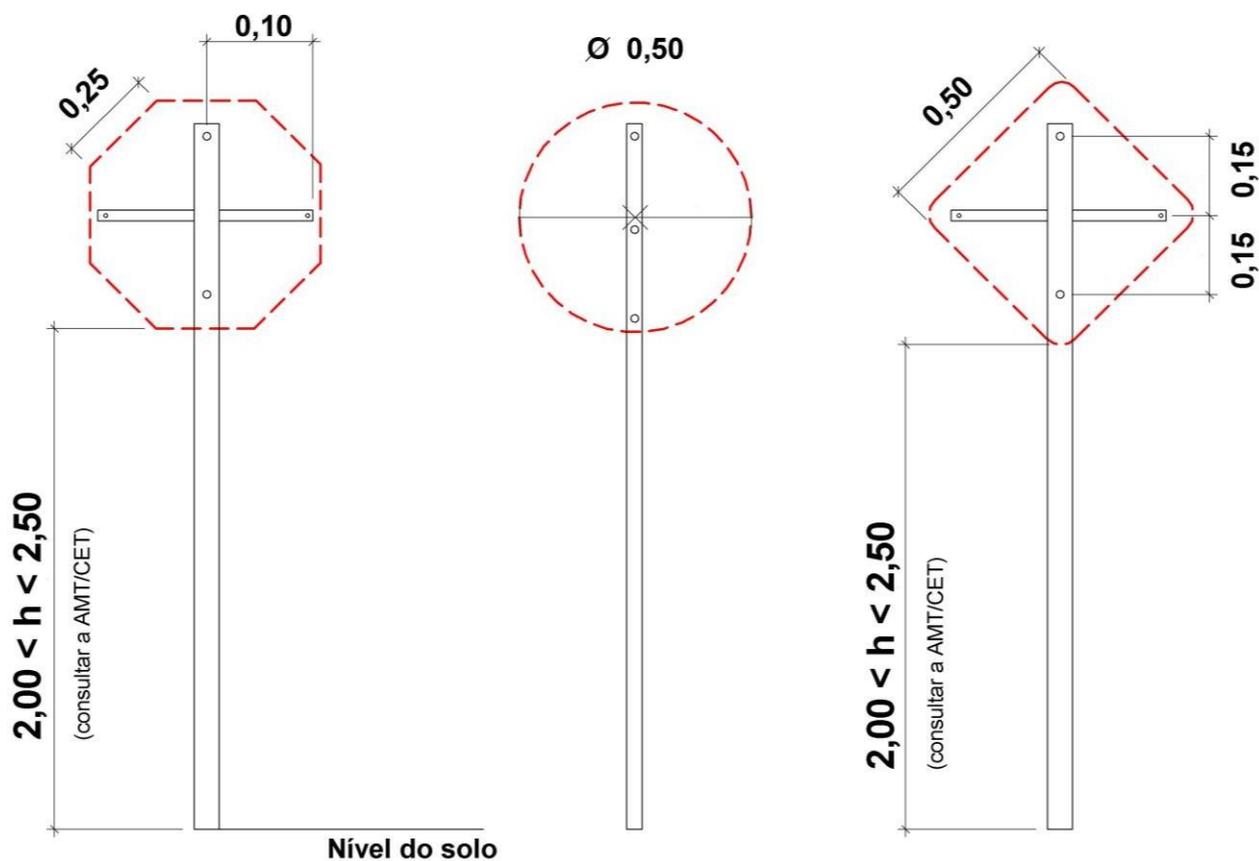
PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA B NA COMUNIDADE DO PAJEU

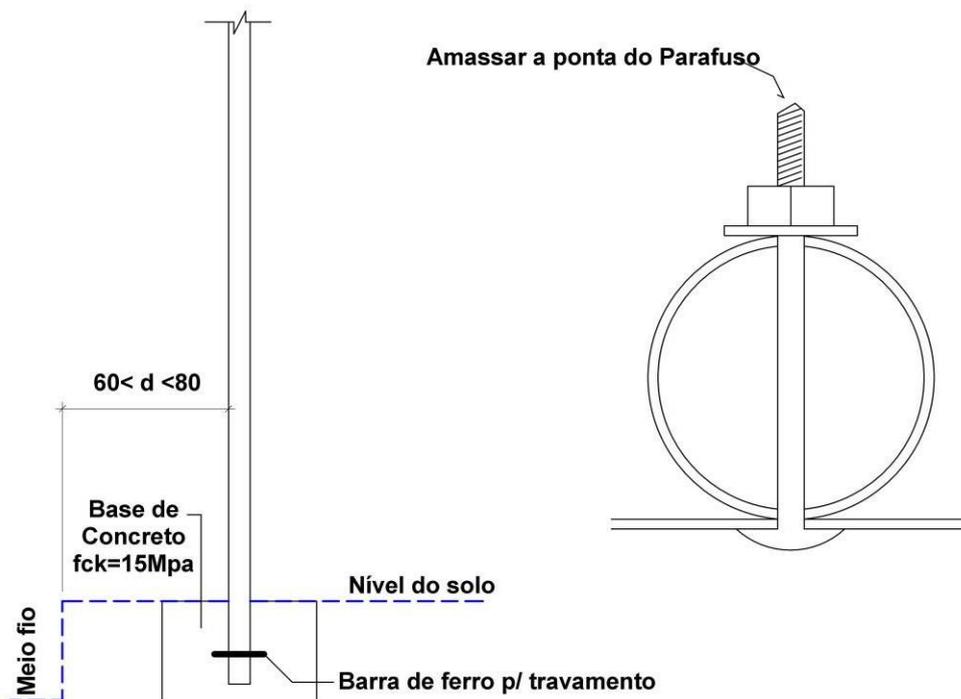
PLACA	QUANTIDADE	TOTAL
 Limite de Velocidade	As placas terão dimensões de 0,19 m ² em chapa de aço de 1,25mm, perímetro de 1,57m	01(Uma)
 Duplo Sentido de Circulação	As placas terão dimensões de 0,19 m ² em chapa de aço de 1,25mm, perímetro de 1,57m	01(Uma)
 Faixa de Travessia de Pedestres	As placas terão dimensões de 0,18 m ² em chapa de aço de 1,25mm, perímetro de 2m	01(Uma)
 Parada Obrigatória	As placas terão dimensões de 0,29 m ² em chapa de aço de 1,25mm, perímetro de 2m	02(Duas)
 Identificação de Rua	As placas terão dimensões 45x25cm, perímetro de 1,4m	02(Duas)

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

SINALIZAÇÃO VERTICAL.

As placas de sinalização vertical serão com pintura do tipo refletiva, e serão executadas conforme padrão nas dimensões especificada abaixo, em chapa de aço de 1,25mm, bitola #18, ou espessura de 1,50mm, bitola #16. Os postes para fixação das placas serão em madeira 3" x 3", as peças serão fabricadas por empresas especializadas neste tipo de pintura e confecção dos mesmos, onde atendem às normas DNER, e da Prefeitura Municipal de Macaúbas-Bahia.





Macaúbas-Ba, 02 de Agosto de 2023.

Documento assinado digitalmente
gov.br LUAN ZACARIAS CONCEICAO GUEDES
Data: 08/08/2023 11:13:26-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Luan Zacarias Conceição Guedes
Engenheiro Civil
CREA: 051806514-6



MT - MAPA DOS TRECHOS

Nº OPERAÇÃO 1081648-84	Nº SICONV 924441/2021	PROPONENTE / TOMADOR PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÚBAS	APELIDO DO EMPREENDIMENTO PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM ESTRADAS VICINAIS DO MUNICÍPIO DE MACAÚBAS-BA			
LOCALIDADE SINAPI SALVADOR	DATA BASE 06-23 (DES.)	DESCRIÇÃO DO LOTE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM ESTRADAS VICINAIS DO MUNICÍPIO DE	MUNICÍPIO / UF MACAÚBAS/BA	BDI 1 26,19%	BDI 2 0,00%	BDI 3 0,00%
NOME	COMPRIMENTO (M)	LARGURA DA PLATAFORMA (M)	ÁREA (M2)	LARGURA PISTA DE ROLAMENTO (M)	ÁREA (M2)	
RUA B - PAJEÚ	80,00	10,00	800,00	VARIÁVEL	538,00	
TOTAL	80,00		800,00		538,00	

0,08 km

MACAUBAS/BA

Local

08 de agosto de 2023

Data



Documento assinado digitalmente

LUAN ZACARIAS CONCEICAO GUEDES

Data: 08/08/2023 11:13:26-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Responsável Técnico

Nome: LUAN ZACARIAS CONCEIÇÃO GUEDES

CREA/CAU: 051806514-6

ART/RRT: BA20230500984

QC - QUADRO DE CUBAÇÃO

Nº OPERAÇÃO 1081648-84	Nº SICONV 924441/2021	PROponente / TOMADOR PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÚBAS	APELIDO DO EMPREENDIMENTO PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM ESTRADAS VICINAIS DO MUNICÍPIO DE MACAÚBAS-BA			
LOCALIDADE SINAPI SALVADOR	DATA BASE 06-23 (DES.)	DESCRIÇÃO DO LOTE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM ESTRADAS VICINAIS DO MUNICÍPIO DE	MUNICÍPIO / UF MACAÚBAS/BA	BDI 1 26,19%	BDI 2 0,00%	BDI 3 0,00%

TRECHO: PEIXE A CANATIBA

Estaca	Distância (m)	Largura do Trecho (m)	Cota Terreno (m)	Cota Greide (m)	Corte (m2)	Aterro (m2)	Corte (m³)	Corte Acumulado (m³)	Aterro (m³)	Aterro Acumulado (m³)
E0	0,00	9,290	102,221 m	102,221 m	0,248	-	0,000	0,000	0,000	0,00
E1	20,000	9,217	100,983 m	101,068 m	0,406	0,159	6,540	6,540	1,590	1,590
E2	20,000	10,000	99,735 m	100,000 m	0,304	1,610	7,100	13,640	17,690	19,280
E3	20,000	10,000	98,596 m	98,746 m	0,549	0,400	8,530	22,170	20,100	39,380
E4	20,000	10,000	97,740 m	97,938 m	0,360	0,779	9,090	31,260	11,790	51,170

MACAUBAS/E

Local

08 de agosto de 2023

Data

Responsável Técnico

Nome: LUAN ZACARIAS CONCEIÇÃO GUEDES

CREA/CAU: 051806514-6

ART/RRT: BA20230500984

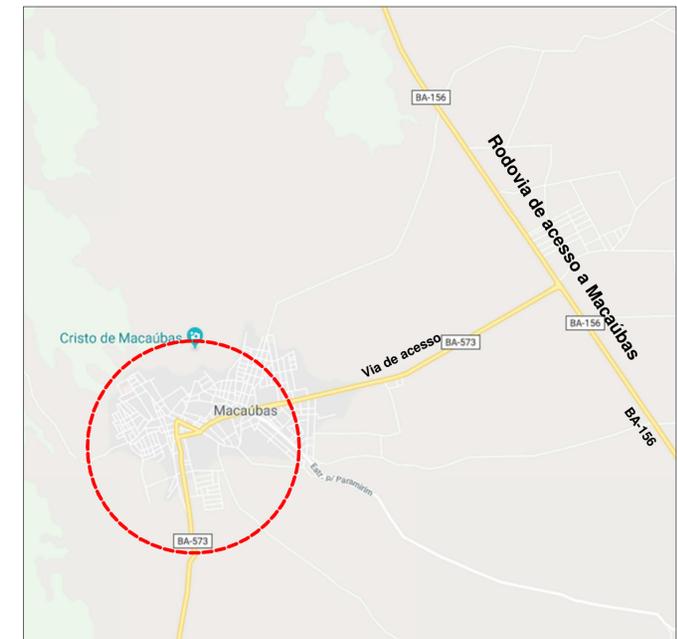
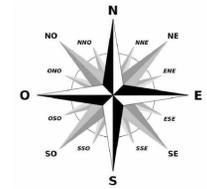
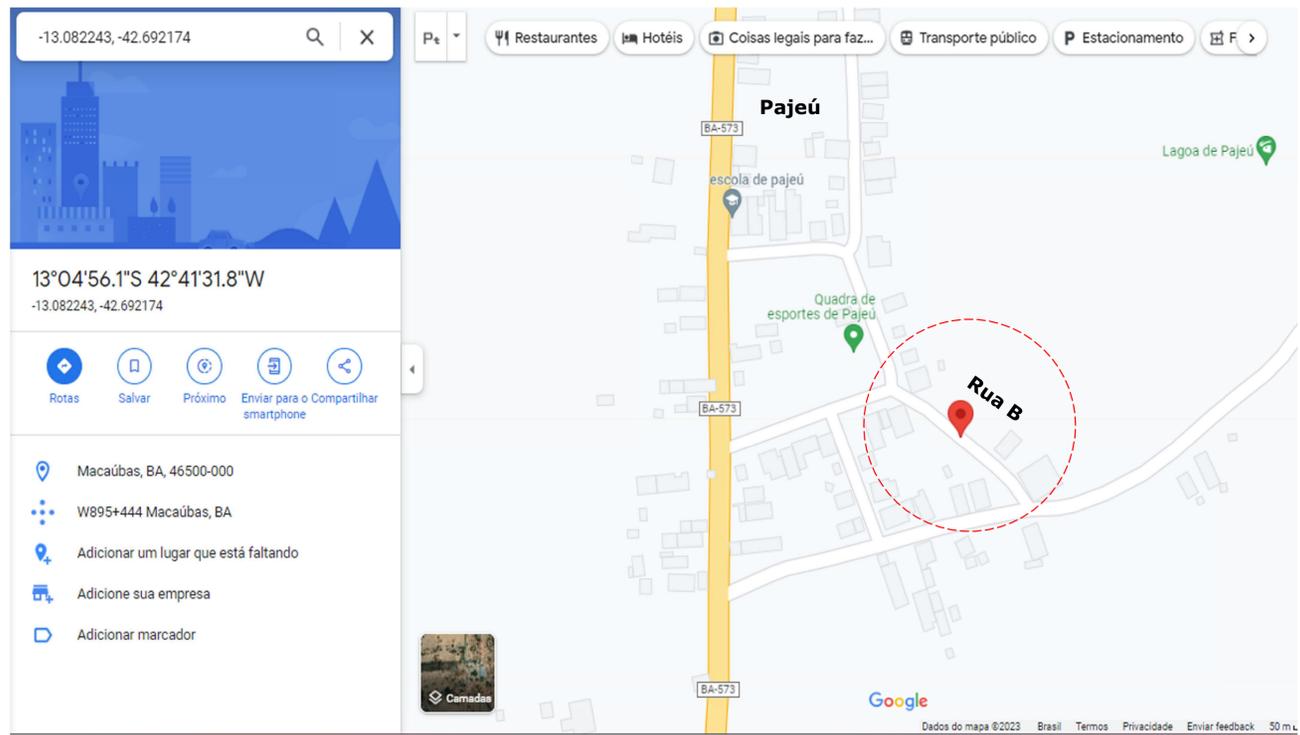
Documento assinado digitalmente



LUAN ZACARIAS CONCEIÇÃO GUEDES

Data: 08/08/2023 11:16:33-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>



QUADRO DE DIMENSÕES

Logradouro	Largura (m)	Comprimento (m)	Asfalto (m²)	Meio Fio (m)	Sarjeta - 30x10 (m)	Passoie - L=1,50 (m²)
Rua A						
Rua B	Variável	80,00	490,00	160,00	160,00	240,00
Rua C						
TOTAL	-	80,00	490,00	160,00	160,00	240,00

Espaço Reservado para Órgão Fiscalizador:


 Documento assinado digitalmente
 LUAN ZACARIAS CONCEIÇÃO GUEDES
Data: 08/08/2023 11:09:45-0300
Verifique em https://validar.it.gov.br

Proprietário: Prefeitura Municipal de Macaúbas

Responsável Técnico: Luan Zacarias Conceição Guedes CREA: 051806514-6

PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA TSD

Planta de Localização

Proprietário: Prefeitura Municipal de Macaúbas

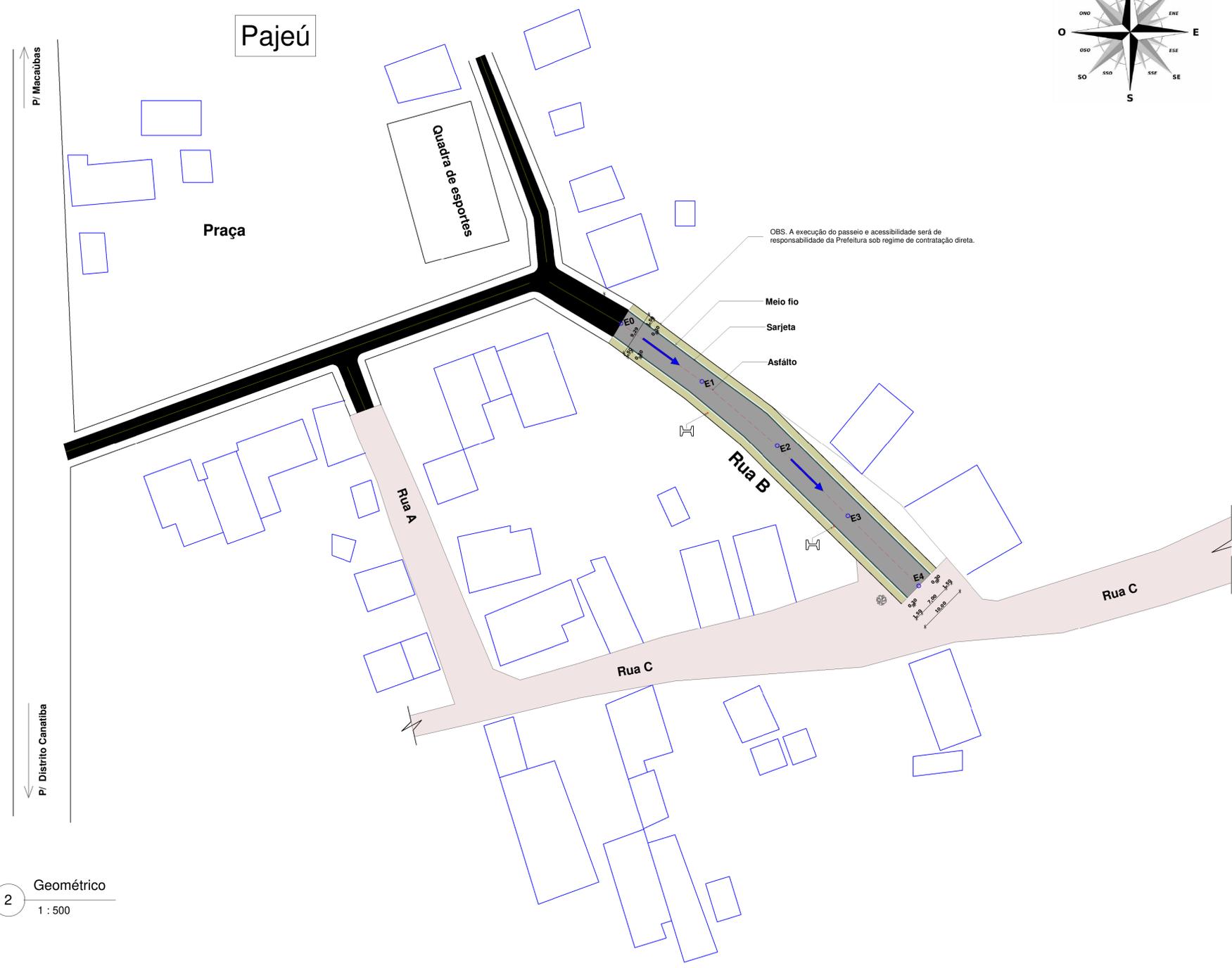
Endereço: Rua B, Comunidade Pajeú - Macaúbas - Bahia

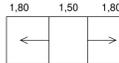
	Prancha:	Escala: 1:700
	01/05	Data: Agosto de 2023
		Área= 800,00m²

ART: BA20230500984

Projeto: Vinicius Bartolomeu

-13.082243
-42.692174

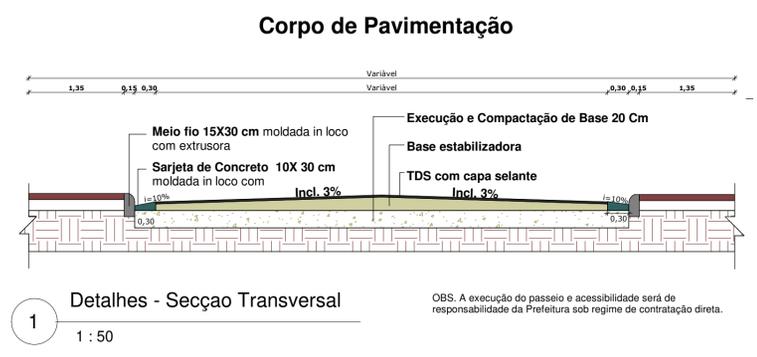
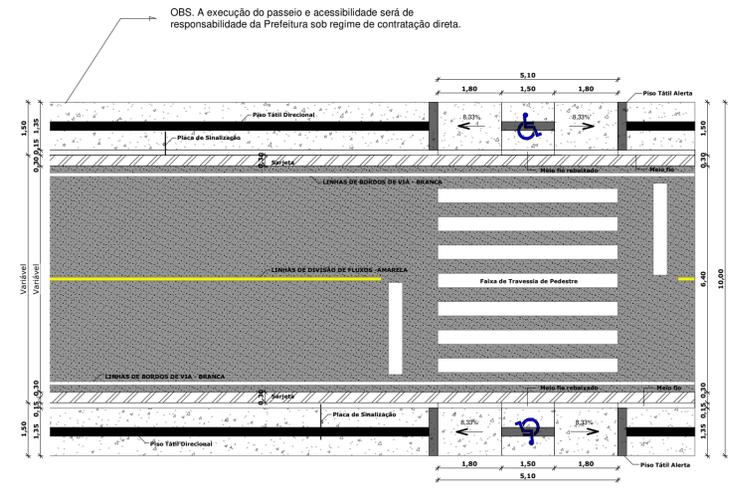


-  Rua a pavimentar - largura variável
-  Rua Existente com pav.asfáltica
-  Rua encascalhadas
-  Passeio em Concreto - largura 1,50m
-  Sarjeta em concreto
-  Poste de Baixa tensão
-  Rampa de acessibilidade para deficientes
-  Sentido de fluxo de água pluvial
-  Faixa para travessia de pedestre

QUADRO DE DIMENSÕES

Logradouro	Largura (m)	Comprimento (m)	Asfalto (m²)	Meio Fio (m)	Sarjeta - 30x10 (m)	Passeio - L=1,50 (m²)
Rua A						
Rua B	Variável	80,00	490,00	160,00	160,00	240,00
Rua C						
TOTAL	-	80,00	490,00	160,00	160,00	240,00

2 Geométrico
1 : 500



1 Detalhes - Secção Transversal
1 : 50

Espaço Reservado para Órgão Fiscalizador:

 Documento assinado digitalmente
 LUAN ZACARIAS CONCEIÇÃO GUEDES
 Data: 08/08/2023 11:50:45-0:30
 Verifique em https://validar.br.gov.br

Proprietário: Prefeitura Municipal de Macaúbas

Responsável Técnico: Luan Zacarias Conceição Guedes CREA: 051806514-6

PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA TSD

Geométrico

Proprietário: Prefeitura Municipal de Macaúbas

Endereço: Rua B, Comunidade Pajeú - Macaúbas - Bahia



PREFEITURA DE MACAÚBAS
UMA NOVA HISTÓRIA, UM NOVO TEMPO

Prancha:

02/05

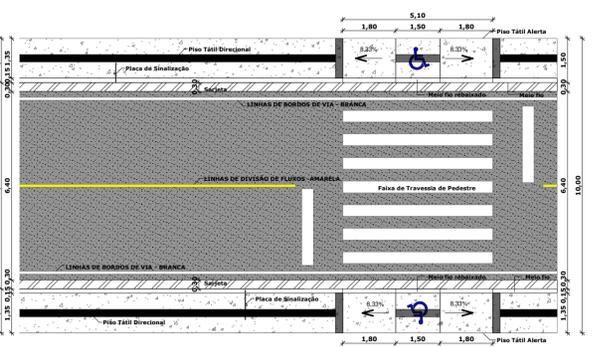
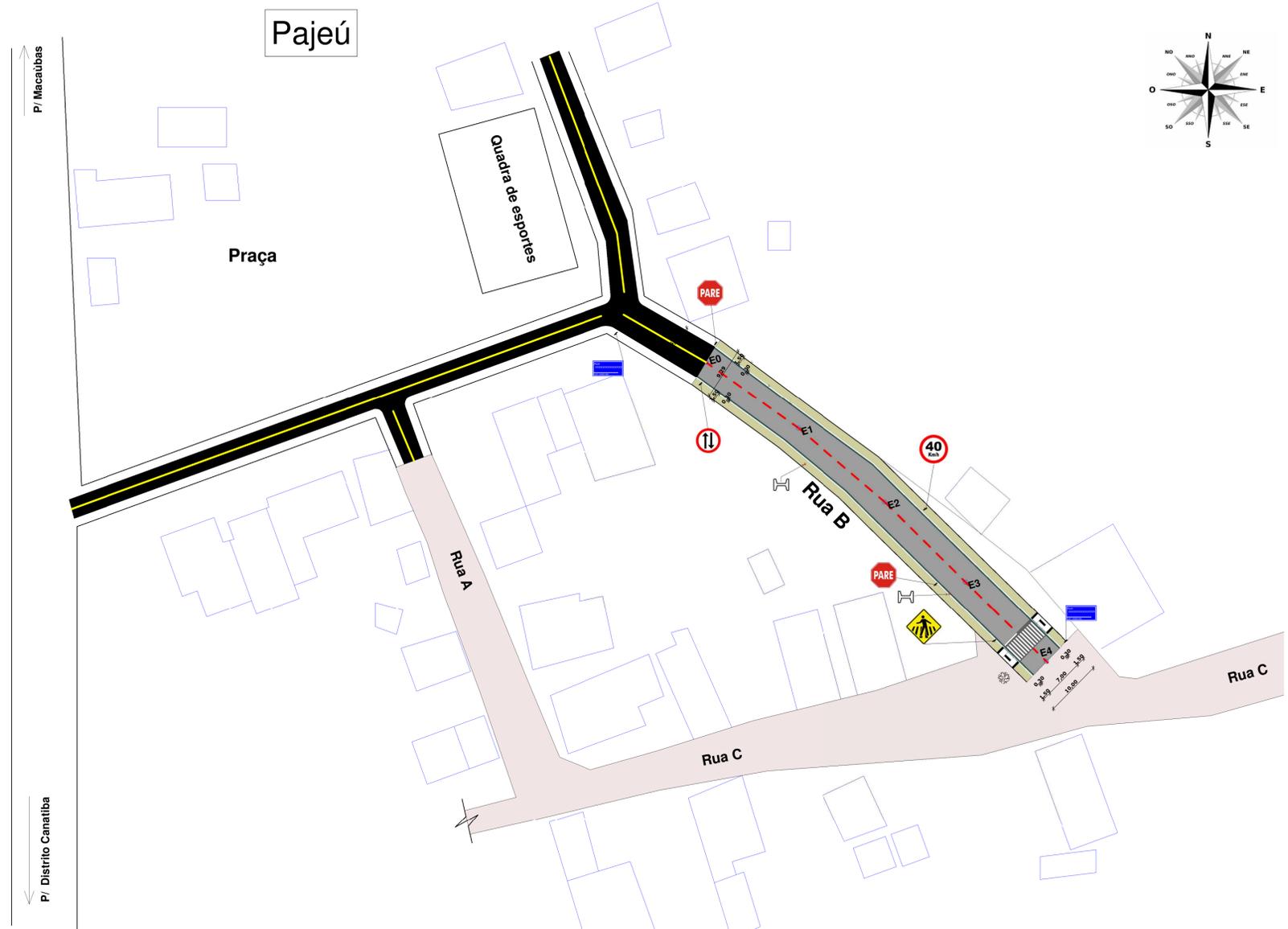
Escala: 1:500

Data: Agosto de 2023

Área= 800,00m²

ART: BA20230500984

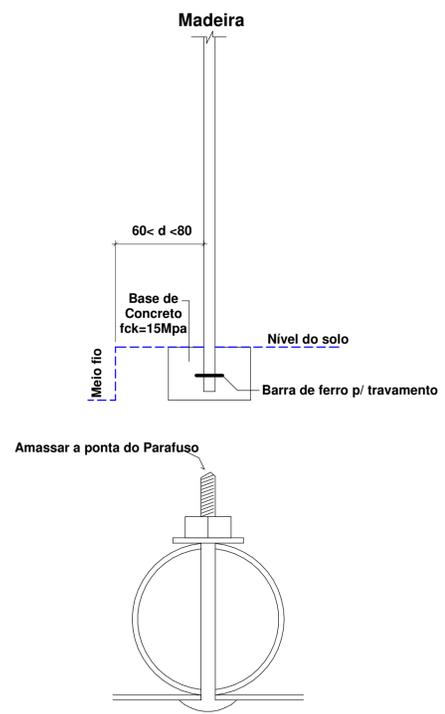
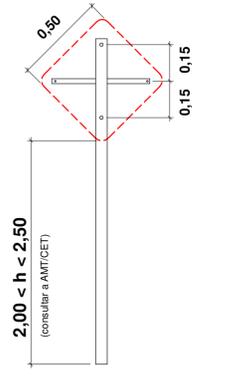
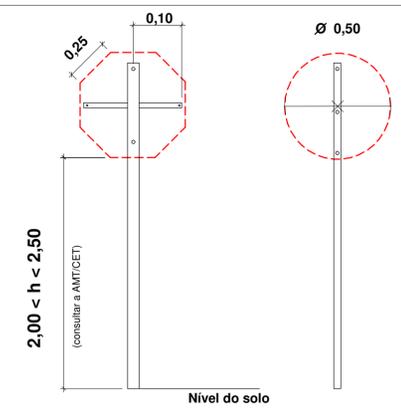
Projeto: Vinicius Bartolomeu



OBS. A execução do passeio e acessibilidade será de responsabilidade da Prefeitura sob regime de contratação direta.

Quando houver rampas de acessibilidade, a extrusão da guia deverá acompanhar o designer e rebaixamento. O arquivo "DETALHES DAS RAMPAS PARA PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS E PISO TÁTIL", ilustra esta informação.

O mesmo acontece em frente às residências com entrada de veículos, o meio fio deverá ser executado com rebaixamento, para facilitar a circulação do mesmo. Evitando possíveis transtornos aos moradores.



- Rua a pavimentar - largura variável
- Rua Existente com pav.asfáltica
- Rua encascalhadas
- Passeio em Concreto - largura 1,50m
- Sarjeta em concreto
- Poste de Baixa tensão
- Rampa de acessibilidade para deficientes
- Setas de sentido de fluxo dos veículos
- Faixa para travessia de pedestre

QUADRO DE DIMENSÕES						
Logradouro	Largura (m)	Comprimento (m)	Asfalto (m²)	Meio Fio (m)	Sarjeta - 30x10 (m)	Passeio - L=1,50 (m²)
Rua A						
Rua B	Variável	80,00	490,00	160,00	160,00	240,00
Rua C						
TOTAL			80,00	490,00	160,00	240,00

Espaço Reservado para Órgão Fiscalizador:

Documento assinado digitalmente
 LUAN ZACARIAS CONCEIÇÃO GUEDES
 Data: 18/08/2023 11:29:46-0900
 Verifique em https://validar.digov.br

Proprietário: Prefeitura Municipal de Macaúbas

Responsável Técnico: Luan Zacarias Conceição Guedes CREA: 051806514-6

PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA TSD

Sinalização

Proprietário: Prefeitura Municipal de Macaúbas

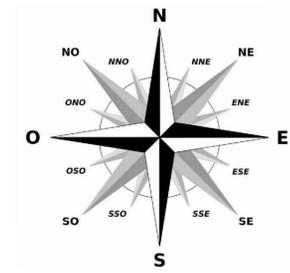
Endereço: Rua B, Comunidade Pajeú - Macaúbas - Bahia

Prancha: 03/05
 Escala: 1:500
 Data: Agosto de 2023
 Área= 800,00m²

ART: BA20230500984

Projeto: Vinicius Bartolomeu

Placa de Sinalização de Parada Obrigatória		Placa de Sinalização de Travessia de Pedestres			Placa de Sinalização de Duplo Sentido			Placa de Sinalização de Velocidade Máxima Permitida					
Forma	Cor	Forma	Cor		Forma	Cor		Forma	Cor				
	Fundo		Fundo	Amarela		Fundo	Branca		Fundo	Branca			
	Orla Interna		Branca	Simbolo		Preta	Simbolo		Preta				
	Orla Externa		Vermelha	Orla Externa		Amarela	Orla		Vermelha				
	Letra		Branca	Orla Interna		Preta	Letra		Preta				
Letra	Branca	Orla Externa	Branca	Orla Externa	Branca	Número	Preta	Orla	Vermelha	Letra	Preta		
Dimensões	45 X 25 cm	Via	Lado (m)	Orla Interna (m)	Orla Externa (m)	Via	Lado (m)	Orla Interna (m)	Orla Externa (m)	Via	Lado (m)	Orla Interna (m)	Orla Externa (m)
Fundo	Azul	Urbana	0,45	0,028	0,05	Urbana	0,45	0,01	0,02	Urbana	0,45	0,028	0,05
Letra	Branca	Urbana	0,45	0,028	0,05	Urbana	0,45	0,01	0,02	Urbana	0,45	0,028	0,05



-  Rua a pavimentar - largura variável
-  Rua Existente com pav.asfáltica
-  Rua encascalhadas
-  Poste de Baixa tensão
-  Árvore

QUADRO DE DIMENSÕES

Logradouro	Largura (m)	Comprimento (m)	Asfalto (m²)	Meio Fio (m)	Sarjeta - 30x10 (m)	Passoio - L=1,50 (m²)
Rua A						
Rua B	Variável	80,00	490,00	160,00	160,00	240,00
Rua C						
TOTAL	-	80,00	490,00	160,00	160,00	240,00

Espaço Reservado para Órgão Fiscalizador:

 Documento assinado digitalmente
 LUAN ZACARIAS CONCEIÇÃO GUEDES
 Data: 08/08/2023 11:09:46 -0300
 Verifique em https://validar.ri.gov.br

Proprietário: Prefeitura Municipal de Macaúbas

Responsável Técnico: Luan Zacarias Conceição Guedes CREA: 051806514-6

PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA TSD

Planialtimétrico

Proprietário: Prefeitura Municipal de Macaúbas

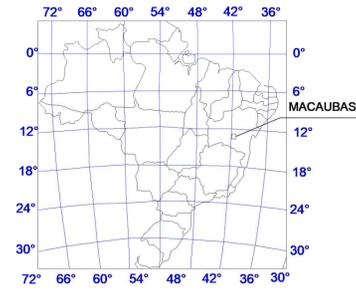
Endereço: Rua B, Comunidade Pajeú - Macaúbas - Bahia

	Prancha:	Escala: 1:500
	04/05	Data: Agosto de 2023
		Área= 800,00m ²

ART: BA20230500984

Projeto: Vinicius Bartolomeu

LOCALIZAÇÃO DA ÁREA



PERFIL LONGITUDINAL - RUA B

103
102
101
100
099
098
097



COTAS (m)	PROJETO	102,221				
COTAS (m)	TERRENO	102,221	101,068	100,000	98,746	97,938
COTAS (m)	TERRENO	102,221	100,983	99,735	98,596	97,740
ESTACAS	20,00m	E0	E1	E2	E3	E4

QUADRO DE DIMENSÕES

Logradouro	Largura (m)	Comprimento (m)	Asfalto (m²)	Meio Fio (m)	Sarjeta - 30x10 (m)	Passieio - L=1,50 (m²)
Rua A						
Rua B	Variável	80,00	490,00	160,00	160,00	240,00
Rua C						
TOTAL	-	80,00	490,00	160,00	160,00	240,00

Espaço Reservado para Orgão Fiscalizador:

gov.br Documento assinado digitalmente
LUAN ZACARIAS CONCEIÇÃO GUEDES
Data: 08/08/2023 13:59:46 -0300
Verifique em https://validar.sil.gov.br

Proprietário: Prefeitura Municipal de Macaúbas

Responsável Técnico: Luan Zacarias Conceição Guedes CREA: 051806514-6

PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA TSD

Planta de Perfil Long. Transversal

Proprietário: Prefeitura Municipal de Macaúbas

Endereço: Rua B, Comunidade Pajeú - Macaúbas - Bahia

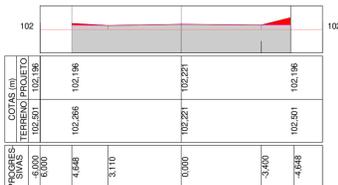
	Prancha:	Escala: 1:150
	05/05	Data: Agosto de 2023
		Área= 800,00m²

ART: BA20230500984

Projeto: Vinicius Bartolomeu

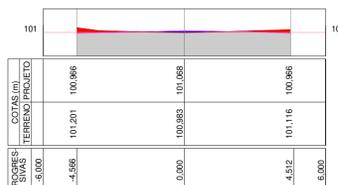
E0

Área de corte: 0,248 m²
Área de aterro: 0,000 m²



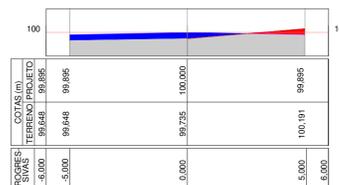
E1

Área de corte: 0,406 m²
Área de aterro: 0,159 m²



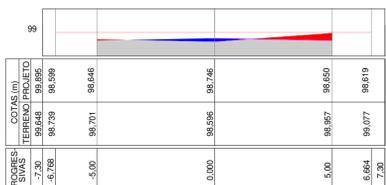
E2

Área de corte: 0,304 m²
Área de aterro: 1,610 m²



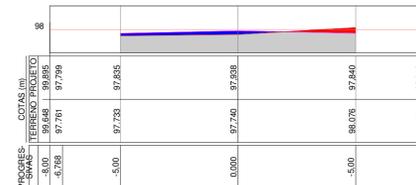
E3

Área de corte: 0,549 m²
Área de aterro: 0,400 m²



E4

Área de corte: 0,360 m²
Área de aterro: 0,779 m²



ANEXO II

DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE EM ACESSIBILIDADE

Eu, **LUAN ZACARIAS CONCEIÇÃO GUEDES**, na qualidade Responsável Técnico pelo Projeto de PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM ESTRADAS VICINAIS DO MUNICÍPIO DE MACAÚBAS-BA – PAJEÚ A LAGOA DO PAJEÚ, vinculado ao convênio ou contrato de repasse nº **924441/2021**, para fins do disposto no Anexo I da Instrução Normativa nº 02, de 09 de outubro de 2017, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, que foram atendidos os itens de acessibilidade constantes da Lista de Verificação de Acessibilidade anexa.

DECLARO, outrossim, sob as penas da lei, estar plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e deter plenos poderes, conhecimento técnico e informações para firmá-la.

Macaúbas, 04 de agosto de 2023.

Documento assinado digitalmente
gov.br LUAN ZACARIAS CONCEICAO GUEDES
Data: 08/08/2023 10:52:45-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

RESPONSÁVEL TÉCNICO
LUAN ZACARIAS CONCEIÇÃO GUEDES
CREA-BA: 051806514-6

ANEXO I

LISTA DE VERIFICAÇÃO EM ACESSIBILIDADE

	ITEM	DESCRIÇÃO	ATENDIMENTO*			ETAPA DE VERIFICAÇÃO			ITEM DA NBR 9050/15:	OBS . *
			SIM	NÃO nesta etapa**	N/A - Justificar (não será verificado)	PELO CONCEDENTE OU MANDATÁRIA** * NO PROJETO DE ENGENHARIA	PELO CONVENIENTE NO PROJETO EXECUTIVO DE ACESSIBILIDADE	PELO CONVENIENTE NO LAUDO DE CONFORMIDADE		
ROTA ACESSÍVEL	1	Há indicação em projeto do traçado da rota acessível na área de intervenção?				s	s	s	6.1	
CALÇADAS	2	As calçadas novas ou reformadas possuem faixa livre com largura mínima de 1,20 m?				s	s	s	6.12.3.b)	
	3	As faixas livres não possuem obstáculos?				n	s	s	6.12.3.b)	
	4	As calçadas novas ou reformadas possuem faixa de serviço com largura mínima de 0,70 m?				n	s	s	6.12.3.a)	
	5	Em casos de calçadas novas ou reformadas com largura superior a 2,0m, há faixa de acesso?				n	s	s	6.12.1 6.12.3.c)	
	6	A faixa livre possui 2,10 m de altura livre nas calçadas novas ou reformadas?				n	s	s	6.12.3.b)	
	7	A sinalização suspensa está instalada acima de 2,10 m do piso nas calçadas novas ou reformadas?				n	s	s	5.2.8.2.3	
	8	A faixa livre ou passeio das calçadas novas ou reformadas possui inclinação transversal de até 3%?				n	s	s	6.12.3.b)	
	9	Nas calçadas novas ou reformadas há sinalização tátil direcional quando da ausência ou descontinuidade de linha-guia identificável?				n	s	s	ABNT NBR 16537 - 7.8.1	
	10	A sinalização visual possui contraste de luminância, em condições secas e molhadas nas calçadas novas?				n	s	s	5.4.6.2	
	11	Há sinalização tátil ou piso tátil para informar a existência de: desníveis, objetos suspensos, equipamentos, mudança de direção, travessia de pedestre, início e término de rampas e escadas, rebaixamentos de guia nas calçadas novas ou reformadas?				n	s	s	5.4.6.3 ABNT NBR 16537 - 6.6 - 7.4	
	12	A faixa livre das calçadas novas ou reformadas possui				n	s	s	6.3.2	

		piso com superfície regular, firme, estável, não trepidante e anti derrapante, sob condição seca ou molhada?							
	13	O acesso de veículos aos lotes cria degraus ou desníveis na faixa livre nas calçadas novas ou reformadas?			n	s	s	6.12.4	
	14	Os rebaixamentos de calçadas ou faixas elevadas para a travessia das vias constantes da intervenção estão na direção do fluxo da travessia de pedestres em calçadas novas ou reformadas ou reformadas?			s	s	s	6.12.7	
	15	Os rebaixamentos de calçadas possuem inclinação igual ou inferior a 8,33% (nas rampas laterais e central) ou igual ou inferior a 5% para rebaixamento total (nas rampas laterais) em calçadas novas?			n	s	s	6.12.7.3 6.12.7.3.4	
	16	Os rebaixamentos de calçadas possuem rampa central com largura mínima de 1,50m em calçadas novas ou reformadas?			s	s	s	6.12.7.3	
	17	Os rebaixamentos de calçadas são feitos de forma a não reduzir a largura da faixa livre ou passeio em medida inferior a 1,20m em calçadas novas ou reformadas?			n	s	s	6.12.7.3	
	18	Há desnível entre o término do rebaixamento da calçada e o leito carroçável em calçadas novas ou reformadas?			n	s	s	6.12.7.3.1	
	19	Há rebaixamento do canteiro divisor de pistas, com largura igual à da faixa de travessia?			s	s	s	6.12.7.3.5	
	20	Os semáforos para pedestres possuem dispositivos sincronizados com sinais visuais e sonoros?			n	s	s	8.2.2.3	
	21	Os semáforos, se acionados manualmente, possuem comando com altura entre 0,80 m e 1,20 m do piso?			n	s	s	5.6.4.3 8.2.2.1	
PASSARELAS	22	As passarelas de pedestres possuem uma das alternativas? a. rampas; b. rampas e escadas; c. rampas e elevadores; d. escadas e elevadores.			s	s	s	6.13.1	

23	As rampas em rota acessível possuem, no mínimo, 1,20 m de largura?				s	s	s	6.6.2.5	
24	Os patamares (intermediários, de início e término da rampa) possuem dimensão longitudinal mínima de 1,20 m e não invadem a área de circulação adjacente?				s	s	s	6.6.4	
25	Para segmento de rampa com desnível máximo de 1,50 m, a inclinação é de 5%?				n	s	s	6.6.2.1	
26	Para segmento de rampa com desnível máximo de 1,00 m, a inclinação é de até 6,25%?				n	s	s	6.6.2.1	
27	Para segmento de rampa com desnível máximo de 0,80 m, sua inclinação é de até 8,33% e o número máximo de segmentos de rampa é 15?				n	s	s	6.6.2.1	
28	Em rampas, na ausência de paredes laterais, há guarda corpos e guias de balizamento?				n	s	s	6.9.5	
29	As escadas em rota acessível possuem no mínimo 1,20 m de largura?				s	s	s	6.8.3	
30	Há patamar em escadas a cada desnível de 3,20 m (exceto escada de lances curvos ou mistos) com no mínimo 1,20m de dimensão longitudinal?				s	s	s	6.8.7	
31	Os pisos dos degraus das escadas possuem dimensão entre 0,28 m e 0,32 m?				n	s	s	6.8.2	
32	Os espelhos dos degraus das escadas possuem dimensão entre 0,16 m e 0,18 m?				n	s	s	6.8.2	
33	Há sinalização visual aplicada nos pisos e espelhos dos degraus, contrastante com o revestimento adjacente?				n	s	s	5.4.4	
34	Em escadas, na ausência de paredes laterais, há guarda corpos e guias de balizamento?				s	s	s	6.9.5	
35	Nas rampas e escadas há corrimãos?				s	s	s	6.9.2.1	
36	Em escadas e rampas os corrimãos são contínuos com diâmetro entre 30 mm a 45 mm, com altura de 0,92 m e a 0,70 m do piso e prolongamento mínimo de 0,30 m nas extremidades e recurvados nas				n	s	s	6.9	

		extremidades?							
	37	Em rampas ou escadas com largura igual ou superior a 2,40 m, há instalação de corrimão intermediário?				n	s	s	6.9.4
	38	Em rampas ou escadas, se há corrimão intermediário e patamar com comprimento superior a 1,40 m, há espaçamento mínimo de 0,80 m?				n	s	s	6.9.4.1
	39	Em plataforma de elevação vertical com percurso aberto, há fechamento contínuo com altura de 1,10 m e sem vãos laterais?				n	s	s	6.10
	40	Em plataforma de elevação vertical com percurso superior a 2,00 m, o percurso é fechado?				n	s	s	6.10.3.2
	41	Em plataforma de elevação inclinada há parada programada no patamares ou pelo menos a cada 3,20 m de desnível?				n	s	s	6.10.4.2
	42	Há dispositivos de comunicação interno e externo à caixa de corrida, para solicitação de auxílio?				n	s	s	6.10.1
	43	Os elevadores, quando projetados para 1 cadeira de rodas e 1 outro usuário, possuem cabine com dimensões mínimas de 1,40 m x 1,10 m?				s	s	s	ABNT NBR NM 313 - Tabela 1
	44	Em elevadores, quando projetados para 1 cadeira de rodas e 1 outro usuário, as portas, quando abertas, possuem vão livre de 0,80 m x 2,10 m?				n	s	s	ABNT NBR NM 313 - Tabela 1
	45	O piso da cabine contrasta com o da circulação?				n	s	s	ABNT NBR NM 313
	46	Há sinalização com piso tátil de alerta junto à porta dos elevadores e plataformas de elevação vertical?				n	s	s	ABNT NBR 16537 - 6.9.1
	47	Possui sinalização sonora informando o pavimento em equipamentos com mais de duas paradas?				n	s	s	6.10.1
	48	Junto à porta do elevador há dispositivo entre 1,80 m e 2,50 m que emite sinais sonoro e visual, indicando o sentido em que a cabine se movimenta?				n	s	s	ABNT NBR NM 313
	49	A botoeira do pavimento está localizada entre 0,90 m e 1,10 m do piso?				n	s	s	ABNT NBR NM 313
	50	A botoeira da cabine está localizada entre 0,90 m e 1,30 m do piso?				n	s	s	ABNT NBR NM 313
	51	O desnível entre o piso da cabine e o piso externo é de, no máximo, 15 mm?				n	s	s	ABNT NBR NM 313

	52	A distância horizontal entre o piso da cabine e o piso externo é de, no máximo, 35 mm?				n	s	s	ABNT NBR NM 313	
	53	O número do pavimento está localizado nos batentes externos, indicando o andar, em relevo e em Braille?				n	s	s	5.4.5.2	
ESTACIONAMENTO DE VEÍCULOS	54	Há rota acessível interligando as vagas reservadas dos estacionamentos aos acessos?				n	s	s	6.2.4	
	55	Há vagas de estacionamento reservadas a veículos que transportem pessoas com deficiência?				s	s	s	Lei 13.146/2015	
	56	O número de vagas de estacionamento reservadas a veículos que transportem pessoas com deficiência é de, no mínimo, 2% do total de vagas, assegurada, no mínimo 1 vaga?				s	s	s	Lei 13.146/2015	
	57	As vagas destinadas a pessoas com deficiência localizam-se a, no máximo, 50m do acesso à edificação ou elevadores?				n	s	s	6.14.1.2	
	58	As vagas destinadas a pessoas com deficiência contam com espaço adicional de, no mínimo, 1,20 m de largura?				n	s	s	6.14.1.2	
	59	Há vagas de estacionamento reservadas a veículos que transportem pessoas idosas?				s	s	s	Lei 10.741/2003	
	60	O número de vagas destinadas a veículos que transportem pessoas idosas é de, no mínimo, 5% do total de vagas, com no mínimo uma vaga?				s	s	s	Lei 10.741/2003	
	61	As vagas destinadas a pessoas idosas estão posicionadas próximas das entradas do edifício?				n	s	s	6.14	
	62	As vagas reservadas contêm sinalização vertical e horizontal?				n	s	s	5.5.2.3 6.14	
ACESSO	63	Há indicação no projeto do traçado da rota acessível?				s	s	s	6.1.1	
	64	A rota acessível interliga as áreas de uso público e adaptadas da edificação e incorpora as circulações?				s	s	s	6.1.1	
	65	Todas as entradas da edificação de uso público ou comum são acessíveis?				n	s	s	6.2.1; 6.1.1.1	
	66	Se houver controle de acesso, tipo catracas ou cancelas, pelo menos um deles em cada conjunto é acessível?				n	s	s	6.2.5	
	67	Possui sinalização informativa e direcional nas entradas e saídas acessíveis?				n	s	s	6.2.8	
	68	Há mapa acessível instalado				n	s	s	Anexo B B.4	

		imediatamente após a entrada principal com piso tátil associado, informando os principais pontos de distribuição no prédio ou locais de maior utilização?								
	69	Há pelo menos duas formas de deslocamento vertical nas circulações verticais? (escadas, rampas, plataformas elevatórias ou elevador)				s	s	s	6.3	
PISO	70	As superfícies de piso possuem revestimento regular, firme, estável, não trepidante e antiderrapante, estando secas ou molhadas?				n	s	s	6.3.2	
	71	A rota acessível é nivelada ou possui desníveis de no máximo 0,5 cm, ou quando maior que 0,5 cm e menor que 2 cm é chanfrada na proporção 1:2 (50%)				n	s	s	6.3.4.1	
	72	Há rampa nos casos em que ocorra um desnível maior que 2 cm?				n			6.1 6.1.1.2 6.3.4.1	
	73	Se houver grelhas e juntas de dilatação em rotas acessíveis, os vãos perpendiculares ao fluxo principal possuem dimensão máxima de 15mm?				n	s	s	6.3.5	
CORREDORES	74	Para corredores de uso comum com extensão de até 4,00 m, a largura é de, no mínimo, 0,90 m?				n	s	s	6.11.1	
	75	Para corredores de uso comum com extensão de até 10,00 m, a largura é de, no mínimo, 1,20 m?				n	s	s	6.11.1	
	76	Para corredores de uso comum com extensão acima de 10,00m, a largura é de, no mínimo, 1,50 m?				n	s	s	6.11.1	
	77	Para corredores de uso público, a largura é de, no mínimo, 1,50 m?				n	s	s	6.11.1	
	78	Para transposição de obstáculos com no máximo 0,40 m de extensão, a largura é de no mínimo 0,80 m?				n	s	s	6.11.1.2	
	79	Para transposição de obstáculos com extensão superior a 0,40 m, a largura é de no mínimo 0,90 m?				n	s	s	6.11.1.2	
	80	As passagens possuem informação visual, associada a sinalização tátil ou sonora?				n	s	s	5.4.1	
	81	Há placas de sinalização informando sobre os sanitários, acessos verticais e horizontais, números de pavimentos e rota de fuga?				n	s	s	5.2.8.1	
	82	Esta sinalização está disposta em locais acessíveis para pessoa em cadeira de rodas, com deficiência visual, entre outros usuários,				n	s	s	5.2.8.1	

		de tal forma que possa ser compreendida por todos?							
ROTA DE FUGA	83	Quando a rota de fuga incorpora escadas de emergência e elevadores de emergência há área de resgate com no mínimo um M.R (0,80X1,20m) por pavimento e um para cada escada e elevador de emergência?				s	s	s	6.4.4
	84	As rotas de fuga e as saídas de emergência estão sinalizadas, com informações visuais, sonoras e táteis?				n	s	s	5.5.1
RAMPAS E ESCADAS	85	As rampas possuem largura mínima de 1,50 m? Sendo o mínimo admissível de 1,20m (indicadas no projeto como as pertencentes à rota acessível)				s	s	s	6.6.2.5
	86	As escadas possuem largura mínima de 1,20m? (indicadas no projeto como as pertencentes à rota acessível)				s	s	s	6.8.3
	87	Há guarda-corpos e guias de balizamento em rampas e escadas, na ausência de paredes laterais? (indicadas no projeto como as pertencentes à rota acessível)				s	s	s	6.6.3 6.9.5
	88	Há corrimãos em escadas e rampas? (indicadas no projeto como as pertencentes à rota acessível)				s	s	s	6.9.2.1
	89	Os corrimãos são contínuos, com diâmetro entre 30 mm a 45 mm, em ambos os lados, com altura de 0,92 m e a 0,70 m do piso, prolongamento mínimo de 0,30 m e recurvados nas extremidades?				n	s	s	6.9.2.1; 4.6.5
	90	Em rampas ou escadas com largura igual ou superior a 2,40 m, há instalação de corrimão intermediário?				n	s	s	6.9.4
	91	Em rampas ou escadas, se há corrimão intermediário e patamar com comprimento superior a 1,40 m, há espaçamento mínimo de 0,80 m?				n	s	s	6.9.4.1
	92	Os patamares (intermediários, de início e término) das rampas possuem dimensão longitudinal mínima de 1,20 m e não invadem a área de circulação adjacente?				s	s	s	6.6.2 6.6.4
	93	Há patamar em escadas a cada desnível de 3,20 m (exceto escada de lances curvos ou mistos), com dimensão longitudinal de 1,20 m?				s	s	s	6.8.7 6.8.8
	94	Os patamares de mudança de direção em rampas e escadas possuem o comprimento igual à				s	s	s	6.6.4; 6.8.3

		largura das mesmas?								
RAMPAS E ESCADAS	95	Para segmento de rampa com desnível máximo de 1,50 m, a inclinação é de 5%?				n	s	s	6.6.2.1	
	96	Para segmento de rampa com desnível máximo de 1,00 m, a inclinação é de até 6,25%?				n	s	s	6.6.2.1	
	97	Para segmento de rampa com desnível máximo de 0,80 m, sua inclinação é de até 8,33% e o número máximo de segmentos de rampa é 15?				n	s	s	6.6.2.1	
	98	Os pisos dos degraus das escadas possuem dimensão entre 0,28 m e 0,32 m?				s	s	s	6.8.2	
	99	Os espelhos dos degraus das escadas possuem dimensão entre 0,16 m e 0,18 m?				s	s	s	6.8.2	
	100	O primeiro e o último degrau de um lance de escada distam 0,30m da circulação adjacente?				s	s	s	6.8.4	
	101	As escadas que interligam os pavimentos, possuem sinalização tátil, visual e/ou sonora?				n	s	s	5.5.1.3	
	102	Há sinalização visual de degraus isolados?				n	s	s	5.4.4	
PLATAFORMAS E ELEVADORES	103	Em plataforma de elevação vertical com percurso aberto, há fechamento contínuo com altura de 1,10 m e sem vãos laterais?				n	s	s	6.10.3.1	
	104	Em plataforma de elevação vertical com percurso superior a 2,00 m, o percurso é fechado?				n	s	s	6.10.3.2	
	105	Em plataforma de elevação inclinada há parada programada nos patamares ou pelo menos a cada 3,20 m de desnível?				n	s	s	6.10.4.2	
	106	Há dispositivos de comunicação interno e externo à caixa de corrida, para solicitação de auxílio?				n	s	s	6.10.1	
	107	Os elevadores possuem cabine com dimensões mínimas de 1,40 m x 1,10 m?				s	s	s	ABNT NBR NM 313	
	108	Em elevadores as portas, quando abertas, possuem vão livre mínimo de 0,80 m x 2,10 m?				n	s	s	6.11.2.4	
	109	O piso da cabine contrasta com o da circulação?				n	s	s	ABNT NBR NM 313	
	110	Possui sinalização com piso tátil de alerta e visual junto ao equipamento? (exceto plataforma de elevação inclinada)				n	s	s	6.10.1; 6.10.4.4	
	111	Possui sinalização sonora informando o pavimento em equipamentos com mais de duas paradas?				n	s	s	6.10.1	
	112	Junto à porta do elevador há dispositivo entre 1,80 m e 2,50 m que emite sinais sonoro				n	s	s	ABNT NBR NM 313	

		e visual, indicando o sentido em que a cabine se movimentará?							
	113	A botoeira do pavimento está localizada entre 0,90 m e 1,10 m do piso?			n	s	s	ABNT NBR NM 313	
	114	A botoeira da cabine está localizada entre 0,90 m e 1,30 m do piso?			n	s	s	ABNT NBR NM 313	
PLATAFORMAS E ELEVADORES	115	O desnível entre o piso da cabine e o piso externo é de, no máximo, 15 mm?			n	s	s	ABNT NBR NM 313	
	116	A distância horizontal entre o piso da cabine e o piso externo é de, no máximo, 35 mm?			n	s	s	ABNT NBR NM 313	
	117	O número do pavimento está localizado nos batentes externos, indicando o andar, em relevo e em Braille?			n	s	s	5.4.5.2	
PORTAS E JANELAS	118	As portas, quando abertas, possuem vão livre de 0,80 m de largura e 2,10 m de altura?			s	s	s	6.11.2.4	
	119	Nos locais de prática esportivas, as portas tem largura mínima de 1m nas circulações destinada a praticantes?			s	s	s	6.11.2.4; 6.11.2.12; 10.11.1	
	120	Em portas de duas ou mais folhas, pelo menos um delas possui vão livre de 0,80 m de largura?			n	s	s	6.11.2.4	
	121	Se houver portas em sequência, há espaço entre elas (abertas) de, no mínimo, 1,50 m de diâmetro e 0,60 m ao lado da maçaneta?			n	s	s	6.11.2	
	122	A área de varredura das portas não interfere nas áreas de manobra, na dimensão mínima dos patamares e no fluxo principal de circulação?			n	s	s	6.6.4.1; 6.8.8; 6.11.2.1	
	123	Se abertura da porta é no sentido do deslocamento do usuário, existe espaço livre de 0,30 m entre a porta e a parede e espaço frontal de 1,2 m ou acionamento automático?			n	s	s	6.11.2.2	
	124	Se abertura da porta é no sentido oposto ou lateral ao deslocamento do usuário, existe espaço livre de 0,60 m entre a porta e a parede e espaço frontal de 1,5m ou acionamento automático?			n	s	s	6.11.2.2; 6.11.2.3	
	125	Possui sinalização visual no centro da porta ou na parede ao lado da maçaneta (1,20 m - 1,60 m) no lado externo, informando o ambiente?			n	s	s	5.4.1	
	126	A sinalização visual está associada à sinalização tátil em relevo e Braille (instalada na parede adjacente ou batente em altura entre 0,90 m - 1,20 m) ou sonora?			n	s	s	5.4.1	

	127	As maçanetas das portas são do tipo alavanca e estão instaladas entre 0,80 m e 1,10 m do piso?				n	s	s	6.11.2.6	
	128	A altura do peitoril respeita o cone visual de pessoa em cadeira rodas (aprox. 60 cm)?				n	s	s	6.11.3	
	129	As janelas possuem comando de abertura instalados entre 0,60 m e 1,20 m do piso?				n	s	s	6.11.3	
GERAL	130	Existe sanitário acessível, para cada sexo, em todos os pavimentos, com entrada independente dos sanitários coletivos?				s	s	s	7.4.3	
	131	As superfícies de piso dos sanitários acessíveis não possuem desníveis e possuem revestimento regular, firme, estável, não trepidante, e antiderrapante, estando secas ou molhadas?				n	s	s	6.3.2 6.3.4	
	132	Há no mínimo 5% do total de cada peça sanitária, com no mínimo uma, para cada sexo em cada pavimento, onde há sanitários?				n	s	s	7.4.3	
	133	O sanitário acessível ou boxe sanitário acessível possui circulação livre para giro de 360º (diâmetro 1,50 m)?				s	s	s	7.5.a)	
	134	Os sanitários acessíveis possuem dispositivo de sinalização de emergência (alarme sonoro e visual) próximo à bacia, acionado através de pressão ou alavanca, instalado à 40 cm do piso e com cor contrastante?				n	s	s	5.6.4.1	
	135	Os interruptores foram instalados em altura de 0,60m a 1,00 m do piso?				n	s	s	4.6.9	
PORTAS	136	As portas, quando abertas, possuem vão livre de 0,80 m de largura e 2,10 m de altura?				s	s	s	6.11.2.4	
	137	Em caso de porta de eixo vertical, a abertura é para o lado externo do sanitário ou boxe?				s	s	s	7.5.f)	
	138	Nos locais de prática esportivas, as portas tem largura mínima de 1m nas circulações destinada a praticantes?				s	s	s	6.11.2.4; 6.11.2.12; 10.11.1	
	139	A porta possui puxador horizontal, com diâmetro entre 25 mm a 35 mm, com comprimento mínimo de 0,40 m, afixado na parte interna da porta e maçaneta tipo alavanca?				n	s	s	6.11.2.7 Figura 84; 7.11.5	
	140	Há sinalização visual no centro da porta ou na parede ao lado da maçaneta (1,20 m - 1,60 m) no lado externo, informando o				n	s	s	5.4.1	

		ambiente?								
	141	A sinalização visual está associada à sinalização tátil em relevo e Braille (instalada na parede adjacente ou batente em altura entre 0,90 m - 1,20 m) ou sonora?				n	s	s	5.4.1	
BACIA SANITÁRIA	142	Há área de transferência (0,80 m x 1,20 m) lateral, diagonal e perpendicular para a bacia sanitária?				s	s	s	7.5	
	143	A bacia possui 0,43 m a 0,45 m de altura em o assento (46 cm de altura com assento)?				n	s	s	7.7.2.1	
	144	A bacia NÃO possui abertura frontal?				n	s	s	7.7.2.1	
	145	Há barras de apoio com comprimento mínimo de 0,80 m, fixadas horizontalmente nas paredes de fundo e na lateral da bacia sanitária, distando 0,75 m do piso acabado e uma barra vertical de, no mínimo 0,70m, a 0,10m acima da barra horizontal e a 0,30m da borda frontal da bacia?				n	s	s	7.7.2.2 Figuras 103 e 104	
	146	O acionamento da válvula de descarga está a no máximo 1,00 m do piso?				n	s	s	7.7.3.1	
	147	No caso de caixa acoplada, a barra sobre esta, possui altura máxima de 0,89 m?				n	s	s	7.7.2.3.3	
	148	O acionamento de descarga em caixa acoplada é do tipo alavanca ou sensores?				n	s	s	7.7.3.2	
LAVATÓRIO	149	O lavatório acessível é sem coluna ou com coluna suspensa, com profundidade máxima de 0,50m, altura final entre 0,78 e 0,80m e distante 0,30 m do piso?				n	s	s	7.5.d) Figura 98	
	150	No caso de lavatório instalado em bancada, a altura superior da cuba está entre 78 e 80 cm, e possui altura livre inferior de, no mínimo, 73 cm?				n	s	s	7.10.3	
	151	Há barras de apoio de cada lado dos lavatórios, distantes a, no máximo, 0,50m da parede e do eixo da torneira e no caso de barra horizontal, o perfil superior de 0,78 a 0,80m do piso e no caso de barra vertical com, no mínimo, 0,40m de comprimento, a 0,90m do piso?				n	s	s	7.8.1 Figuras 113 e 114	
	152	As torneiras são acionadas por alavanca, sensor eletrônico ou dispositivo equivalente ?				n			7.8.2	

MICTÓRIO	153	Existe área de aproximação frontal para Pessoa com Mobilidade Reduzida (diâmetro de 60 cm) e para Pessoa em Cadeira de Rodas (0,80 m x 1,20 m)?				n	s	s	7.10.4	
	154	Para os mictórios suspensos, a altura da borda frontal é de 0,60 m a 0,65 m?				n	s	s	7.10.4.3	
	155	Acionamento da descarga é do tipo alavanca ou automática e possui altura de 1,00 m do piso?				n	s	s	7.10.4.3	
	156	O mictório possui barras de apoio em ambos os lados com afastamento de 0,30 m (a partir do eixo), comprimento mínimo de 0,70 m e fixadas a altura de 0,75 m do piso acabado?				n	s	s	7.10.4.3	
ACESSÓRIOS	157	Se existir ducha higiênica, está instalada de 0,45 a 1,20 do piso e distante de 0,25 a 0,43m da borda lateral da bacia?				n			7.5. m) Figura 14	
	158	O espelho, quando instalado em parede sem pias, possui borda inferior a, no máximo, 0,50 m e a borda superior a, no mínimo, 1,80 m do piso?				n	s	s	7.11.1	
	159	O espelho, quando instalado sobre o lavatório, possui borda inferior a, no máximo, a 0,90 m e a borda superior a, no mínimo, 1,80 m do piso?				n	s	s	7.11.1	
	160	A papelreira embutida está em altura mínima de 0,55 m (eixo) do piso e dista 0,20 m da borda frontal da bacia?				n	s	s	7.11.2	
	161	A papelreira de sobrepor está alinhada com a borda frontal da bacia e o acesso ao papel está a 1,00 m do piso acabado?				n	s	s	7.11.2	
	162	Os acessórios (papelreira, cabide e porta-objetos) atendem à altura entre 0,80 m e 1,20 m?				n	s	s	7.11.3 7.11.4	
BOXE DE CHUVEIRO	163	As dimensões mínimas do boxe de chuveiro são de 0,90 m x 0,95 m?				s	s	s	7.12.1.2	
	164	Caso exista porta no boxe, esta possui vão com largura livre mínima de 0,90 m confeccionada em material resistente a impacto?				n	s	s	7.12.1.1	
	165	O registro do chuveiro está a 1,00 m do piso acabado e a 0,45 m de distância do banco?				n	s	s	7.12.2 Figura 126	
	166	Há banco instalado na parede lateral ao chuveiro, com dimensões mínimas de 0,70 m x 0,45 m, e altura de 0,46 m do piso acabado?				n	s	s	7.12.3 Figura 126.b)	

	167	No boxe há barra de apoio de 90° na parede lateral ao banco e barra vertical na parede de fixação do banco?				n	s	s	7.12.3 Figura 126.a)	
	168	O piso do boxe de chuveiro é antiderrapante, está nivelado com o piso adjacente e possui grelhas ou ralos fora da área de manobra e transferência?				n	s	s	7.12.4	
BANHEIRA	169	Há área de transferência (0,80 m x 1,20 m) lateral à banheira?				n	s	s	7.13.2 Figuras 127 e 128	
	170	A banheira possui altura máxima de 0,46 m?				n	s	s	7.13.2.1	
	171	O acionamento da banheira do comando deve estar a uma altura de 0,80 m do piso acabado?				n	s	s	7.13.2.3	
	172	A banheira possui duas barras de apoio horizontais na parede frontal e uma vertical na parede lateral?				n	s	s	7.13.2.4 Figura 129	
ÁREA COMUM DOS VESTIÁRIOS	173	Os vestiários acessíveis estão localizados em rotas acessíveis?				s	s	s	7.3.1	
	174	Existe vestiário acessível com entrada independente ?				s	s	s	7.4.2	
	175	As superfícies de piso dos vestiários acessíveis possuem revestimento regular, firme, estável, não trepidante e antiderrapante, estando secas ou molhadas?				n	s	s	7.12.4	
	176	Há, no mínimo, 5% do total de cada peça instalada acessível, com no mínimo uma, consideradas separadamente, se houver divisão por sexo?				n	s	s	7.4.5	
	177	Há sinalização de emergência?				n	s	s	7.4.2.2	
	178	Os vestiários acessíveis possuem dispositivo de sinalização de emergência (alarme sonoro e visual) próximo à bacia, acionado através de pressão ou alavanca, instalado à 40 cm do piso e com cor contrastante?				n	s	s	5.6.4.1	
	179	Os interruptores foram instalados em altura de 0,60m a 1,00 m do piso?				n	s	s	4.6.9	
	180	A sinalização visual está associada à sinalização tátil em relevo e Braille (instalada na parede adjacente ou batente em altura entre 0,90 m - 1,20 m) ou sonora?				n	s	s	5.4.1	
	181	As portas, quando abertas, possuem vão livre de 0,80 m de largura e 2,10 m de altura?				s	s	s	6.11.2.4	
182	A porta possui puxador horizontal, com diâmetro entre 25 mm a				n	s	s	6.11.2.7 Figura 84; 7.11.5		

		35 mm, com comprimento mínimo de 0,40 m, afixado na parte interna da porta e maçaneta tipo alavanca?								
	183	Nos locais de prática esportivas, as portas tem largura mínima de 1m nas circulações destinada a praticantes?				s	s	s	6.11.2.4; 6.11.2.12; 10.11.1	
CABINAS	184	As cabinas individuais acessíveis possuem superfície para troca de roupas na posição deitada, de dimensões mínimas de 0,70 m de largura, 1,80 m de comprimento e altura de 0,46 m?				n	s	s	7.14.1	
	185	Há duas barras de apoio horizontais junto à superfície de troca de roupas com comprimento mínimo de 0,80 m, instaladas na cabeceira a 0,30 m da lateral e na lateral a 0,50 m da cabeceira, ambas em altura de 0,75 m do piso acabado?				n	s	s	7.14.1	
	186	A porta da cabina, quando aberta, possui vão livre com largura de 0,80 m ou 1,00 m, em locais de pratica esportiva, com abertura para o lado externo da cabina?				s	s	s	7.14.1; 10.11.1	
	187	A porta da cabina possui puxador horizontal, com diâmetro entre 25 mm a 35 mm, com comprimento mínimo de 0,40 m, afixado na parte interna da porta e sistema de travamento acessível?				n	s	s	7.5.f) Figura 84	
	188	O espelho, quando instalado, possui borda inferior a 0,30 m e a borda superior a, no mínimo, 1,80 m do piso?				n	s	s	7.14.1	
	BANCOS	189	Os bancos para vestiários possuem encosto e profundidade mínima de 0,45 m, largura mínima de 0,70 m e altura de 0,46 m do piso, e possuem um espaço livre inferior com 0,30 m de profundidade?				n	s	s	7.14.2
190		Os bancos possuem área de transferência lateral com dimensões mínimas de 0,80 x 1,20 m?				n	s	s	7.14.2 Figura 131	
ARMÁRIOS	191	A altura de utilização dos armários está entre 0,40 m e 1,20m do piso acabado?				n	s	s	7.14.3	
	192	A altura de fixação dos puxadores dos armários está entre 0,40 m e 1,20 m?				n	s	s	7.14.3	
	193	As prateleiras possuem profundidade que variam entre 0,25 e 0,43, a depender da altura de cada prateleira, conforme				n	s	s	7.14.3 4.6.2 Figura 14	

		figura 14 da NBR 9050?								
	194	As projeção de abertura das portas dos armários permite área de circulação mínima de 0,90 m?				n	s	s	7.14.3	
ACESSÓRIOS	195	Os cabides e porta-objetos estão a uma altura entre 0,80 m e 1,20 m?				n	s	s	7.14.5	
	196	O porta-objetos possui profundidade máxima de 0,25 m?				n	s	s	7.14.5	
MOBILIÁRIO (EXTERNO E INTERNO)	197	O mobiliário urbano está localizado junto a uma rota acessível e fora da faixa livre para circulação de pedestre?				s	s	s	4.3.3 8.1	
	198	Os assentos públicos possuem altura e profundidade entre 0,40 e 0,45 m, largura individual entre 0,45 e 0,50 m e encosto com ângulo entre 100° e 110°?				n	s	s	8.9.1	
	199	Em locais de atendimento ao público, existe assento de uso preferencial sinalizado com o Símbolo Internacional de Acesso e com os símbolos de gestante, pessoa com criança de colo, pessoa idosa, pessoa obesa e pessoa com mobilidade reduzida?				n	s	s	5.3.2 Figuras 31 e 32; 5.3.5.1 Figuras 35 a 39	
	200	Em locais de atendimento ao público, existe assento para pessoa obesa (5% com no mínimo um)?				n			10.19	
	201	O assento para pessoa obesa possui largura mínima de 0,75 m, profundidade entre 0,47 m e 0,51 m e altura do assento entre 0,41 m e 0,45 m e suporta carga de 250 Kg?				n	s	s	4.7	
	202	O mobiliário não interrompe a livre passagem, nos espaços de circulação das rotas acessíveis?				n	s	s	4.3.3	
	203	Há M.R (0,80 x 1,20 m) ao lado dos assentos fixos e fora da faixa para circulação de pedestres?				s	s	s	8.9.3	
	204	A circulação entre os móveis ou passagens internas é, no mínimo, de 0,90 m e possui áreas de giro para retorno?				n	s	s	4.3	
	205	As mesas possuem largura mínima de 0,90 m e altura da superfície de trabalho entre 0,75 m e 0,85 m?				n	s	s	9.3.1.3	
206	As mesas permitem aproximação frontal da cadeira de rodas, com uma altura livre mínima de 0,73 m embaixo da superfície de trabalho, garantindo largura mínima de 0,80 m e profundidade mínima de 0,50 m?				n	s	s	9.3.1.4		

TRANSPORTE	207	Em pontos de embarque e desembarque de transporte público, se houver assentos fixos e/ou apoios isquiatóicos, há também espaço para P.C.R com dimensões de 0,80 m x 1,20 m?				s	s	s	8.2.1.2	
	208	Há sinalização informativa sobre as linhas disponíveis nos pontos de ônibus, dos tipos visual e sonora?				n	s	s	8.2.1.3 5.2.7	
TELEFONES	209	Em edificações de grande porte e equipamentos urbanos, há pelo menos um telefone que transmita mensagens de texto (TDD) ou tecnologia similar, instalado a uma altura entre 0,75 m e 0,80 m do piso acabado?				n	s	s	8.3.2	
	210	Pelo menos um telefone de cada conjunto assegura dimensão e espaço apropriado para aproximação, alcance, manipulação e uso, devidamente sinalizado?				n	s	s	8.3.1 8.1	
	211	Caso exista cabina telefônica, pelo menos uma é acessível e possui dimensões que garantem um M.R (0,80 m x 1,20 m) com aproximação frontal?				n	s	s	8.4.2	
	212	O telefone da cabina acessível está instalado suspenso, na parede oposta à entrada?				n	s	s	8.4.2	
	213	Em frente à cabina há espaço para rotação de 180° de cadeira de rodas (1,50 x 1,20 m)?				n	s	s	8.4.2	
VEGETAÇÃO	214	Se houver áreas drenantes de árvores invadindo as faixas livres do passeio, há grelhas de proteção, com vãos de no máximo 15 mm?				n	s	s	8.8.3	
BALCÕES DE ATENDIMENTO E/OU INFORMAÇÕES	215	O balcão de atendimento e/ou informações está facilmente identificado e localizado em rota acessível?				n	s	s	9.2.1.1	
	216	Os balcões de atendimento e/ou informações garantem um M.R frontal?				s	s	s	9.2.1.2	
	217	Há circulação adjacente aos balcões que permita giro de 180° (1,20 x 1,50 m) de cadeira de rodas?				s	s	s	9.2.1.2	
	218	Balcão de atendimento possui superfície com largura mínima de 0,90 m e altura entre 0,75 m a 0,85 m do piso, assegurando-se largura livre mínima sob a superfície de 0,80 m?				n	s	s	9.2.1.4	
	219	Balcão de informações possui superfície com largura mínima de 0,90 m e altura entre 0,90 m a 1,05 m do piso,				n	s	s	9.2.3.4	

		assegurando-se largura livre mínima sob a superfície de 0,80 m?								
	220	Balcão de atendimento ou de informação possui altura livre sob o tampo de no mínimo 0,73 m e profundidade livre mínima de 0,30 m, de modo que a pessoa em cadeira de rodas tenha a possibilidade de avançar sob o balcão?				n	s	s	9.2.1.5 9.2.3.5	
	221	Os balcões possuem o Símbolo Internacional de Acesso próximo à parte rebaixada?				n	s	s	5.3.2.2	
AUTO-ATENDIMENTO	222	Em áreas de atendimento, no caso de dispensers de senha ou totens de autoatendimento, estes estão localizados em área de piso nivelado e sem obstruções?				n	s	s	9.4.3.2	
	223	Pelo menos um desses equipamentos possui um M. R. para aproximação (frontal e alcance visual frontal ou lateral) de pessoa em cadeira de rodas?				n	s	s	9.4.3.4	
	224	Os controles estão localizados entre 0,80 m e 1,20 m do piso, com profundidade de no máximo 0,30 m em relação à face frontal externa do equipamento?				n	s	s	9.4.3.5	
	225	O equipamento apresenta instruções e informações visuais e auditivas ou táteis em posição visível, conforme Seção 5?				n	s	s	9.4.3.8	
	226	No caso de displays de senhas, a informação é compreensível por pessoas com deficiência, sendo apresentada de forma visual e sonora?				n	s	s	5.1.3	
	BEBEDOUROS	227	Os bebedouros estão instalados com no mínimo duas alturas diferentes de bica: 0,90 m e outra entre 1,00 m e 1,10 m em relação ao piso acabado?				n	s	s	8.5.1.2
228		O bebedouro de 0,90 m possui altura livre inferior de 0,73 m?				n	s	s	8.5.1.3	
229		Há possibilidade de aproximação frontal sob o equipamento, garantido um M.R.?				n	s	s	8.5.1.3	
230		Havendo copos descartáveis, estes estão entre 0,80 m e 1,20 m do piso?				n	s	s	8.5.2	
231		Os outros modelos (garrafão, filtro, etc.), assim como o manuseio dos copos, estão posicionados na altura entre 0,80 m e 1,20 m do piso acabado?				n	s	s	8.5.2	
232		Estes modelos permitem a aproximação lateral de uma Pessoa com Cadeira de Rodas?				n	s	s	8.5.2	

* A ser preenchido pelo Proponente na entrega de documentação para a Mandatária / Concedente, referente a 1ª etapa de verificação (análise do Projeto Engenharia)

** Será verificado pelo Conveniente no Projeto Executivo de Acessibilidade

*** A Mandatária verificará somente os itens inseridos na rota acessível (indicada no projeto) marcados com "SIM" nos instrumentos de transferência com valor de repasse acima de R\$ 5 milhões.

N/A - Não se aplica; s-sim; n-não

Documento assinado digitalmente
 LUAN ZACARIAS CONCEICAO GUEDES
Data: 08/08/2023 10:52:45-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Luan Zacarias Conceição Guedes
CREA-BA 051806514-6

DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO ÀS REGRAS CONTRAN/DENATRAN

Macaúbas, 04 de agosto de 2023.

Declaro que o projeto de sinalização viária apresentado à CAIXA, referente ao Contrato de Repasse nº 924441/2021, cujo objeto é adequação das estradas vicinais do município de Macaúbas-BA, foi elaborado de acordo com os manuais de “Sinalização Vertical de Regulamentação” - Volume I, CONTRAN/DENATRAN, publicado por meio da Resolução Nº 180, de 26 de Agosto de 2005, e de “Sinalização Horizontal” - Volume IV, CONTRAN/DENATRAN, publicado por meio da Resolução N 236, de 11 de maio de 2007.

Documento assinado digitalmente
 LUAN ZACARIAS CONCEICAO GUEDES
Data: 08/08/2023 10:56:34-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

RESPONSÁVEL TÉCNICO
LUAN ZACARIAS CONCEIÇÃO GUEDES
CREA-BA: 051806514-6

DECLARAÇÃO REFERENTE À PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

Macaúbas, 04 de agosto de 2023.

Eu, Luan Zacarias Conceição Guedes, responsável técnico(a) pela elaboração do orçamento vinculado ao Contrato de Repasse nº. 924441/2021, cujo objeto é adequação das estradas vicinais do município de Macaúbas-BA, executados com recursos da UNIÃO, resultante do PROGRAMA MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, declaro que:

- 1) os encargos sociais constantes nos orçamentos apresentados estão de acordo com a data-base informada na planilha orçamentária e são aqueles divulgados no site <<<http://www.caixa.gov.br/site/paginas/downloads.aspx>>>, acessados em data; e
- 2) verifiquei e atesto que a especificidade local justifica a manutenção do item significativo que tenha seu(s) mais expressivo(s) insumo(s) indicado(s) com a legenda "AS" (atribuído São Paulo), no orçamento de referência apresentado.

Documento assinado digitalmente
 LUAN ZACARIAS CONCEICAO GUEDES
Data: 08/08/2023 10:56:34-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

RESPONSÁVEL TÉCNICO
LUAN ZACARIAS CONCEIÇÃO GUEDES
CREA-BA: 051806514-6



Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-BA

ART OBRA / SERVIÇO
Nº BA20230500984

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Bahia

INICIAL

1. Responsável Técnico

LUAN ZACARIAS CONCEIÇÃO GUEDES

Título profissional: **ENGENHEIRO CIVIL**

RNP: **0518065146**

Registro: **3000079357BA**

2. Dados do Contrato

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAUBAS**

CPF/CNPJ: **13.782.461/0001-05**

RUA Dr. Vital Soares

Nº: **268**

Complemento: **1º Andar**

Bairro: **Centro**

Cidade: **MACAÚBAS**

UF: **BA**

CEP: **46500000**

Contrato: **Não especificado**

Celebrado em:

Valor: **R\$ 1.500,00**

Tipo de contratante: **Pessoa Jurídica de Direito Público**

Ação Institucional: **NENHUMA - NAO OPTANTE**

3. Dados da Obra/Serviço

POVOADO PAJEÚ

Nº: **S/N**

Complemento:

Bairro: **ZONA RURAL**

Cidade: **MACAÚBAS**

UF: **BA**

CEP: **46500000**

Data de Início: **03/08/2023**

Previsão de término: **20/11/2023**

Coordenadas Geográficas: **0, 0**

Finalidade: **Infraestrutura**

Código: **Não Especificado**

Proprietário: **PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAUBAS**

CPF/CNPJ: **13.782.461/0001-05**

4. Atividade Técnica

	Quantidade	Unidade
16 - Execução		
35 - Elaboração de orçamento > TRANSPORTES > INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA > #TOS_4.1.2 - DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA PARA RODOVIAS	490,00	m2
35 - Elaboração de orçamento > GEOTECNIA E GEOLOGIA DA ENGENHARIA > OBRAS DE TERRA > DE OBRAS DE TERRA > #TOS_3.3.1.9 - TERRAPLENAGEM	800,00	m2
35 - Elaboração de orçamento > OBRAS HIDRÁULICAS E RECURSOS HÍDRICOS > SISTEMAS DE DRENAGEM PARA OBRAS CIVIS > DE SISTEMAS DE DRENAGEM PARA OBRAS CIVIS > #TOS_5.3.1.7 - MEIO-FIO	160,00	m
35 - Elaboração de orçamento > OBRAS HIDRÁULICAS E RECURSOS HÍDRICOS > SISTEMAS DE DRENAGEM PARA OBRAS CIVIS > DE SISTEMAS DE DRENAGEM PARA OBRAS CIVIS > #TOS_5.3.1.8 - SARJETA	160,00	m
35 - Elaboração de orçamento > TRANSPORTES > SINALIZAÇÃO > DE SINALIZAÇÃO > #TOS_4.9.1.4 - VIÁRIA	7,00	un
80 - Projeto > TRANSPORTES > INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA > #TOS_4.1.2 - DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA PARA RODOVIAS	490,00	m2
80 - Projeto > GEOTECNIA E GEOLOGIA DA ENGENHARIA > OBRAS DE TERRA > DE OBRAS DE TERRA > #TOS_3.3.1.9 - TERRAPLENAGEM	800,00	m2
80 - Projeto > OBRAS HIDRÁULICAS E RECURSOS HÍDRICOS > SISTEMAS DE DRENAGEM PARA OBRAS CIVIS > DE SISTEMAS DE DRENAGEM PARA OBRAS CIVIS > #TOS_5.3.1.7 - MEIO-FIO	160,00	m
80 - Projeto > OBRAS HIDRÁULICAS E RECURSOS HÍDRICOS > SISTEMAS DE DRENAGEM PARA OBRAS CIVIS > DE SISTEMAS DE DRENAGEM PARA OBRAS CIVIS > #TOS_5.3.1.8 - SARJETA	160,00	m
80 - Projeto > TRANSPORTES > SINALIZAÇÃO > DE SINALIZAÇÃO > #TOS_4.9.1.4 - VIÁRIA	7,00	un

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deve proceder a baixa desta ART

5. Observações

ELABORAÇÃO DE PROJETO, ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE PAV. ASFÁLTICA NO MUNICÍPIO DE MACAÚBAS-BA.

6. Declarações

- Declaro que estou cumprindo as regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no decreto n. 5296/2004.

7. Entidade de Classe

NENHUMA DAS ENTIDADES

A autenticidade desta ART pode ser verificada em: <http://crea-ba.sitac.com.br/publico/>, com a chave: cBw09
 Impresso em: 17/08/2023 às 16:53:13 por: , ip: 192.168.100.1





Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-BA

ART OBRA / SERVIÇO
Nº BA20230500984

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Bahia

Documento assinado digitalmente

INICIAL



LUAN ZACARIAS CONCEIÇÃO GUEDES
 Data: 17/08/2023 16:54:21-0300
 Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

LUAN ZACARIAS CONCEIÇÃO GUEDES - CPF: 061.451.095-30

_____, _____ de _____ de _____
 Local data

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAUBAS - CNPJ: 13.782.461/0001-05

9. Informações

* A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do Crea.

10. Valor

Valor da ART: **R\$ 96,62** Registrada em: **17/08/2023** Valor pago: **R\$ 96,62** Nosso Número: **56168301**

A autenticidade desta ART pode ser verificada em: <http://crea-ba.sitac.com.br/publico/>, com a chave: cBw09
 Impresso em: 17/08/2023 às 16:53:14 por: , ip: 192.168.100.1

